

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 755
16 de Junho de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

A luta continua...

Ascenso das lutas sindicais •
Bancários admitem recurso à greve
• A Setenave não pode com mais
despedimentos • III Congresso da
FCT • Petrogal e supermercados
em encontros nacionais • Têxteis
em congresso • Mantêm-se as
perspectivas de luta nos médicos e
em outros sectores, incluindo os
administrativos da FP, com marcha-
-automóvel e desfile em Lisboa
marcado para amanhã • Mercado
para hoje um dia de greve na
Rodoviária Nacional

Págs. 1, 2 e 3/Semana

... porque vale a pena lutar!

Editorial

ENCONTRO DO PCP

Portugal e a CEE

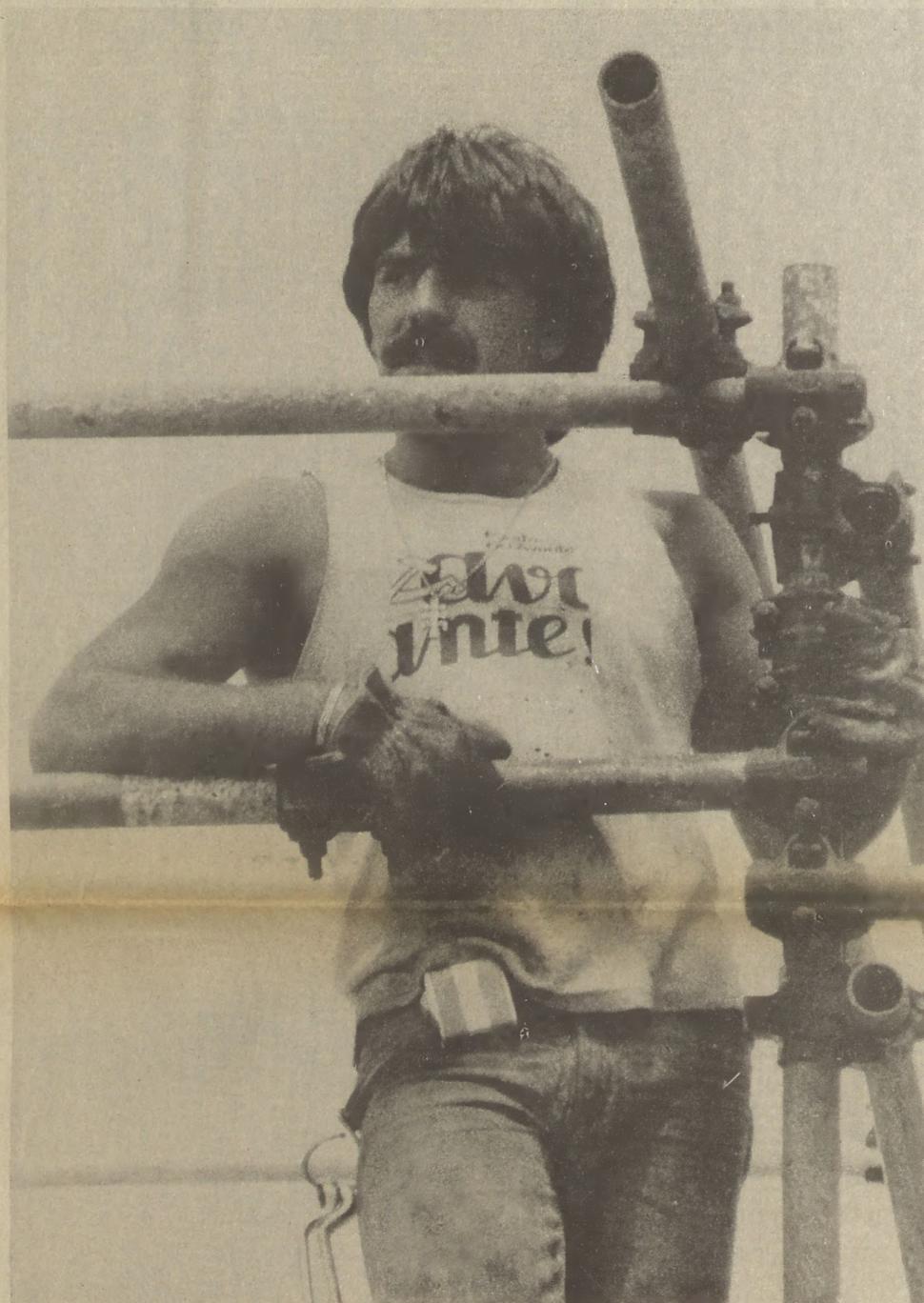
Agricultura e pescas; política regional da CEE e desenvolvimento das regiões em Portugal; indústria, comércio, transportes e serviços; ciência, tecnologia e cultura; política social da CEE e consequências sociais da integração — estes os temas das secções de debate do encontro, que decorrerá no **Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)**, a partir das 9 e 30 no sábado.

Agenda



JORNADAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Uma iniciativa da DORP do PCP aberta a todos os profissionais da Comunicação Social **hoje e amanhã às 21 e 30 no Hotel Tuela - Porto**



Loures, 13 de Junho de 1988

Vamos a isto que se faz tarde!

Pág. 5/Semana

DIREITA EM MINORIA NAS ELEIÇÕES EM FRANÇA

Pág. 12/Semana

... porque vale a pena lutar

As primeiras semanas de Junho introduzem sempre na vida nacional um facto que sobrepõe todas as outras realidades: feriadões...

Ao sabor das flutuações do calendário e da semanal distribuição de tais feriados, os primeiros quinze dias do sexto mês do ano anunciam da forma mais incisiva que o período de férias se está a aproximar. As cidades esvaziam-se, as praias registam as suas primeiras enchentes, as tendas de campismo saem da arcação para inspecções e primeiros usos, sacode-se a naftalina do fato de banho — e etc.!

Ao observador desprevenido parece que neste período Portugal realiza um metucioso ensaio geral do Verão que se aproxima. Contudo...

Contudo, há sempre mais coisas! E nem sequer serão necessárias particulares perspicácias e aturadas investigações para verificar que outros eventos de mais profundas consequências e significados se perfilam no quotidiano português.

Por um lado, há Fernando Pessoa! Os jornais enchem-se de biografias e comentários, as homenagens sucedem-se a várias instâncias, desceram-se monumentos, inauguram-se exposições, estreiam-se espectáculos, reeditam-se livros. É manifestamente facto relevante, a merecer análise e intervenção e às quais seguramente não deverá ficar alheio o significado da particular predileção das oficiais homenagens da direita no Poder pelo Pessoa de «A Mensagem» em manifesto prejuízo de outros heterónimos e outras mensagens. Mas, tal como por vezes as crianças podem sonhar serem o tenente Blueberry quando forem grandes, não é de estranhar que o Primeiro-Ministro sonhe ser D. João II...

Além de Fernando Pessoa houve, no que nomeadamente a capital diz respeito, as marchas populares. Num arroubo de entusiasmo bairstista, o presidente Abecassis respecou a tradição e, passem as suas bem polémicas origens, fique pelo menos que constituem de facto uma afirmação popular que mobiliza e anima qualquer coisa de tão importante quanto o é essa miríade de colectividades que são uma das expressões da significativa teia de organizações que percorre a sociedade portuguesa e concretiza o sentimento solidário do nosso povo.

Claro porém que, em matéria de marchas, nem tudo são baíões, manjerícos e sardinha assada... Por debaixo deles, do abecassiano desvelo para os Santos Populares de 1988, rapidamente se descobre a proximidade das eleições autárquicas!

As últimas semanas de Abecassis iniciam desde já a demagogia... O presidente que ia resolver com varinha mágica em poucos meses e com o dinheiro das Torres das Amoreiras o problema dos bairros da lata de Lisboa, viu gorados os resultados de uma pasta milagrosa que ia tapar os buracos que dão um aspecto meio lunar às ruas da capital, ressuscitou as marchas e, para falarmos de acordo com a quadra — ainda a procissão vai no adro...

As marchas deram ainda lugar a outro episódio. Abriam elas, Avenida da Liberdade abaixo, com o desfile das crianças das escolas da centenária Voz do Operário. A RTP considerou seguramente a situação ameaçadora. Como se já não bastasse se da Liberdade a avenida percorrida, ainda por cima alguém falava dessa palavra bani-

da no edifício da 5 de Outubro. Operários, vozes, marchas, tudo isto deve ter desencadeado reflexos condicionados na RTP e, imagens, nem véias!

Aliás, as censuras televisivas forneceram outro dos episódios nacionais. A administração da televisão que o povo português paga (duplamente aliás, uma vez que, além de lhe dar dinheiro, ainda tem de a ver) entendeu proibir o programa «Humor de Perdição» e não parece sequer necessário sobre o assunto tecer muitas considerações: só se surpreenderá quem ignore ou mantenha ilusões sobre o efectivo carácter da acção dos responsáveis televisivos, nomeados metuculosamente por um Governo que do uso da RTP tem a concepção quotidianamente revelada por quotidianas censuras e manipulações.

O argumento da defesa dos valores históricos nacionais atinge o ridículo. A mesma direita que dá ao País o grotesco espectáculo de uma Comissão para comemorar as Navegações que edita livros onde envia Vasco da Gama a Calcutá empertiga-se face a um humor irreverente. A mesma mediocridade está na origem das duas posições: tal como os abusos dos dinheiros da Comissão, as censuras na televisão relevam da mesma incapacidade de entender e viver a democracia.

Estes dois últimos episódios são porém apenas — para utilizar estafadíssimas imagens — as pontas de um iceberg da crise de vários matizes que alarga na direita em geral e no Governo em particular.

Em tudo o que se passa transparece uma sensação de já visto, de repetição de cenas, situações e comportamentos que o povo português conhece de períodos nada longínquos em que os executivos de direita e as suas acções entraram em crise e, tal como os robots descomandados, da ficção científica, desatam a disparar para todos os lados e a fazer disparates desconexos que os conduzem à destruição...

A perda de popularidade, de apoio do Governo Cavaco Silva é uma evidência de tal tamanho que já ninguém se atreve a contestá-la. Uma vez mais, impõe-se face à situação ter uma cuidada visão do que são causas e consequências.

É claro que os jornais se enchem de informações sobre conflitos e contradições entre os membros do executivo PSD, fala-se dos que querem sair, dos que caíram em desgraça, dos atritos e fricções entre ministros e da perda de capacidade decisiva do próprio Primeiro-Ministro. Mas tudo isto é causa — ou é consequência?

A ministra Leonor Beleza está periclitante, é contestada, etc. Sê-lo-ia se tivesse posto em prática a política de saúde que tentou impor, seguramente aprovada por todo o Executivo? Ou o que dá origem à sua instabilidade é o facto de, mercê da luta dos médicos e de outros trabalhadores da Saúde, um projecto antipopular marcar felizmente passo?

A distrital de Lisboa (e, ao que parece, a de Coimbra, e a do Porto, e a de...) do PSD são atravessadas por conflitos, manobras, operações. Sê-lo-iam se o sonhado desmantelamento da Constituição de Abril ornasse hoje o caminho de Cavaco, se o «pacote laboral» tivesse passado? Ou o que inquieta os barões do PSD é o que Cavaco não consegue dobrar a luta dos trabalhadores e o normal funcionamento das instituições?

No comportamento do Executivo surgem igualmente as actuações extremadas e violentas, os recortes provocatórios que sempre constituem infalível indicio de desespero e inultrapassáveis dificuldades.

Os comentários de Cavaco Silva às decisões do Tribunal Constitucional são o que talvez deu mais nas vistas nas últimas semanas, mas novos elementos influem no mesmo sentido e com o grau de perigosidade que os desesperos sempre têm. Particular relevo assume o novo agendar na Assembleia da República para o próximo dia 28 do «pacote agrícola», ou melhor, da lei de destruição da Reforma Agrária, que o Governo retirará. Igualmente o «pacote laboral» será objecto de nova prova de força, tudo indicando que Cavaco Silva não hesitará em optar pela via do afrontamento institucional para tentar concretizar objectivos cujo carácter subversivo e desestabilizador já nem sequer tenta ocultar.

De dimensão evidentemente diversa, mas igualmente significativas, os incidentes no campo da informação e muito especialmente o caso do programa «Humor de Perdição» são característicos de uma perda de equilíbrio político típica das situações de crise. O mais obtuso dos observadores elementarmente constatará que entre os espectadores do programa agora dele privados pela censória decisão da RTP se contam milhares e milhares de eleitores do PSD em 19 de Julho e que seguramente não subscrevem os ridículos argumentos invocados.

Num incontável conjunto de processos que convergem, o Governo e a sua política vêm reduzir-se a base de apoio, restringir-se a sua capacidade de manobra.

Duas análises avançadas pelo PCP recolhem assim no dia-a-dia a confirmação dos factos. Primeiro, que a política que Cavaco Silva em nada resolveria os problemas nacionais, não corresponderia aos interesses da base de apoio eleitoral por ele obtida em Julho de 87 e que esta se reduziria à medida que as reais intenções e práticas se fossem revelando. Segundo, que a luta de massas e o normal funcionamento das instituições democráticas continuariam a constituir barreiras determinantes capazes de impedir a concretização daquela política, pelo menos nas suas consequências mais graves, e que a intervenção dos trabalhadores e democratas continuavam a ter um papel determinante na evolução política nacional.

Os resultados aí estão.

Semanalmente se defronta no «Avante!» a dificuldade de arrumar nas suas páginas um retrato completo e sugestivo da actividade do Partido! Natural portanto que tal dificuldade se avoluma nas mais escassas linhas de um editorial!

Sublinhe-se contudo dois aspectos que seguramente se contam entre os mais marcantes do período de intensa actividade que percorre toda a organização.

De Norte a Sul, a organização do Partido manifesta uma poderosa capacidade realizadora. Não nos encontramos perante aquilo que se poderia designar por um período de «normal carburização» da estrutura partidária, um período em que apenas as tarefas correntes fluíssem com naturalidade e natural dinamismo. O que se verifica, bem pelo contrário, é que, quotidianamente, milhares de militantes se encontram empenhados na concretização de iniciativas que, realizadas, revelam quanto evidentemente exigiram de trabalho, entrega, organização, estudo — militância, enfim. Não se está no «rame-rame» habitual,

o que, diga-se de passagem, já seria o suficiente para desmentir muito analista... Não há quem ignore o papel determinante dos comunistas em todas as lutas que constituem os determinantes escolhidos onde abre ramos o casco da política governamental, mas esse empenhamento não impede a preparação da Festa do «Avante!» e de dezenas de Festas regionais — com particular destaque para a grande Festa do Norte, Festa da Alegria em 8, 9 e 10 de Julho —, campanhas de fundos, construção de novos Centros de Trabalho, etc.

Mas, entretanto, outro tipo de iniciativas se tornou uma constante destes últimos tempos: não há fim-de-semana em que, culminando semanas e meses de trabalho e preparação, centenas de militantes e quadros não se reúnam aqui e ali, em Lisboa ou em Évora, no Porto ou em Alhandra, debatendo e aprofundando problemas que, no seu conjunto, constituem seguramente um dos mais vastos e profundos levantamentos da realidade portuguesa jamais realizado.

A situação económica e as suas transformações, o Poder Local, os problemas da Reforma Agrária e do Sector Empresarial do Estado, do Ensino, a Saúde, o panorama cultural e artístico do País, a integração na CEE e os seus custos, o enumerar é tão extenso quanto sugestivo.

Este tipo de realizações partidárias constitui o segundo traço caracterizador, bem revelado mediante a simplicidade de um problema concreto defrontado pelo nosso órgão central: para estas iniciativas que se sucedem, a reportagem de um acontecimento, a que narra o que sucedeu com um acontecimento que acabou às tantas horas do dia tal, é manifestamente insuficiente! Na limitação do seu número de páginas, o «Avante!» tenta dar expressão a esse facto tão significativo que é o de, em cada uma dessas reuniões, iniciativas e encontros, se produzir um tão vasto quanto importante acervo de materiais, inestimável contributo para um conhecimento da realidade sempre exigido pela nossa forma de fazer política, tornado mais indispensável, se possível, pela preparação do XII Congresso.

Os feriados de Junho, este um tanto chuvoso átrio das férias que se aproximam, deverão ter para nós também um outro significado, constituir um discreto e amável sino que toque a lembrar alguns factos...

Vêm aí as férias! Conquista histórica dos trabalhadores, elas são, no que determinam e alteram cada Verão da vida das sociedades, a prova provada de que é o trabalho e quem o faz que dita a vida e a realidade. Mas preparemos para elas, neste Junho agora em meio, as necessárias respostas.

As nossas tarefas vão exigir ainda e sempre um contributo inestimável e inadiável nos meses que se vão seguir. Festa do «Avante!» e XII Congresso nomeadamente, eles aí estarão em Setembro e Dezembro, forjados desde já e em cada dia, de hoje até lá!

E não esqueçamos também: o Governo não esquecerá! Que Cavaco Silva desencadeie no final de Junho a prova de forma de agendar novamente a legislação sobre a Reforma Agrária é um primeiro indicio. A vigilância será portanto necessária e para ela partiremos com toda a força ganha por estes meses de estudo e de trabalho. Meses em que ficámos a saber muito que ainda não sabíamos e demos importantes passos do nunca inteiramente percorrido caminho de conhecimento da realidade.

E meses em que confirmámos uma coisa que já sabíamos: que vale a pena lutar!

Resumo

8 Quarta-feira

No Porto os representantes dos trabalhadores da Reforma Agrária anunciam que a maioria dos pareceres sobre o pacote agrícola é desfavorável ao Governo ■ As conferências de imprensa a coordenadora das CT's dos bancários acusa o Governo de favorecer a entrega da economia nacional ao capital estrangeiro ■ Mário Soares afirma na Assembleia Geral da ONU que Portugal preconiza a necessidade de negociações sobre Timor-Leste ■ A FENPROF anuncia um desfile nacional de professores para dia 16, em Lisboa, reivindicando alterações ao estatuto de carreira docente apresentado pelo ministro Roberto Carneiro ■ Chefes de Estado árabes, reunidos em cimeira em Argel, discutem uma proposta da OLP para acção conjunta na política do Médio Oriente ■ Começa em Ankara o julgamento dos dois dirigentes comunistas turcos presos em Novembro de 1987 e para quem a acusação pede uma pena de 275 anos de prisão ■ George Bush, republicano, e Michael Dukakis, democrata, festejam a sua passagem à corrida final para a presidência dos EUA, depois de conhecidos os resultados das últimas eleições primárias.

9 Quinta-feira

Termina a greve nacional dos médicos, que durou 4 dias e teve uma adesão estimada pelos sindicatos em 95 por cento ■ O Conselho de gerência da RTP decide acabar com o programa «Humor de Perdição», depois de ter censurado a rubrica «Entrevista Histórica» ■ Na AR é agendada para o próximo dia 28 a discussão da proposta governamental de lei de bases da Reforma Agrária ■ O grupo parlamentar do PCP apresenta um projecto de lei sobre formação profissional ■ O Presidente da República chega à Colílhã, onde vai presidir às comemorações do 10 de Junho ■ Cavaco Silva faz no Brasil a apoloquia da sua governação e incita os empresários brasileiros a investirem em Portugal ■ O presidente da JF de Alcântara acusa a Câmara Municipal de Lisboa de incompetência por não se esforçar para dar uma solução ao problema do nó rodoviário ■ O embaixador itinerante da URSS Alexandrovitch Masterkov encontra-se em Lisboa com entidades oficiais e jornalistas, a quem fala dos resultados da cimeira de Moscovo e das propostas aí apresentadas pela União Soviética ■ A ANGOP considera como uma manobra de diversão o alarmismo que a África do Sul tenta criar com notícias sobre alegadas concentrações de tropas angolanas e cubanas junto à fronteira com a Namíbia ■ Serguei Bubka consegue um novo recorde do mundo de salto à vara, com 6,05 metros.

10 Sexta-feira

Mário Soares preside na Covilhã às cerimónias oficiais comemorativas do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas ■ O jornal «diário» publica uma entrevista com Vadim Zagladine, do CC do PCUS e

Perestroika»

mudou a atmosfera da vida na União Soviética

o que mudou na União Soviética? «A atmosfera mudou», responde Vadim Zagladine, ministro da Cultura Central da República Comunista da URSS, «especialmente do respectivo Departamento de Relações Exteriores». A perestroika mudou a atmosfera da vida na União Soviética. O primeiro-ministro Mikhail Gorbachev anunciou a perestroika em 1986. O vice-chefe do respectivo departamento internacional ■ Portugal teve em 1987 a maior taxa de crescimento das importações entre todos os países da OCDE ■ As equipas do FC do Porto e do Vitória de Guimarães passam à final da taça de Portugal de futebol e em Dusseldorf inicia-se o Campeonato da Europa de seleções.

11 Sábado

Na Sociedade 1.º de Janeiro do lugar da Ordem inicia-se a Festa/88, organizada pela concelha da Marinha Grande do PCP ■ Encerra no Porto o 5.º Congresso da federação sindical dos têxteis, lanifícios e calçado ■ Na Cooperativa «Árvore» realiza-se uma cerimónia de homenagem a António Lobão Vital, lutador antifascista e militante do PCP falecido há 10 anos ■ Termina em Madrid a 3.ª reunião do Conselho Atlântico da NATO ■ Mais de 70 mil pessoas participam em Londres num concerto, que dura cerca de meio dia, a favor da libertação de Nelson Mandela, e que foi transmitido para 750 milhões de ouvintes e telespectadores em 60 países.

12 Domingo

Um desfile com 1500 crianças assinada no Porto o 6.º Dia da Limpeza, iniciativa anual do pelouro da limpeza da Câmara, de que é responsável Oliveira Dias ■ Após a segunda volta das eleições francesas o PS fica com 276 deputados na Assembleia Nacional, o PCF — 27, a UDF — 130, o RPR — 128, a FN — um; à direita foram ainda eleitos 13 «independentes» ■ A Nicarágua continuará a respeitar o cessar-fogo enquanto puder — afirma Daniel Ortega no «Washington Post», comentando a decisão dos *contras* de interromper o diálogo, na quinta-feira ■ Andrei Gromiko recebe dirigentes religiosos que participam nas celebrações do milénio do cristianismo na Rússia ■ Termina no Porto o FITEI-88, Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica ■ Na noite de Santo António, Lisboa retoma a tradição das marchas populares.

13 Segunda-feira

Termina a greve dos trabalhadores da Setenave pela revisão das tabelas salariais que vigoram desde 1985 ■ Trabalhadores da SAPEC manifestam-se em Setúbal contra a ameaça de despedimento de 300 efectivos da empresa ■ Os primeiros ministros de Portugal e de Cabo Verde assinam no Mindelo um programa-quadro de cooperação entre os dois países para

o próximo biénio ■ O sector cimenteiro transferiu em 1987 para o Estado 11 milhões de contos de contribuições e impostos — diz no Funchal o presidente do CG da Cimpor ■ O Governo contraiu 3 novos empréstimos externos no valor de 9 milhões de contos — revela a Lusa ■ Um relatório apresentado no Parlamento Europeu defende a participação financeira da CEE na recuperação de Alfama e da Mouraria ■ As eleições para o PE deverão realizar-se entre 15 e 18 de Junho de 1989, decidem no Luxemburgo os ministros dos Negócios Estrangeiros dos «doze» ■ Chester Crocker encontrou-se em Kinshasa com Jonas Savimbi já depois da cimeira de Moscovo, revela o embaixador angolano na Zâmbia ■ O Supremo Tribunal sul-africano recusa a reabertura do processo dos «seis de Sharpeville», cuja execução está adiada para 19 de Julho ■ As forças armadas moçambicanas desmantelaram nos últimos 15 dias seis bases da Frenam na província de Maputo — informa o comandante militar provincial ■ Agostino Casaroli é recebido por Mikhail Gorbachev, a quem entrega uma carta de João Paulo II ■ Inicia-se um plenário do CC do PUP para discutir a política de reformas económicas na Polónia e a promoção de URSS declara inocentes «perante a lei, o Estado e o povo» vários antigos dirigentes soviéticos fuzilados nos anos 30 ■ Alassanour Nata pede a demissão do cargo de secretário-geral do PCI ■ O Presidente da República inaugura no Chiado uma estátua de Fernando Pessoa, no dia do 100.º aniversário do nascimento do poeta.

14 Terça-feira



É anunciada a decisão de realizar uma marcha para Lisboa em defesa da Reforma Agrária, depois de um plenário de estruturas da RA realizado ontem ■ O Presidente da República recebe delegações dos partidos representados na Assembleia Regional dos Açores ■ Fidel Castro afirma à imprensa em Havana que as tropas angolanas e cubanas «possuem os meios para enfrentar qualquer aventura sul-africana» contra a RPA ■ François Mitterrand declara que vai pedir a Michel Rocard que continue como Primeiro-Ministro ■ Manifestações contra a ditadura de Turgut Ozal e contra a ocupação do norte de Chipre marca a visita do chefe de Estado turco à Grécia ■ Depois das autoridades soviéticas terem prometido que voltarão a examinar o problema de Nagorno-Karabakh, termina a greve geral declarada na Arménia.

Avante!

Projeto de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45 DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa
DISTRIBUIÇÃO: CCL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sécúlo, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38
Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26381

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417
Delegação do Norte: R. Miguel Bombarda, 57b - 4000 Porto Tel. 69 99 06/69 99 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda, 39.º Antão dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67
Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/88

Tipagem média do mês de Maio: 27 120 exemplares

Congresso sindical dos têxteis

Sector rico, salário pobre

A vida, os problemas, a luta, as reivindicações, as orientações para o futuro de mais de trezentos mil trabalhadores estiveram em debate, durante três dias, no V Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal (FSTT) realizado na passada semana, no Porto. Trata-se do sector industrial mais numeroso e mais mal pago de todo o País.

Mais de uma centena de reuniões e assembleias, aprofundando os documentos em discussão, culminaram no que foi considerado «o maior Congresso da Federação em toda a sua história».

Nele participaram, através dos 345 delegados eleitos, todos os Sindicatos (dezoito, mais cinco que no anterior) dos sectores envolvidos, filiados e não filiados, representando mais de 230 mil trabalhadores a nível nacional.

A discussão e aprovação do Plano de Acção, que norteará a actividade sindical da Federação dos próximos três anos, e de um Caderno Reivindicativo, que corresponde às situações mais graves onde é indispensável uma resposta a muito curto prazo — os dois documentos fundamentais saídos do V Congresso — mereceram a intervenção profunda e séria de dezenas de delegados, que equacionaram de forma muito viva as principais questões que se colocam nos diferentes sectores. O Relatório de Actividades, a eleição do novo Conselho Nacional da Federação e diversas moções, cujos conteúdos destacamos noutra local, mereceram igualmente o apoio da maioria dos delegados presentes.

Um Congresso que, como viria a referir Manuel Freitas, do Conselho Nacional eleito, já no final dos trabalhos e em goito de balanço, «se afirmou como um grande espaço de democracia, pelos problemas que colocou e a forma frontal e descomplexada como foram abordados, pela profundidade das análises e critérios das propostas, pela forma como nos relacionamos e interpretamos o nosso trabalho de acção sindical».

Emprego certo e seguro

«Emprego Certo e Seguro, mais Progresso, melhor Futuro!» foi o lema do Congresso e é bem a síntese da grande preocupação com que os trabalhadores destes sectores encaram o fenómeno da precariedade do emprego que alastra nas indústrias do sector, uma das mais fortes razões para o prosseguimento da luta e da actividade sindical, para a concretização das importantes conclusões aprovadas.

«Cerca de 115 mil trabalhadores da têxtil, lanifícios, vestuário, calçado e peles — um terço da mão de obra sectorial — têm emprego precário», refere o Programa de Acção. Para a crescente precariedade de

emprego contribuem a existência de mais de 50 mil contratados a prazo, e muitos milhares de trabalhadores que laboram à peça ou à tarefa, que laboram nas suas casas, sem qualquer vínculo contratual estável. Há indústrias, como a dos Tapetes de Arraiolos, onde a percentagem de trabalhadores com a sua situação profissional legalizada não ultrapassa os 5%, num sector que ocupa aproximadamente 50 mil postos de trabalho.

Justamente considerado «a mais brutal forma de exploração», o recurso crescente ao trabalho infantil, é particularmente predominante nas regiões de Braga e Porto, em sectores como o vestuário e calçado, em 228 empresas, segundo dados da Federação e da Inspeção de Trabalho — Inspeção de Trabalho que só actuou em 64 das referidas empresas, confirmando e levantando autos em apenas 84% da mesmas. Ficaram por autuar mais de metade (78%) das empresas denunciadas pelos sindicatos, as quais empregavam menores com idade inferior à legal.

Ainda sobre o emprego, refere o Programa de Acção que, sendo claro nos últimos anos um movimento de criação de empresas — que na sua maioria nascem para responder à procura pontual de encomendas, pequenas empresas sem planeamento ou qualquer análise mínima que perspective e assegure a utilidade do empreendimento a médio e longo prazo e a sua rentabilidade — isso não corresponde à criação

de emprego estável. A criação de mais de 3 mil empresas desde 1982 não impediu que cerca de 15 mil trabalhadores perdessem os seus postos de trabalho nos últimos três anos, vítimas do encerramento de 147 empresas ou face a situações insustentáveis de salários em atraso, que os obrigaram a rescindir os seus contratos.

É neste contexto que das conclusões do V Congresso

o referido documento denuncia que o baixo nível salarial dos trabalhadores fica mais de três mil escudos abaixo daquilo que deveria ser o salário mínimo nacional recuperado pelo índice do poder de compra desde 1974.

Ligado a este problema o Congresso analisou e decidiu combater decididamente a ideia que a razão fundamental desta situação se deve a serem sectores pobres e per-

importância da intervenção e da luta dos trabalhadores, nos sectores e nas empresas, estiveram igualmente em análise no decorrer do Congresso. O Programa de Acção e o Caderno Reivindicativo aprovaram as orientações a médio e a curto prazo, no combate à exploração, na defesa do poder de compra e das condições de vida e de trabalho, por uma melhor distribuição dos rendimentos do trabalho.



Manuel Freitas, à esquerda na foto, reeleito para a direcção da FSTT, bem como outros dirigentes nacionais da CGTP, entre eles Manuel Lopes e Kalidás Barreto. Ainda na imagem, a representação feminina, muito forte no sector



de se optar definitivamente por uma política que garanta a preservação de postos de trabalho e um apoio preferencial às empresas com planos de viabilização em curso ou onde haja a necessidade de as desencadear; que aponte a efectividade para os trabalhadores contratados a prazo que fomentem a legalização dos trabalhadores ao domicílio; que melhore a assistência material dos desempregados; que combata o fenómeno dos salários em atraso e erradique o revoltante trabalho infantil.

Mais progresso, melhor futuro

«Os trabalhadores têxteis, lanifícios, vestuário, calçado e peles têm sido particularmente atingidos com a minimização do poder aquisitivo dos seus baixos salários, resultando daí um aviltamento do seu padrão de vida e dos seus agregados familiares», salienta o Programa de Acção. Lembrando que um Inquérito, realizado há cerca de um ano junto dos trabalhadores destes sectores, revelou que mais de metade dos agregados familiares (55%) viviam em situação de pobreza relativa, gastando perto de 75% dos seus baixos rendimentos na aquisição de produtos alimentares,

manentemente em crise, um argumento falsamente introduzido, pois que são precisamente os mesmos sectores que produziram a ainda produzem as maiores fortunas do país. Uma falsa razão que a Federação prova com o facto de, nestes últimos três anos (um exemplo apenas) ter sido possível negociar acordos específicos com cerca de 70 empresas (cerca de 30 mil trabalhadores) que conseguiram salários superiores e melhores regalias sociais, sendo curioso referir que esta diferença não tem levantado dificuldades e essas unidades fabris, que até têm reforçado a sua capacidade produtiva.

A necessidade de reestruturação dos sectores, uma das reivindicações dos trabalhadores retomada no seu V Congresso, uma reestruturação integrada e harmoniosa, servindo os interesses da indústria mas também dos trabalhadores e das regiões, surgiu como um dos temas desenvolvidos no decorrer dos trabalhos e consagrado nos documentos fundamentais, que apontam para medidas que garantam o desenvolvimento económico, a modernização e o progresso social, sempre com a participação dos trabalhadores e das suas organizações.

A acção reivindicativa e a

Unir os trabalhadores, defender os seus direitos, reforçar a sua organização como tarefa constante, no quadro do regime democrático e da Constituição da República Portuguesa, o edifício jurídico que consagra as profundas transformações que constituem inalienável conquista dos trabalhadores e do povo português, são princípios reafirmados no Congresso e retomados em diversas intervenções.

E foi retomando o prosseguimento da luta dos trabalhadores em todas as frentes e, no imediato, em quatro direcções fundamentais — pelo direito ao trabalho, pela segurança no emprego, contra a precariedade; por melhores salários e uma justa repartição do rendimento nacional; pela melhoria das condições de vida e pela redução da jornada de trabalho; pela defesa da Constituição, que Manuel Carvalho da Silva, Coordenador da Comissão Executiva da CGTP-IN, falando em nome da Central, viria a encerrar os trabalhos do Congresso, que considerou como «um grande contributo para que o país avance no sentido da modernização, mas com mais justiça económica e social e com dignificação dos valores humanos».

Luta persistente e tenaz

Durante a manhã de sábado, várias foram as vezes que se levantaram os cartões dos delegados ao V Congresso, para aprovarem as diferentes moções postas à sua consideração.

A defesa da Constituição e do regime democrático, a exigência de uma política de Segurança Social, contemplando as necessidades básicas dos trabalhadores, a contratação colectiva e política de rendimentos, a exigência para que o Governo cesse os ataques e abandone os projectos de destruição da Reforma Agrária foram tema genérico das primeiras moções aprovadas. Mas também alguns problemas específicos dos sectores ali representados, em particular a exploração do trabalho infantil e o trabalho por turnos em dia de descanso semanal e feriados e o trabalho por turnos das mulheres, mereceram o apoio decidido dos delegados presentes.

sentos.

Também a CGTP-IN, «a gloriosa Central sindical dos trabalhadores portugueses, pela coerência que tem manifestado na aplicação dos princípios que norteiam o movimento sindical unitário, pela firmeza e pela coragem com que tem dirigido a luta dos trabalhadores portugueses, pela luta tenaz e persistente que tem dirigido e desenvolvido pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e pela resolução dos problemas do nosso país», foi saudada calorosamente na moção que sobre o tema foi aprovada.

A Solidariedade Internacional, a Paz e o Desarmamento e o apoio à luta dos trabalhadores da África do Sul, «contra um pacote laboral que o governo repressor e racista de Pretória pretende impor, retirando importantes direitos», recolheram igualmente os votos da maioria dos presentes.

Henry Kissinger
em entrevista à

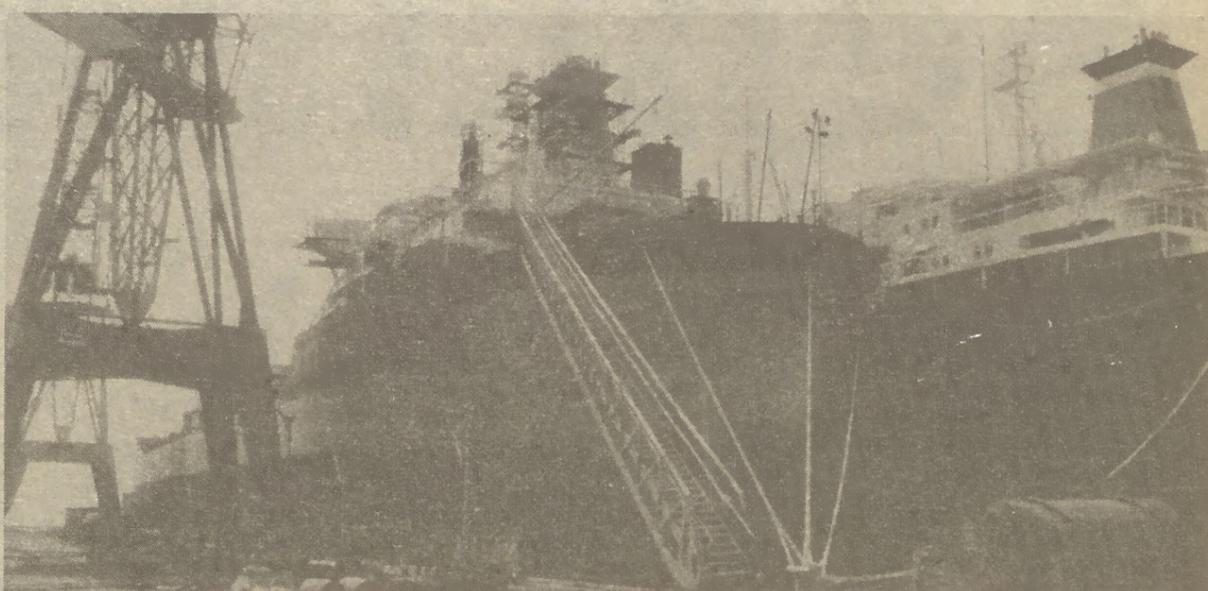
problemas da paz e do socialismo Preço 70\$00
revista internacional
revista dos partidos comunistas e operários



EUA-URSS
confronto ou cooperação?

A VENDA

Trabalhadores



Mais uma vez, tutela e privada obrigam à paralisação

Talento

Quando vai ao estrangeiro, a agilidade intelectual do Primeiro-Ministro sobe vários furos à fasquia e fica pronta a galgar seja o que for: flic-flac, elástica e penteadíssima, ela, a agilidade intelectual do Primeiro-Ministro, parece ganhar asas quando sai deste breve rectângulo peninsular, levantar âncora quando se despede deste País de marinheiros, como se o talento — que, nele, é imenso e sobejamente conhecido dos portugueses — só encontrasse espaço e facúndia plena lá nos longes forasteiros, onde os constrangimentos da governança não lhe distraem a verve ou lhe aperreiam a criatividade. Tivemos nova confirmação disso na sua recente deslocação ao Brasil onde, numa entrevista ao jornal «O Estado de S. Paulo» condensada pelo «Expresso» (sempre atento e informado sobre o que se passa com o nosso Primeiro-Ministro) Cavaco Silva produziu incandescentes considerações sobre as mais desvairadas matérias.

Falando do seu Governo, garantiu que ele «já mostrou que é capaz de governar, já ganhou a sua própria credibilidade», o que configura uma verdade do tamanho do monte Pão de Açúcar, para utilizarmos uma comparação de orografia brasileira. Nós vamos mesmo mais longe: é tanta, a credibilidade granjeada pelas suas performances governativas, que já não há em Portugal grupo profissional, organização sindical ou camada social que não queira travar-lhe o ímpeto, atravessando greves sucessivas à frente de tanta energia governativa.

Mas Cavaco Silva não é um governante que se fique por generalidades. As suas afirmações mergulham raiz em substractos teóricos. E é assim que ele explica logo de seguida aos brasileiros as razões da credibilidade do seu Governo: «mostrando à sociedade que tem ideias flexíveis e modernas», o que resulta numa doutrina tão laboriosamente eficaz que o PS, para ganhar a tal credibilidade, «se for governar, não governa de forma muito diferente da nossa».

É extraordinária a capacidade deste homem em dizer, por palavras simples, coisas tão complexas. Há aqui de certeza muito estudo, muita reflexão, muito saber acumulado ao longo de uma vida. Surpreendente, também, foi a sua reabordagem à declaração de inconstitucionalidade do pacote laboral pelo Tribunal Constitucional. Para Cavaco Silva, quem decidiu em tal lance «não foram juízes. Foram políticos que julgaram. O que é um absurdo», adiantando mesmo (segundo a condensação do «Expresso») que «o Governo anterior nomeou para lá algumas pessoas que são políticas».

Há aqui muito que se lhe diga, por detrás da frase escurra, do raciocínio brilhantemente linear. Pelos vistos é absurdo os juízes do Tribunal Constitucional fazerem apreciações políticas, apesar da Constituição da República ser, na sua qualidade de Lei Fundamental do País, um documento eminentemente político, que é suposto ter por função, exactamente, enquadrar e definir as decisões políticas tomadas no País. Cavaco Silva produz aqui uma surpreendente exegese jurídico-constitucional. Para ele, a sociedade divide-se em dois grupos — os políticos e os outros. Os políticos, politicam, os outros fazem o resto, que é tudo, menos política. Está assim explicado que juristas de formação, por serem «políticos», não devam integrar o Tribunal Constitucional, enquanto ele próprio, Cavaco Silva, que é economista de profissão, pode ser Primeiro-Ministro, «político», chefe de um partido político e ainda teorizador exegético sobre o edifício jurídico-constitucional português. Este homem é um talento. Democrático, ainda por cima!

■ H.C.

Adesão total à greve na Setenave

Os quatro mil e setecentos trabalhadores da Setenave concluíram na passada segunda-feira um período de paralisações, que aqui temos assinalado como posição indispensável à salvaguarda dos postos de trabalho (estão previstos entre dois a três mil despedimentos), à defesa da revisão salarial, que não se faz desde 1985, e contra a venda da empresa nacionalizada ao capital privado nacional e estrangeiro.

As paralisações sectoriais por turnos, que se iniciaram em 21 do mês passado não demoveram a administração dos estaleiros e o Ministério da Indústria, que tutela a maior parte do sector. O termo das paralisações na passada segunda-feira foi assinalado por uma adesão total, tanto na parte da construção, como da reparação de navios. Recorde-se que os trabalhadores, maioritariamente metalúrgicos, assim como as

suas organizações representativas (ORT e sindicatos) sempre disseram não à confrontação e reclamaram o diálogo, como meio de resolver os problemas. Assinale-se também, que além dos salários por rever há três anos, num período não superior a dois anos desapareceram na Setenave 2082 postos de trabalho. Por culpa dos últimos governos, dizem as ORT's daquela empresa pública, não se construíram

componentes de navios para a Suécia, nove navios para a Polónia, dois navios Panamax para a frota nacional, três navios Panamax para a Jugoslávia, duas docas flutuantes para os Estados Unidos, uma doca flutuante para Cuba e uma doca flutuante para a RDA. No negócio da reprivatização da Setenave estão metidos os Mellos e um consórcio de capitais oeste-alemão.

Sumário sindical

FESHOT — A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal, em negociações com a Torralta, conseguiu um aumento salarial de 12,5 por cento. O acordo de empresa (AE) tem efeitos retroactivos a 1 de Janeiro do ano corrente. A mesma Federação sindical, também em negociações com o patronato hoteleiro do Algarve, obteve para os trabalhadores um aumento de salários de 9 por cento, que vigorará entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1988. Quanto à Enatur, recorde-se que, em 11 de Maio findo, estava em apreciação uma proposta de greve, devido à comissão administrativa continuar a insistir em aumentos salariais de 6,5 por cento. Nessa altura, a FESHOT revelava que a Enatur era a empresa pública a pagar remunerações mais baixas, onde os trabalhadores dispunham de «um leque de regalias sociais mais reduzido». Na quinta-feira passada, a FESHOT revelava ainda que «as empregadas de quarto do aldeamento de Vale de Lobo (Algarve) estão há nove dias em greve, lutando contra o afastamento de uma colega», à qual a administração pretende retirar o «exercício das funções normais» da sua actividade.

STSTA — O Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil de Aveiro protesta contra a suspensão indevida da delegada sindical, Maria Bernardette, pela administração da empresa de fiação da Arrancada, em Arrancada do Vouga. Esta sociedade anónima move, segundo o STSTA, uma «perseguição» àquela trabalhadora, que exerce funções sindicais na fábrica. Como não existe «qualquer documento escrito comprovativo da suspensão», Maria Bernardette continua a ocupar o seu posto de trabalho, embora seja impedida de se sentar ou sequer apoiar-se um momento para descanso. Houve mesmo, segundo o Sindicato, ameaça de agressão física contra a trabalhadora, por parte de um administrador da Arrancar. Recorde-se que a delegada sindical foi reintegrada, meses atrás, no seu posto de trabalho, depois de ter ganhado em tribunal um processo de despedimento e uma indemnização de 500 contos. O STSTA, entre outros elementos sobre o caso, incluía na passada quinta-feira a informação de que já notificara a Inspeção do Trabalho, esperando deste organismo «uma actuação célere para a reposição da legalidade» e das normas mais elementares da convivência democrática.

USL — Promovido pelo movimento Alternativa do Sindicato dos Seguros, a União dos Sindicatos de Lisboa anuncia para hoje, 16, às 17 e 30 um colóquio-debate sobre o tema «Sector de Seguros: Que Futuro?». A iniciativa decorre no Sindicato dos Gráficos, Largo da Trindade, 16, 1.º, em Lisboa.

FPSIC — A Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, que protesta contra a alienação de empresas da comunicação social por parte do Governo (Lei 72/88), recebeu recentemente em Lisboa uma delegação do Sindicato dos Tipógrafos da Dinamarca. Erik Folkersen e Fleming Johannesen, membros da direcção sindical dinamarquesa, além de reuniões e contactos, visitaram o «Diário Popular» e empresas do ramo em Águeda e Coimbra.

FSMMMP — A comissão executiva da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal

reafirma que a indústria naval tem futuro no nosso país. Depois de uma reunião com as organizações representativas (ORT) dos trabalhadores, do sector, a Federação metalúrgica defende esse futuro no «actual quadro constitucional» e protesta pelo facto de o Governo «pretender utilizar 170 milhões de contos para servir os objectivos e as estratégias das desnacionalizações». Esse dinheiro deveria servir para «o saneamento económico-financeiro das empresas», entre elas a Setenave. Recorde-se que o Governo projecta entregar esta empresa ao consórcio Mellos e MPC, uma empresa alemã de serviços. A operação implicaria o despedimento de mais de dois mil trabalhadores. A direcção da FSMMMP recorda que se mantém no sector a chaga dos salários em atraso, sendo a dívida de 470 mil contos só na Lisnave. Enquanto é notório o aumento da riqueza produzida nos estaleiros navais, não se substitui, por outro lado, grande número de máquinas envelhecidas, nem se implementam novas tecnologias. Na Setenave, há três anos que os salários não são aumentados, como o «Avante!» referiu na semana passada.

SIESI — Os 60 processos disciplinares instaurados na Cablesa por motivos ilegais, que oportunamente suscitaram protesto público por parte do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, levaram a USL (União dos Sindicatos de Lisboa) a apoiar o protesto sindical, referindo que, «mais uma vez, a IGT (Inspeção-Geral do Trabalho) de Lisboa se mostrou inoperante, não cumprindo a sua tarefa de fiscalizar as ilegalidades cometidas pela entidade patronal».

Os processos ilegais foram instaurados contra 60 trabalhadores por tentarem participar num plenário convocado pela comissão intersindical da Cablesa, como oportunamente se noticiou.

SJ — O Sindicato dos Jornalistas acaba de pôr em tribunal o conselho de administração da RDP e o conselho de redacção da Antena Um de Lisboa. A acção judicial deve-se ao facto de aquelas entidades terem processado e consentido no processamento de aumentos salariais de 6,5 por cento não negociados com o SJ. Aquela actualização salarial foi, além disso, «rejeitada maioritariamente pela redacção da empresa, em consulta por voto secreto». A reacção do SJ procedeu assim porque considera, e bem, que «a actuação daqueles órgãos é grave e pode constituir um perigoso precedente contra o princípio da liberdade de contratação colectiva que a nossa Lei consagra». Prosseguem, entretanto, as negociações do contrato colectivo dos jornalistas, em fase de conciliação no Ministério do Emprego e Segurança Social.

STADE — O Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora, ao apelar à sindicalização — «um dever de todos os trabalhadores», sublinha — afirma que está a negociar melhoramentos significativos no contrato colectivo de trabalho, que pretende reforçar a unidade na acção (contra o pacote agrícola especialmente) e lutar por melhores condições de trabalho e de vida. O apelo inclui também uma chamada de atenção para o pagamento regular das quotas sindicais e para ajudar a sindicalizarem-se os trabalhadores que ainda o não fizeram, designadamente nos distritos onde não existe sindicato.

Trabalhadores

Governo infla... desinfla...

O Instituto Nacional de Estatística acaba de avaliar em 9 por cento o índice de inflação referido a 30 de Abril findo. Este índice desmente, quase desesperadamente, as esperanças do Governo. Lá se vai, entre outras ambições falidas, a justificação esperada do tecto salarial. Mas este Governo costuma reagir sobre a hora, em trajos menores. Evidente, a pressa noutros casos, como a reacção ao chumbo do pacote laboral, volta a manifestar-se agora numa iniciativa panfletária. Com o encosto da televisão, useira e vezeira nestas campanhas (logo se verá!), o ministro Cadilhe das Finanças abusa do Conselho Permanente da Concertação Social. Nem tido, nem ouvido no caso, o CPCS vê a sua voz invocada num «folheto de propaganda», diz a CGTP, num «panfleto do sr. ministro Cadilhe. Como a meta anual do Governo (5,5 a 6 por cento) se prepara rapidamente para ultrapassar os 7, ou mesmo os 8 por cento, quem deve pagar a pressa? Aparentemente, os empresários. Para isso Cadilhe lhes dirige uma carta. Pede-lhes uma gestão desinflationária. Estamos a ver. Como é de todo previsível, os preços não deixarão de subir até ao fim do ano. Para que serve, então, a carta? A CGTP explica: «No nosso entender, a lógica do panfleto do sr. ministro Cadilhe, em nome do CPCS, visa conter o crescimento dos salários, limitando esse crescimento às suas metas de inflação». Mas não será assim tão fácil — coisa que se resolve com uma carta. Explica ainda a CGTP: «O valor dos salários não pode ser determinado pela aplicação mecanicista do crescimento da inflação». Entre outros factores, esse crescimento salarial, além do vector inflacionista, terá que contar forçosamente com «o crescimento da produtividade, as implicações da política fiscal, da política de segurança social, da saúde». Terá que contar com o necessário crescimento do emprego. Não o vê assim o ministro Cadilhe. Com a sua meta ultrapassada, quem deve «gramar», do seu ponto de vista, são os rendimentos do trabalho. É pressa e é facilidade em demasia. O peso dos salários no rendimento português já é o mais baixo da Europa comunitária, sr. ministro. Para que profundezas o quer levar? A injustiça, que não tem pressa nem vem a público em trajos menores, já é insustentável, gritante — avisa a CGTP. O capital já arrecada mais do que é justo há muito tempo. Não vai, portanto, esta carta-panfleto ministerial alterar o que quer que seja na exigência de melhores salários. Continuará a luta, com carta ou sem ela, por uma repartição mais justa do rendimento nacional — tão certo como a inflação subir.

Reúne-se o 3.º congresso da FCT Também em debate a Televisão

Conforme anunciámos, reúne-se amanhã e depois, o terceiro Congresso da FCT — Federação das Comunicações e Telecomunicações. Esta organização sindical, que representa um número considerável de profissionais da Televisão, reclama, entre outras reivindicações indispensáveis, o cumprimento do acordo colectivo (AE) de trabalho na RTP. Ainda no que se refere a esta empresa pública da comunicação social, a Federação propõe-se «lutar pelo desenvolvimento da produção nacional, nomeadamente pela produção própria da RTP».

O III Congresso da FCT a efectuar em Lisboa sob o lema «Reestruturar-Inovar-Progressar», nos dias 17 e 18 do corrente, reunirá trabalhadores dos CTT, TLP, Marconi, Rádio e Televisão. Os diversos sindicatos que integram a FCT consideram que esta «importante realização» requer a participação activa de todos os abrangidos, em especial no que respeita ao estudo, análise, discussão e propostas sobre as teses a levar ao Congresso.

Na síntese do Programa de Acção, entretanto distribuída à imprensa, a FCT divide as principais propostas do PA pelos dois sectores da sua actividade: comunicações e comunicação audiovisual — RDP e RTP.

Mais lugares para partidários e apoiantes do Governo

Depois de referir no seu projecto de PA, a «luta fir-

me» a desenvolver contra «as tentativas de desmembramento das empresas» e de sublinhar nesse aspecto as intenções de separar os «sectores dos Correios e Telecomunicações dos CTT», aquele projecto, a submeter ao Congresso da FCT, reclama o fim das sucessivas reestruturadas empresariais, feitas com base em critérios onde se avoluma «a vontade de criar mais lugares de chefia para partidários e apoiantes do Governo».

A FCT está contra esses «critérios» e apoia «uma política nacional de comunicações e telecomunicações» que não ponha em causa o sector das comunicações como «parte integrante do sector empresarial do Estado».

A FCT, no seu projecto de PA a discutir e aprovar no Congresso, refere-se em especial às «tentativas de privatização de sectores rentáveis».

Num apelo à apresenta-



ção de propostas pelos delegados, que «farão do nosso Congresso um momento extraordinariamente importante para o sector», a Federação inclui na síntese do PA (projecto do Programa de Acção) a necessidade de ter em conta «a importância socioeconómica e estratégica do sector».

Para a FCT, é indispensável incrementar a rede em extensão e quantidade, «melhorando a qualidade de serviço».

Favorável ao planeamento convenientemente controlado, à manutenção da chamada «óptica de marketing», ao reforço da capacidade técnica do sector e ao «estabelecimento de políticas tarifárias baseadas em regras objectivas», a FCT recusa explicitamente as «pressões eleitoralistas» e as «conveniências do Governo», a existência do conceito de «negócio» utili-

zado contra a qualidade de serviço, a indefinição das prioridades do investimento.

Exigida a despartidarização das empresas

No que respeita ao sector da comunicação social — RDP e RTP — o projecto de PA, segundo a síntese a que tivemos acesso, exige «a despartidarização das empresas públicas de comunicação social».

A Federação, ao preparar este seu III Congresso, afirma que lutará contra «a utilização dos órgãos de comunicação social (audiovisuais) como meio de propaganda» dos governos.

Em contrapartida, o projecto de PA reclama «o acesso, em pé de igualdade, aos órgãos da comunicação social» por parte das «diversas organizações políticas e sindicais, e bem assim de outras correntes de opinião democráticas».

Pondo a tónica na defesa das normas constitucionais, a FCT defende «o sector público de rádio e televisão, como garante da liberdade de informação e expressão pluralista e independente».

No plano da «acção reivindicativa», o projecto de PA a submeter ao III Congresso da FCT defende, entre outros pontos de interesse substancial para os trabalhadores, «a proibição do

recurso abusivo e escandaloso aos contratos a prazo».

Este tipo de contratação apenas deve ser permitido em «situações transitórias, ou de trabalho temporário».

Deve respeitar-se o princípio segundo o qual «a um posto de trabalho deve corresponder um emprego estável».

Por outro lado, os direitos sindicais e laborais devem ser ampliados, passando pelo seu «efectivo exercício nas empresas».

As leis e convenções colectivas devem ser respeitadas pelas gerências e administrações. Os sindicatos e outras ORT recorrerão, «sempre que necessário, aos órgãos incumbidos de ministrar a justiça e assegurar a legalidade».

As revisões salariais deverão concretizar a «melhoria real do poder de compra das remunerações»; a matéria pecuniária terá que depender do princípio da vigência anual da contratação colectiva.

A síntese do projecto de Programa de Acção a apresentar ao III Congresso da FCT trata ainda de enquadramentos, carreiras e acessos profissionais, horários de trabalho, formação profissional, higiene e segurança, política de segurança social, jovens, tempos livres e de diversa matéria sobre organização sindical.



Aspecto do Encontro dos trabalhadores da Petrogal

Encontros nacionais

Entre as iniciativas mais destacadas que os representantes dos trabalhadores (ORTs, sindicatos, comissões sindicais e CTs) têm promovido recentemente destacam-se os Encontros de âmbito nacional nos supermercados e na Petrogal. Defesa do emprego, melhores salários, higiene e segurança no trabalho, horários, direitos constitucionais e recusa das privatizações, em especial aqui, no caso da Petrogal, foram os principais assuntos em debate.

Quanto aos supermercados, o Encontro promovido pelos sindicatos da Fepces,

em Lisboa, no passado dia 10, a par de iniciativas aprovadas até ao fim deste ano, deu especial atenção ao protocolo assinado com a associação patronal para a próxima negociação do ACTV — acordo colectivo de trabalho vertical, que será aplicado a todas as empresas do ramo.

O Encontro dos supermercados aprovou, além das jornadas sobre problemas do sector, a efectuar entre 27 de Outubro e 2 de Novembro próximos, a realização de um inquérito nacional subordinado ao tema «A prestação do trabalho nocturno nos fins-de-semana e feriados».

Na mesa que presidiu aos trabalhos do Encontro Nacional dos Supermercados estavam os dirigentes Raul Pica Sinos, Carlos Salgueiral, Horácio Alves, Emília Marques e Manuel Guerreiro.

No caso da Petrogal, a cujo Encontro voltaremos noutra oportunidade, requer destaque, entre outros indicadores apresentados, «a propósito de afirmações demagógicas quanto ao excessivo número de trabalhadores», o quadro seguinte sobre a evolução do quantitativo do pessoal no período de 1976 a 1987:

1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
6280	6801	6805	7114	7201	6949	7165	7093	6910	6738	6594	6421

Lutas sindicais

Continua a vasta e diversificada movimentação sindical, que tem assinalado os últimos meses, com relevo reconhecido para as greves dos médicos. Os rodoviários anunciavam, entretanto, uma greve para hoje na RN-EP. Amanhã, além de um desfile em direcção à Secretaria de Estado do Orçamento, decorrerá uma marcha-automóvel para Lisboa, como forma de luta dos trabalhadores administrativos da Função Pública, incluindo os da Segurança Social. Nas Contribuições e Impostos, mantém-se a situação que conduziu à greve. No Ensino, ao mesmo tempo que se procurava — como nos outros casos, aliás — soluções para os conflitos recorrendo ao diálogo e à negociação, previa-se recentemente o recurso a interrupções no trabalho dos professores primários. Mantém-se também perspectivas de luta em sectores como os metalúrgicos, corticeiros, e subsectores da Saúde, bem como em empresas que, é o caso da Setenave (ver pág. 2), ameaçam com elevado número de despedimentos — em especial a Sapex e a Equimetal — todas da região de Setúbal. Formas de luta estão também previstas nos bancários.

Neste último sector, os Sindicatos do Norte, Centro, Sul e Ilhas sublinhavam recentemente que «a luta é inevitável». Num comunicado conjunto sobre a revisão do ACTV — acordo colectivo de trabalho vertical, os representantes sindicais dos trabalhadores da banca afirmavam que não aceitam «uma revisão salarial de apenas 5 por cento». Por seu turno, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas acrescentava, numa moção aprovada pelo Conselho Geral em 27 do mês passado, que repudia «a posição intransigente e a falta de capacidade de diálogo dos representantes das instituições de crédito», assim como «o ostracismo a que o Governo votou os sindicatos». Foi decidido realizar plenários em todo o sector. A direcção do SBSI ficou mandatada para «desencaixar as formas de luta — incluindo a greve — que venha a entender mais adequadas para obrigar as instituições de crédito a negociar».

Nacional

CDU «encontra-se» em todo o País!

Um pouco por todo lado, que é como quem diz por todo o País, a CDU prossegue o seu notável trabalho autárquico, onde, recentemente, tem ganho relevo uma intensa actividade organizativa, quer produzindo balanços e decisões de actuação futura, quer perspectivando tarefas no quadro das próximas eleições gerais autárquicas. Os Encontros têm sido um dos «palcos» privilegiados desse grande trabalho organizativo, levando à discussão todo o tipo de problemas e nela pondo a participar o imenso colectivo unitário que constitui a CDU. Damos aqui breve nota de alguns desses Encontros, sendo de realçar que referimos apenas os que foram chegando à nossa Redacção, pelo que esta breve viagem não deve ser entendida como um balanço completo da actividade recente da CDU nesta frente.

Campo/Valongo

Dos grandes males — como a situação do posto médico e o carácter precário

em que se encontra a Escola Preparatória de Balseilhas, os transtornos provocados pelas dificuldades de abastecimento de água em vários pontos

da Freguesia, a falta de esgotos das águas domésticas e pluviais, a inexistência de um centro para a terceira idade e de infra-estruturas desportivas, os atrasos na recuperação da histórica ponte do rio Ferreira, a não ligação dos autocarros 60 e 61 a Campo, até muitos outros pequenos mas irritantes (pela demora em serem sanados) problemas como o cano que não se arranjou, o buraco que não se tapou, etc. — de muito se falou no encontro da CDU em Campo, no Concelho de Valongo, que se realizou no passado domingo, na Junta de Freguesia.

Contando com a participação dos eleitos da Assembleia de Freguesia, a vereadora da Câmara e um membro da Assembleia Municipal, foi possível «não só enumerar os males como também avançar com os remédios». A mais longo prazo e na perspectiva das eleições autárquicas do próximo ano, está sem dúvida a alteração da Junta PS, «alvo das maiores críticas pela sua incapacidade, inércia e mau trabalho». Contudo, e até lá, foi demonstrado haver propostas, trabalho que os eleitos e não eleitos da CDU podem fazer, reunindo e mobilizando a população para a resolução dos problemas. É o caso do terreno para a construção de um novo posto médico, que a ARS prometeu, para já verbalmente.

A abertura da CDU «no sentido de integrar e chamar à participação todas as pessoas válidas, dispostas a intervir para o progresso e desenvolvimento da Freguesia, os esforços para corrigir deficiências e melhorar a informação da CDU junto da população», foram outras das linhas apontadas neste encontro, que «evidenciou já boas possibilidades de dinamização da CDU nesta Freguesia do Concelho de Valongo».

Madeira

No primeiro Encontro Regional da CDU/Madeira participaram várias dezenas de democratas independentes, militantes e simpatizantes, dos Verdes, da Intervenção Democrática e do PCP. O Encontro discutiu e aprovou a declaração de princípios CDU-Madeira, que define como objectivos eleitorais:

«Contribuir para a convergência de todas as forças democráticas e democratas independentes da Madeira; concorrer em todos os círculos eleitorais; trabalhar para aumentar a votação da CDU/Madeira; manter e aumentar a representação parlamentar».

A declaração traça, também, os critérios fundamentais para a elaboração das listas de candidatos, nomeadamente «o carácter amplamente representativo no plano social e político, mas de

grande unidade em torno do projecto CDU-Madeira», definindo como linhas gerais para o programa da CDU-Madeira «a defesa do regime democrático, a consolidação da autonomia constitucional e a elaboração de propostas para a resolução dos gravíssimos problemas sociais, económicos e culturais da RAM».

Finalmente a declaração da CDU-Madeira define as linhas gerais para a campanha eleitoral, nomeadamente «o contacto directo com as populações, tendo sempre presente que o voto na CDU é o único que contribui para a convergência das forças democráticas».

O 1.º Encontro Regional da CDU-Madeira elegeu ainda as estruturas directivas da Coligação — a Comissão Regional com 50 membros e a Comissão Coordenadora da Comissão Regional com 11 membros.

Penacova

Realizou-se no passado dia 2 de Junho o 1.º Encontro Concelhio da CDU de Penacova (Rebordosa). O Encontro constatou «o enorme papel desempenhado pela CDU, a qual é a justa herdeira indiscutível de uma valiosa obra realizada. Projecto aberto e unitário que continua a ser indispensável para resolver os problemas das populações com a sua participação». Nas próximas eleições autárquicas de 1989

«a CDU vai desempenhar um papel insubstituível para levar a voz do povo aos órgãos autárquicos e defender coerentemente os interesses das populações», sublinhou-se.

Os órgãos autárquicos e particularmente a Câmara Municipal de Penacova de gestão maioritária PSD «tem-se caracterizado por imobilismo, inoperância, compadrio e irregularidades». Uma Câmara «que diz não haver assuntos para serem discutidos na Assembleia Municipal mostra ser de uma grande irresponsabilidade e procede de forma irregular, contrariando frontalmente a Lei das Autarquias (a Assembleia Municipal que deveria ser realizada em Abril não se efectuou)». Deste modo afirmou-se no Encontro que «a gestão maioritária do PSD na Câmara tem de ser responsabilizada pela não resolução de muitos e muitos problemas que deveriam ter sido resolvidos, e o não foram, porque pela sua própria natureza, composição e funcionamento o Executivo Camarário não está em condições de o fazer». Além disso «o PS também já demonstrou que não é capaz de fazer, quer em anteriores mandatos em que foi maioritário, quer com a presença de vereadores no actual Executivo Camarário e outros órgãos autárquicos», pelo que «só a CDU (Coligação Democrática Unitária) é a força capaz de combater com eficácia e determinação a gestão do PSD na Câmara e outros órgãos autárquicos», pois só ela «defende efectivamente os interesses das populações e da nossa terra».

Após apontar algumas linhas de trabalho e acção, o Encontro Concelhio de Penacova da CDU definiu os seus objectivos eleitorais para as eleições autárquicas do próximo ano, nomeadamente:

«Levar a voz da CDU à Câmara com a presença de um vereador; eleger 2 membros da CDU para a Assembleia Municipal; lutar para ganhar a freguesia de Lorvão; manter o eleito da CDU em Oliveira do Mondego; manter o eleito da CDU em Travanca do Mondego; eleger um membro para as Assembleias de Freguesia de Penacova, Figueira de Lorvão, S. Pedro de Alva e Sazes de Lorvão; aumentar as votações nas freguesias de Carvalho, Friumes, Paradela da Cortiça e S. Paio do Mondego; concorrer em todas as freguesias com residentes e naturais do concelho de Penacova».



Gaia duas políticas

Há gente que não vê. É um mal que há que remediar.

Mas há também quem não queira ver. Então entramos na caturrice e a coisa vai pior.

No passado dia 4 de Junho decorreu o Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local. A TV não viu, melhor, não quis ver, mas os mais de mil quadros (crise?) do PCP estavam lá. Muito se disse, muitos e variados exemplos do extraordinário trabalho dos eleitos do PCP e da CDU por este país fora. Um aspecto, entre outros, desse trabalho chamou contudo a atenção. Nas autarquias de maioria CDU, logo a seguir a 1974 as primeiras e principais medidas destinaram-se a resolver os problemas básicos da população — água canalizada, rede de esgotos, recolha de lixo. O próprio concelho onde o Encontro se realizou — Vila Franca de Xira — sobre isso tinha algo a dizer, e disse-o, para quem o quis ouvir e ver, que também lá estava escrito: o concelho de Vila Franca de Xira tem resolvido em quase 100% o problema do saneamento básico. Com os comunistas e outros democratas à frente da Câmara durante 14 anos, Vila Franca pode hoje orgulhar-se de ser um exemplo para muitos concelhos.

A Câmara de Vila Nova de Gaia conheceu já vários executivos e presidentes, pertencendo sempre a maioria quer ao PS, quer ao PSD/CDS(AD), quer ao PSD. Passados 14 anos, em que estado se encontra o saneamento básico do concelho? Segundo dados dos próprios SMAS, 50% da população não tem ligação domiciliária de água. Só 3 freguesias têm o problema em parte resolvido. Mas a situação é grave nas restantes 21 freguesias. Na freguesia da Madalena só 36% das famílias têm água, em Canidelo só 35%, em Canelas 20%, em Avintes 16%, em Pedroso só 0,5% (a maior freguesia do concelho em extensão e a quinta em população). As freguesias de Grijó, Perosinho, Sandim, Seixezelo, Sermonde, Serzedo, não têm uma só ligação de água ao domicílio.

Quanto a rede de esgotos, só 7% da população de Gaia está abrangida.

Estamos perante duas realidades bem diferentes, consequência de duas políticas igualmente diferentes.

Em Gaia o PSD acusa os vereadores e eleitos da CDU de virem para a Câmara fazer política. E é verdade. Temos a nossa política. O PSD é que não a vê, ou melhor, não a quer ver. Lutamos há anos para que Gaia pudesse hoje espelhar o resultado duma política que denotasse as preocupações que se têm tido em Vila Franca e noutras autarquias de maioria CDU. Hoje não estariam as crianças de algumas escolas do concelho a beber água contaminada, como a CDU já denunciou.

É contudo triste, inadmissível e injusta para as populações a política (a política dela, é claro) seguida pela gestão do PSD e anteriores executivos, que pretendem e pretendem colocar Gaia na frente dos concelhos onde mais proliferam as obras de fachada mas na cauda daqueles em que as necessidades básicas estão já resolvidas.

Estamos perante dois exemplos, duas políticas. Pode ver quem quiser. ■

Beira-Rio Centro histórico de Gaia

No passado dia 9 de Junho a CDU realizou um debate no edifício da Junta de Freguesia de Santa Marinha, em Vila Nova de Gaia, subordinada ao tema «Beira-Rio e seus problemas. Habitação/Zona Histórica». O debate foi aberto a toda a população e contou com a participação dos vereadores da CDU na Câmara, eleitos das Assembleias Municipal e de Santa Marinha, técnicos e especialistas em questões de recuperação de áreas urbanas e centros históricos.

Porque não avançam as medidas de recuperação das habitações degradadas da Beira-Rio e do Centro Histórico? Que têm feito o Governo, a Câmara e a Junta de Freguesia para a salvaguarda e preservação do património histórico-cultural? Recuperar a Beira-Rio e o Centro Histórico de Gaia com as populações ou contra as populações? Eis algumas das questões que a CDU colocou desde o início em debate, apelando à participação de todos quantos quisessem contribuir com a sua própria opinião, independentemente das posições políticas de cada um.

Diversos moradores da Beira-Rio entrevistaram para alertar para as degradantes condições de habitação em que vivem e os perigos que correm dia-a-dia — casas velhas em constante ameaça de desabamento, tábuas segurando telhados, escadas apodrecidas e a cair, famílias inteiras a viver num quarto, falta de água e quartos de

banho, incêndios (em 9.3.88 mais 3 pessoas morreram carbonizadas), milhares de ratos.

Houve quem denunciasse o facto de a Câmara de Gaia estar a permitir a ocupação dos espaços junto ao rio para satisfazer unicamente os interesses de determinadas empresas, roubando à população e aos seus filhos um local que lhes servia para ocupar os seus tempos de lazer, retirando os próprios bancos de descanso.

Foi criticado o Governo e a própria Câmara de Gaia pelo facto de não dotarem o Gabinete Local dos meios financeiros, materiais e humanos suficientes para uma melhor e mais rápida recuperação das habitações degradadas. A incúria com a área da Beira-Rio tem sido tal que foi já afirmado que das 113 bocas de incêndio existentes no local só perto de 20, se tanto, estarão em condições

de funcionar.

Denunciado foi também o facto de a Câmara de Gaia ter promovido uma reunião com os representantes das empresas do vinho do Porto sobre os problemas do Centro Histórico, o que em si não é de condenar, sendo já de condenar o de por outro lado nunca ter promovido reuniões com a população e ter mesmo aprovado obras (como a do Largo do Sandeman) que vão contra os seus interesses.

Com a realização deste debate, onde se discutiram várias outras questões, a CDU propôs-se e conseguiu concretizar aquilo que há já muito se deveria ter feito no Centro Histórico de Gaia e que não ficou esgotado nesta iniciativa: recuperar o Centro Histórico de Gaia e a Beira-Rio ouvindo as populações, interpretar o seu sentir e ter em conta as suas propostas.

JCP/Lisboa reúne 3.º Encontro Distrital

No Cabeço de Montachique (Loures) vai realizar-se este fim-de-semana o 3.º Encontro Distrital de Lisboa da JCP, que tem entre os seus objectivos principais a definição das prioridades da actuação dos jovens comunistas no movimento juvenil do distrito e a eleição da direcção distrital da Juventude Comunista Portuguesa.

O debate sobre o associativismo juvenil local, o associativismo juvenil em torno das autarquias, a luta pela paz, o movimento dos jovens trabalhadores, o desemprego, o desporto, a cultura e outros aspectos da realidade jovem de Lisboa inicia-se no sábado, às 15 horas. No final será eleita a direcção distrital da JCP.

Para as 21 e 30 horas está marcado um espectáculo com vídeo gigante e os grupos «Peace Makers» e «Megahertz».

O dia 19, domingo, começa logo às 10 horas e será preenchido com iniciativas de convívio, com desporto, vídeo, música e o mais que a imaginação conseguir.

Nacional



Em luta contra a «lei do latifúndio» que o Governo de Cavaco quer impor, a Reforma Agrária marchará, de novo, para a Assembleia da República, em Lisboa

Em luta contra a «lei do latifúndio» Reforma Agrária marcha para Lisboa

Reunidos em Évora, a 13 de Junho, a FENCA — Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção; os Secretariados das UCP's/Cooperativas Agrícolas; os Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura da Zona de Intervenção, com o apoio das Uniões de Sindicatos e da CGTP/IN decidiram confirmar e convocar uma marcha para Lisboa dos trabalhadores da Reforma Agrária, até à Assembleia da República, de 26 a 28 de Junho com o objectivo de protestar contra a nova «lei do latifúndio» e exigir que ela não vá para a frente.

A marcha será organizada com base em duas colunas, uma englobando os Distritos de Évora, Portalegre e Santarém e a outra, os distritos de Beja e Setúbal e iniciará com concentrações respectivamente em Vila Franca de Xira e Setúbal, no dia 26 de Junho, domingo, onde se irão concentrar as duas colunas, com comício de solidariedade previsto para as 21.30 horas.

Esta decisão de reconvoçar a marcha da Reforma Agrária deve-se ao facto de o Governo e a maioria PSD haverem agendado para o próximo dia 28 a discussão, na Assembleia da República, da sua «lei do latifúndio» — isto apesar da quase totalidade dos pareceres enviados à Assembleia da República sobre esta proposta de Lei

para a Reforma Agrária a terem rejeitado; isto apesar dos pareceres de reputados constitucionalistas atestarem o claro e grosseiro carácter inconstitucional daquela lei, proposta pelo Governo.

Como referem os promotores da marcha, «com esta proposta de lei maximalista, desestabilizadora e profundamente inconstitucional, o Governo prefere de novo a confrontação ao diálogo, a prevalência do regresso dos latifúndios e dos latifundiários à coexistência estimulante entre os diversos sectores de propriedades — colectivo, cooperativo e privado.

«Com esta proposta de Lei o Governo nada mais tem para oferecer aos trabalhadores do que um futuro de desemprego e de insegurança e à agricultura da re-

gião o regresso a formas de exploração típicas do latifúndio. Sendo um diploma claramente inconstitucional, mesmo que a maioria PSD o venha a aprovar na Assembleia da República, a lei não pode deixar de ser submetida à fiscalização prévia de constitucionalidade», adverte-se.

Finalmente sublinha-se que «os trabalhadores não aceitam esta proposta de lei, generalizadamente condenada e rejeitada conforme o demonstrou o resultado da consulta pública e, por isso vão intensificar a luta.

«A Reforma Agrária, parte integrante do Portugal de Abril, é necessária ao desenvolvimento da agricultura e à resposta que o País tem de encontrar para fazer face aos condicionalismos comunitários; é necessária à garantia de emprego e à melhoria das condições de vida de quem trabalha a terra». Por isso «a sua defesa é um imperativo de todos os trabalhadores e democratas, solidários com a marcha da RA para Lisboa, de protesto junto à Assembleia da República, onde deverá chegar até 15 horas do dia 28 de Junho, no momento do início do debate da nova lei do latifúndio».

MARN-Beiras Emparcelamento à força?!...

Segundo um seu comunicado, o MARN-Beiras teve conhecimento que os Serviços responsáveis pela execução do Emparcelamento Agrícola do Baixo-Mondego informaram alguns agricultores de S. Martinho do Bispo das obras que ali se irão efectuar brevemente (estrada e valas). Esta decisão «levantou de imediato a indignação e o descontentamento dos agricultores da zona por

verem assim a tentativa do Ministério impor o Emparcelamento forçado que recebeu já em devida altura a desaprovação dos agricultores manifestada das mais diversas formas, quer em reuniões públicas, audiências, concentrações, etc.».

E o comunicado do MARN-Beiras conclui e adverte:

«Os Serviços do Ministério mostram assim o desprezo e

a falta de respeito que têm pelos agricultores e suas organizações de classe. Os agricultores afectados tudo farão para impedir este afrontamento injusto que vem prejudicar os agricultores e a agricultura da região. Queremos um emparcelamento justo que seja discutido junto dos agricultores e das suas Organizações, e não que seja feito nas suas costas.»



Com sol ou com chuva trabalha-se no duro

Acelera-se a contagem decrescente para o início da 12.ª Festa do «Avante!», marcada para 9, 10 e 11 de Setembro nos terrenos da antiga Quinta do Infantado, em Loures. Enquanto nos preocupamos todos com o tempo que irá fazer, rogando ao São Pedro que mande muito sol por essa altura, o trabalho vai avançando. Com sol ou com chuva, trabalha-se no duro no terreno da Festa, como mostram as fotografias, tiradas no passado fim-de-semana.

Recordamos — se é que alguém já se esqueceu — que todas as mãos são bem-vindas ao terreno da Festa, ali mesmo no fim da via rápida Lisboa-Loures.

Entretanto prossegue o trabalho de divulgação da Festa, de venda das EPs, de organização de excursões.

Penacova

Esta semana temos notícias de Penacova, concelho onde foi criado um grupo de promoção e divulgação da Festa do «Avante!».

Dizem-nos de lá que encerra no sábado o torneio de futebol de salão iniciado no dia 9 de Junho e que decorreu no parque de jogos do Hospital Psiquiátrico do Lorvão, com a participação de cinco equipas. Para depois do jogo final está prevista uma animada jornada de convívio, com jogadores, árbitros e público a participar numa sardinhadá futebolística à maneira.

Além do futebol, o grupo da Festa está a preparar para dia 2 de Julho um concurso de pesca na barragem da Aguieira e o 3.º Festival da Canção de Lorvão, no dia 7 de Agosto.



Como se viu no passado fim-de-semana, a Festa constrói-se com muito trabalho. Mas não é menos verdade que só trabalha quem come. O bom humor é, nisto tudo, rei e senhor, que nem sal na cozinha



PCP

Encontros concelhios da CDU em Matosinhos e Felgueiras

No próximo sábado, dia 18, a Coligação Democrática Unitária (CDU) realiza encontros concelhios em **Matosinhos e Felgueiras**, no distrito do Porto. O primeiro decorrerá a partir das 14.30 h na Junta de Freguesia local. O segundo terá lugar na escola secundária de Felgueiras, com início às 15 horas. As carências que se notam nestes concelhos, a actuação das outras forças políti-

Amarante

«A actividade da Câmara Municipal de Amarante, diri-

cas, em particular o PS, as propostas alternativas e a vontade de mudança a favor das populações manifestadas pela CDU serão certamente temas em destaque nos debates previstos para sábado.

gida e administrada pelo PSD, PS e CDS, tem uma gestão centralizadora prejudicial ao desenvolvimento do concelho e à resolução dos seus problemas». Foi a primeira das conclusões tiradas do debate, alargado e muito participado, que aconteceu no passado sábado, dia 11 de Junho, durante toda a tarde, no encontro concelhio da CDU em Amarante. Organizado por uma am-

Lobão Vital

Um exemplo que não se esquece

No passado fim-de-semana a DORP do PCP promoveu uma homenagem ao nosso camarada António Lobão Vital, por ocasião da passagem do décimo aniversário da sua morte.

A homenagem — composta de uma sessão evocativa e de uma romagem ao cemitério onde se encontra sepultado — constituiu um espaço de encontro para centenas de amigos e camaradas de Lobão Vital, para os quais o seu exemplo cumpre evocar e preservar.

Muitos foram os testemunhos prestados — de antigos companheiros de luta como José Morgado, Raúl de Castro e Óscar Lopes; de colegas e amigos como Heitor Bessa, Cassiano Barbosa e Eduardo Ribeiro; de diversas camaradas de Lobão Vital que, então ainda jovens, com ele percorreram os difíceis caminhos da luta clandestina contra o fascismo, como especialmente referiam Maria José Ribeiro, Zeferino Coe-

lho e Edgar Correia. Testemunhos estes que ajudaram a recordar a multiplicidade e riqueza da dimensão humana, intelectual e política de Lobão Vital, através da ilustração de significativos momentos da sua longa, dedicada e consequente actividade antifascista e revolucionária e do convívio amigo, generoso e fraterno que com ele — e com Virgínia Moura, sua companheira de sempre — foram estabelecendo sucessivas gerações de democratas para cuja formação a personalidade e o exemplo de Lobão Vital contribuíram decisivamente.

O seu papel como grande animador da vida cultural portuense e como activo impulsor do debate de ideias, o seu empenhamento na formação de um pensamento humanista e progressista que então percorria a vida intelectual portuguesa e se integrava na grande frente democrática contra o fascismo, a par das suas qualida-

des como profissional de arquitectura — que nunca desligou das motivações sociais e políticas que o animavam — foram traços sublinhados e relembrados pelos oradores, cujas palavras foram igualmente um breve resumo da história da luta do povo português contra a opressão fascista e um renovado estímulo para que hoje saibamos — tal como Lobão Vital sempre soube — prosseguir a luta pela liberdade, a democracia e o socialismo.

Comunistas do Alandroal tiveram 1.ª Assembleia

A eleição da nova Comissão Concelhia do Partido foi um dos pontos altos da recente Assembleia da organização do PCP do **Alandroal**, realizada na Casa do Povo de

Pias com cerca de 150 participantes.

A nova Concelhia é constituída por 23 membros, sendo 15 operários, 5 empregados, 2 quadros e intelectuais e um pequeno agricultor.

No decorrer dos trabalhos, que registou também a presença como convidado do camarada **Diamantino Dias**, membro do Comité Central, aderiram ao Partido 14 novos camaradas, metade dos quais mulheres.

Evidenciando uma profunda ligação à realidade da terra, os comunistas do Alandroal abordaram nesta sua 1.ª Assembleia diversos temas ao longo das 30 intervenções, relacionadas quer com a vida interna e o trabalho político do Partido, quer com a vida local: Reforma Agrária, juventude, Poder Local democrático, problemas dos agricultores, saúde e desporto, etc.

Maia O balanço de 5 anos

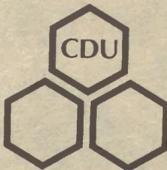
• Assembleia no sábado

É já no próximo sábado, dia 18, que se realiza a Assembleia da Organização Concelhia da Maia, na Escola Preparatória, a partir das 15 horas.

Culminando um valioso trabalho preparatório, que envolveu a realização de quase duas dezenas de reuniões e assembleias, nas quais foram eleitos os 122 delegados e discutido e aprofundado o documento — base que será posta à consideração da assembleia, os

Deputados em T. Vedras

Os deputados comunistas Álvaro Brasileiro e Octávio Teixeira deslocam-se amanhã (sexta-feira) ao concelho de Torres Vedras, no distrito de Lisboa. Das iniciativas programadas, destacam-se encontros com a população e às 21.30 h sessão sobre problemas da agricultura na colectividade da Calzaria.



SANTARÉM

A Feira Nacional da Agricultura nas mãos da CAP

• Uma história com pressões chantagens e cedências

A (recente) solução encontrada para a Feira Nacional da Agricultura/Feira do Ribatejo — criação de uma empresa mista dominada pela CAP (confederação do patronato agrícola) — é o resultado lógico de um conjunto de pressões e chantagens que, particularmente desde 1983, as forças políticas de direita vinham exercendo sobre o Partido Socialista, assinala uma nota de informação divulgada pela Comissão Concelhia de Santarém do PCP.

Depois de recordar o alerta já lançado em Fevereiro de 84 (comunicado da Concelhia), a organização do Partido esclarece e lembra que as pressões e chantagens da direita sobre o PS, nomeadamente da CAP, levaram em 1984 ao afastamento do eng.º Sacramento Marques, da direcção da Feira. Depois de cedência em cedência foram até à entrega da FNA, consumada recentemente, aos sectores mais retrógrados da nossa agricultura, em prejuízo

dos interesses do Município. «A agricultura da região e do País viu-se marginalizada em todo este processo», salienta a nota da Concelhia de Santarém do PCP, que comenta logo de seguida:

Ao contrário do que se tem afirmado, de que era preciso uma empresa para a FNA com a participação da CAP para poder obter os financiamentos necessários para as suas instalações na Quinta das Cegonhas (calculados em cerca de 1 milhão

de contos), era possível ter encontrado outras soluções, nomeadamente a criação de um Serviço Municipal com autonomia administrativa e financeira, solução esta que permitiria ao Município candidatar-se aos fundos do FEDER e ao mesmo tempo garantir uma posição equilibrada nas relações com as diversas organizações interessadas na Feira.

A posição do Ministério da Agricultura e do Governo PSD de apoio e total identificação com os grandes agrários da CAP, numa atitude de marginalização e lesiva dos reais interesses e aspirações dos agricultores e da agricultura portuguesa, mostra bem qual a orientação que se pretende imprimir à Feira.

Os últimos acontecimentos à volta da presidência da FNA e do boicote da CAP mostram bem até onde pode levar uma política de cedências sem princípio. A CAP não só não «agradeceu» ao PS e ao presidente Botas a entrega da Feira, como claramente lhe recusou o último «capricho» que seria, depois de ter cedido praticamente tudo, ficar alguns anos formalmente como presidente da FNA até à sua mudança para a Quinta das Cegonhas. Que se saibam tirar daqui os devidos ensinamentos.



Município de Santarém: o PS de cedência em cedência à CAP até à entrega da Feira Nacional da Agricultura a uma empresa em que domina a confederação do patronato agrícola

2.ª Assembleia do Partido em Oliveira de Azeméis

Ultrapassar insuficiências, melhorar o trabalho político e organizativo, reforçar a ligação do Partido aos problemas e às populações locais contam-se entre os objectivos essenciais da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Oliveira de Azeméis (distrito de Aveiro), marcada para o próximo sábado, dia 18.

Tendo como lema «**com um PCP mais forte, um concelho mais próspero**», a Assembleia decorrerá nas instalações da escola preparatória de Oliveira de Azeméis, a partir das 14.30

horas.

Em contacto com o «Avante!» a Concelhia em funções refere-nos que a Assembleia fará a análise da situação política e social do concelho e um levantamento das deficiências, erros e avanços do Partido. «Serão encontradas», sublinham os comunistas, «medidas que permitam ultrapassar as deficiências com vista ao reforço do Partido e sua influência».

Os dirigentes comunistas Jaime Serra e Vidal Pinto, da Comissão Política do Partido, participarão nos trabalhos da 2.ª Assembleia.



Leiria

Variedades, arraial popular, stands com artigos regionais, quermesse, serviço de bar e restaurante, café-concerto, balles e espaço jovem com discoteca são alguns dos atractivos da **Festa do Futuro** que no próximo fim-de-semana (sábado e domingo) vai animar a cidade de Leiria, numa iniciativa da Organização Regional do Partido Comunista Português (OR-LEI) e da JCP. A festa decorrerá no Mercado Santana.

Reuniões no Barreiro e Lisboa

Atenção, naturais da zona do pinhal

Analisar e discutir questões ligadas ao trabalho do Partido na região é um dos objectivos das reuniões marcadas para **Lisboa e Barreiro**, destinadas a camaradas e amigos naturais da zona do pinhal do distrito de Castelo Branco (concelhos de **Proença-a-Nova, Sertão, Oleiros e Vila de Rei**), residentes na Grande Lisboa.

Outro objectivo fundamental destas iniciativas é a dinamização da CDU naque-

les concelhos, como nos revela a Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP. No **Barreiro** a reunião decorrerá no próximo dia 2 de Julho a partir das 15 horas no Centro de Trabalho concelhio. Em **Lisboa** o encontro será no dia seguinte, às 15.30 h, no Vitória. O camarada **Jorge Amorim**, membro da Direcção Regional da Beira Interior, participará nestas reuniões.



Coimbra: os comunistas comentam a situação que se vive na cidade e no concelho a propósito da instalação de gás ao domicílio

COIMBRA

A Câmara Municipal e o abastecimento de gás

• PCP esclarece e alerta

A propósito do abastecimento de gás natural ao domicílio, a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP divulgou aos órgãos de Comunicação Social uma breve nota com sete parágrafos, onde chama a atenção para alguns problemas fundamentais que a direcção do Município parece «esquecer». Vejamos o que dizem os comunistas:

«Está a assumir contornos muito pouco claros a posição da Câmara Municipal de Coimbra acerca do abastecimento de gás natural ao domicílio.

Tratando-se como se trata de um empreendimento de grande interesse para a cidade e o concelho — recorde-se a poupança de energia

que daí resultará para milhares de famílias e para muitas indústrias — normal seria que uma Câmara interessada no progresso e na defesa dos interesses da população tivesse uma intervenção activa e empenhada nesta matéria.

Tratando-se como se trata de um empreendimento que na sua fase de instalação terá grandes consequências na vida normal da cidade — com o «atagar» de ruas e passeios para a passagem de condutas — normal seria que uma Câmara bem gerida procurasse desde o início acautelar os seus interesses e os de quem a elegeu.

Ao contrário, a Câmara Municipal de Coimbra, apesar das repetidas insistências dos vereadores e deputados municipais da CDU, comporta-se como se não fosse nada com ela. Enquanto isso, importantes interesses económicos locais e nacio-

nais mexem-se e organizam-se para chamar a si o grande negócio da venda do gás natural ao povo de Coimbra.

As afirmações proferidas pelo presidente da Câmara na sessão da Assembleia Municipal, em resposta a mais uma interpelação da CDU, são reveladoras da ligeireza com que encara esta situação: afirmou que tem andado a pedir informações aos ministérios e aos industriais e que nada pode fazer enquanto não lhe disserem por onde passa o gasoduto.

Das duas uma: ou estamos perante uma irresponsabilidade grave por parte do presidente e maioria da verelação do município, ou então perante uma opção disfarçada de nada fazer para deixar campo de manobra a jogos e negócios que nada têm a ver com os interesses do povo do concelho e da própria Câmara.

O Partido Comunista Português, ao mesmo tempo que alerta a população para a gravidade deste comportamento da autarquia, adverte desde já a Câmara Municipal de que não aceitará qualquer política de facto consumado, que venha a tentar fazer passar decisões erradas como irreversíveis.

Assembleia da República

Formação profissional

PSD inviabiliza projecto em defesa dos direitos dos formandos

O PSD deverá inviabilizar em votação a realizar na sessão plenária de hoje um projecto de lei do PCP que contempla um conjunto de garantias e direitos dos cidadãos que frequentam cursos de formação profissional. Apreciado faz hoje oito dias, o referido diploma contava entre os seus objectivos a criação de uma grelha de direitos dos formandos que frequentam acções de formação profissional, assegurando-lhes simultaneamente uma ampla e sistematizada informação sobre as acções em que poderão participar e respectivas condições e, bem assim, o acompanhamento pelos Centros de Emprego dos formandos na sua inserção profissional.

Com as suas virtualidades reconhecidas pela generalidade dos partidos da oposição — só o CDS, sem pôr em causa o seu conteúdo, invocou o facto de em sua opinião se tratar de uma matéria regulamentar e como tal não ter dignidade para ser tratada na Assembleia — o diploma deverá no entanto chumbar como já dissemos dado que — este foi o argumento aduzido pela maioria — o Governo já aprovou um decreto-lei sobre a mesma matéria mas cujo conteúdo em concreto, porém, ninguém conhece, nem mesmo os deputados do PSD.

Vazio legal

Consideram estes que depois do anúncio em Conselho de Ministros da iniciativa do Governo o PCP deveria ter retirado o seu projecto. Acontece no entanto que este foi apresentado há seis meses, tendo a persistência do vazio legal estado precisamente na origem da decisão ulterior da bancada comunista, mais precisamente em 2 de Abril p.p., de avançar com o seu direito de agendamento.

Só depois de tomar conhecimento que esta matéria



Dar mais garantias e conceder maior apoio aos jovens formandos constituem as traves mestras do projecto do PCP sobre formação profissional que o PSD se prepara para inviabilizar

iria ser apreciada na Assembleia, numa indisfarçável manobra por baixo da mesa, é que o Governo resolve avançar com o seu decreto-lei — e não com uma proposta de lei, a qual, recorde-se, implicaria um debate público sobre a matéria —, decreto esse que nem sequer, repita-se, é do conhecimento da Assembleia da República.

Cai assim por terra o argumento aduzido pelos parlamentares do PSD quanto ao carácter extemporâneo da iniciativa comunista, pondo por outro lado em evidência, como sublinhou Rogério Moreira no final do debate, o seu embaraço de ter de defender aquilo que nem ela própria conhece.

Propostas construtivas

Por resolver, a verificarem-se as tendências de voto expressas no decorrer do debate, continuarão entretanto algumas das situações

a que a iniciativa legislativa do PCP se proponha resolver, num quadro em que designadamente, conforme referiu Álvaro Amaro, se impõe aprofundar e concretizar a articulação entre a formação profissional e o sistema educativo, definir prioridades regionais e nacionais e esclarecer os escândalos que têm envolvido as acções de formação.

Esta última seria de resto uma das questões mais focadas no decorrer do debate, tendo os deputados comunistas lembrado através de vários exemplos as situações de falta de transparência e rigor de que têm resultado

graves prejuízos para os interesses nacionais e para os formandos.

Sublinhe-se ainda que a iniciativa dos jovens deputados comunistas não pretendia esgotar a problemática da formação profissional, afirmando-se pelo contrário como um contributo para a resolução dos problemas com que se debatem milhares de jovens envolvidos em acções de formação.

Nesse sentido iam algumas das medidas previstas no seu articulado visando por exemplo criar uma série de disposições regulando os direitos dos formandos, bem como garantir-lhes uma informação adequada designadamente por via de uma intervenção regular dos Centros de Emprego.

A instituição de núcleos de atendimento pessoal específicos nos Centros de Emprego que além da prestação de informações acompanharam a inserção profissional dos formandos, a definição do conteúdo mínimo obrigatório do contrato de formação, a aplicação do estatuto do trabalhador estudante a formandos que simultaneamente frequentem estabelecimentos de ensino e a garantia de fiscalização das acções, constituíam outras tantas propostas contempladas no projecto de lei dos parlamentares comunistas.

Recenseamento eleitoral Inviabilizada operação almejada pelo Governo

O Plenário aprovou na passada semana com os votos favoráveis do PSD (PS, PRD e CDS votaram contra; PCP e «Verdes» abstiveram-se) a proposta de lei n.º 40/V sobre revisão da lei de recenseamento eleitoral. Recheada de perigosas alterações, a proposta inicial acabaria no entanto por ser em parte corrigida e melhorada em sede de especialidade, tendo alguns dos seus aspectos mais gravosos sido expurgados por força da intervenção dos deputados da oposição e designadamente do PCP que desde o princípio levantara fortes críticas e objecções ao diploma governamental.

Em declaração de voto proferida no epílogo do processo de votação na especialidade, o deputado José Magalhães chamou a atenção para a comprovada justiça dessas críticas da bancada comunista, sublinhando alguns dos aspectos mais negativos contidos no texto inicial do Governo.

Inoportuno, improvisado e tecnicamente deficiente, elaborado à margem das Regiões Autónomas, inconstitucional e insuficiente foram assim alguns dos epítetos utilizados pelo deputado comunista para qualificar a primeira versão da proposta de lei.

Fundamentando minucio-

samente as suas afirmações, lembrou José Magalhães, em referência ao carácter inoportuno da iniciativa do Executivo, o facto de esta visar «mudanças da mecânica do recenseamento eleitoral com este já em adiantado curso», constituindo por outro lado as numerosas correcções introduzidas em Comissão — «não apenas para evitar colisões de redacção, discrepâncias e normas de interpretação dúbia mas até para prevenir consequências gravíssimas de certas opções mal pensadas», as palavras são duas — uma iniludível prova do improvisado e das deficiências sob o ponto de vista técnico a que esteve sujeita a elaboração do texto.

Para a bancada comunista o facto do diploma ter sido feito à margem das Regiões Autónomas traduz por sua vez «uma viciada concepção de relacionamento» com estas regiões, considerando ainda que ele violava frontalmente a Constituição ao permitir que fossem arbitrariamente retirados dos cadernos cidadãos que tivessem mudado de residência sem acautelar que a «eliminação só pudessem ter lugar depois de operada efectivamente a transferência para os cadernos da nova residência».

Pese embora o trabalho desenvolvido na especialidade — decisivo para fazer gozar as perigosas alterações almejadas pelo Governo — a verdade é que como salientou o deputado do PCP «não foi possível alterar características congénitas da proposta e do actual quadro do recenseamento eleitoral», circunstância que acaba por impedir que a proposta dê resposta a problemas que se têm repercutido negativamente na genuinidade dos cadernos bem como as relacionadas com o recenseamento de não residentes.

Tabela de assinaturas (12 números)

Continente e ilhas	770\$00
Europa	2070\$00
P. Exp. Portuguesa	2870\$00
Extra-Europa	3620\$00

Pagamento em cheque ou vale de correio dirigido à Central Distribuidora Livreira, SARL, Av. Santos Dumont, 57, 2.º 1500 Lisboa

Assembleia da República

Em causa o Regimento

PSD reduz direitos da Oposição e papel fiscalizador da Assembleia

Os deputados concluíram na passada semana a apreciação do projecto de Regimento da Assembleia da República apresentado pelo PSD, texto que em simultâneo com a Lei Orgânica constitui um dos instrumentos fundamentais para o exercício das competências deste órgão de soberania.

Objecto de duras críticas e objecções por parte dos partidos da oposição ao longo dos debates que preencheram durante semanas várias sessões, a proposta de Regimento acabaria no entanto por não ser aprovada em virtude do insuficiente número de deputados presente no hemiciclo no momento da votação.

Bem recorreu a bancada da maioria a expedientes de toda a ordem com vista a fazer aprovar a sua proposta, procurando para o efeito arranjar o necessário *quorum* (registre-se que o número dos

seus deputados é suficiente para o garantir) e, deste modo, como é sua prática, impor pela força dos votos o que lhe falta em razão.

Em vão. Com efeito, pese embora todas as diligências, a verdade é que nem isso o PSD foi capaz — cerca de um terço dos seus deputados estava ausente — o que para além do caricato da situação não pode deixar de suscitar a seguinte observação: se nem os seus próprios deputados conseguem convencer como é que o PSD conseguirá convencer o povo português?

Mas adiante. Concluído o debate, o que em linhas gerais importa reter é que estamos perante um Regimento elaborado na perspectiva de restringir gravemente os direitos dos partidos da oposição, governamentalizar e monopartidarizar a Assembleia da República e transformar este órgão de soberania em mais uma sede do PSD.

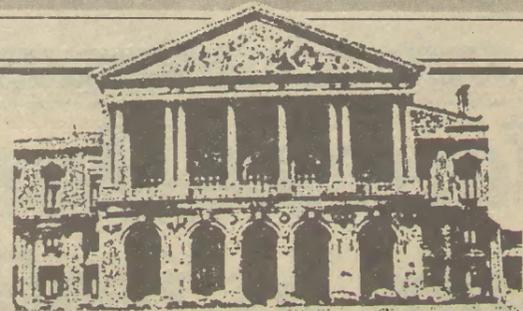
Isto mesmo foi de resto visível no debate realizado ontem oito dias, gorando-se por completo todos os esforços de aproximação envidados pelos partidos da oposição no sentido de obter os consensos que tornassem possível encontrar uma proposta de Regimento que servisse a Assembleia, dignificasse os trabalhos parlamentares e garantisse os direitos dos deputados.

Implacável, tal como aliás já sucedera em anteriores reuniões realizadas a pedido dos partidos da oposição, a resposta da maioria que sustenta o Governo foi sempre a mesma: não abdicamos do nosso projecto!

Impedindo a Assembleia da República de exercer cabalmente as suas competências, o projecto do PSD visa deste modo, como denunciaram os deputados Jorge Lemos e José Manuel Mendes, restringir direitos dos partidos da oposição (nomeadamente

no que se refere ao uso da palavra, exercício de iniciativa legislativa, marcações da ordem do dia, etc.), dificultar o exercício pela Assembleia dos seus poderes de fiscalização (através de perguntas ao Governo, apreciação de decretos-leis, interpelações e outras figuras que o PSD pretende degradar) e ainda colocar nas suas próprias mãos o controlo total dos trabalhos parlamentares, reforçando assim por via administrativa os seus direitos.

Realce merece ainda a pretensão dos parlamentares do PSD de eliminarem a figura dos agrupamentos parlamentares o que na prática significa a extinção da Intervenção Democrática na Assembleia, não respeitando sequer com esta decisão os compromissos assumidos e a própria expectativa do eleitorado que votou na presunção da existência de um agrupamento parlamentar com aquelas características.



Carta dos Direitos do Emigrante

O Grupo Parlamentar do PCP apresentará em breve na Assembleia da República um projecto de lei que define um importante conjunto de direitos do emigrante.

No momento em que se assinala o Dia das Comunidades, esta iniciativa dos parlamentares comunistas assume uma particular oportunidade, considerando-se de grande importância que a Assembleia da República discuta e aprove um conjunto de medidas que garantam a protecção na saída do País, durante a estadia fora do território nacional e no regresso a Portugal.

De entre as medidas preconizadas pelo PCP conta-se o direito à emissão gratuita de passaporte, de regresso de viagem e frequência gratuita de um curso de aprendizagem da língua e civilização do País de destino e ainda o direito à frequência igualmente gratuita de cursos de formação profissional aquando do regresso, visando uma mais fácil reintegração na sociedade portuguesa.

O projecto estabelece, por outro lado, um conjunto de medidas para que sejam asseguradas nos países de acolhimento as adequadas condições de exercício de actividade, (nomeadamente a correcta aplicação dos contratos) bem como a implementação de acções que facilitem o acesso dos nossos compatriotas ao território nacional durante os períodos de férias, designadamente através de uma redução de preços nas empresas de transportes públicos, maior frequência de transportes, alargamento dos períodos de funcionamento dos serviços de fronteira e alfândegas e medidas de apoio à segurança rodoviária.

A implementação de um regime fiscal especial para os emigrantes no momento do seu regresso definitivo e a adopção de medidas que tenham em conta as condições específicas dos jovens emigrantes em idade de prestação do serviço militar contam-se ainda entre as soluções adoptadas no projecto de lei do PCP.

Com esta sua iniciativa legislativa o PCP visa ainda garantir aos emigrantes o exercício efectivo do direito ao ensino, à segurança social, à informação, à formação profissional, à cultura e ao reagrupamento familiar.



Surdo a todas as críticas e sugestões da Oposição, o PSD impôs uma revisão bloqueadora e iníqua das regras de funcionamento da Assembleia da República

Desporto escolar e Educação Física

A disciplina pobre da Educação

No nosso país perto de 20 por cento dos alunos não têm educação física, 27,6 por cento das escolas não dispõem de qualquer instalação desportiva e só 12 por cento destas possuem um espaço polidesportivo descoberto. Reveladores das orientações imprimidas ao Ministério de que é titular Roberto Carneiro em matéria de educação física e desporto escolar, estes números foram dados a conhecer na passada semana ao Plenário pelo deputado Álvaro Amaro.

Para este estado de coisas, segundo a bancada comunista, contribuiu a ausência de vontade política para assumir a educação física como qualquer outra discipli-

na curricular, facto que a não ser assim impediria o Governo de considerar por exemplo que escolas sem instalações cobertas estão aptas para entrarem em funcionamento, se implantassem polidesportivos descobertos sem construir os balneários e respectivos equipamentos ou mesmo que se construíssem escolas adiando *sine die* a construção das instalações desportivas.

Do que se trata, pois, para os parlamentares do PCP, para lá da necessária vontade política, é de alterar a deficiente planificação existente e a escassez de verbas actual, o que pressupõe, frisou Álvaro Amaro, que se encontrem

directrizes para o desporto escolar que «tenha em conta a necessária articulação deste com a actividade curricular normal».

Nada disto porém tem sucedido, as medidas de intervenção urgente para a construção de infra-estruturas desportivas continuam a ser adiadas, enquanto que, por outro lado, disse o jovem deputado comunista, estabelece-se «uma teia confusa quanto às responsabilidades dos professores de educação física», não se define no concreto o financiamento das actividades e ignora-se, entre outras coisas, a «necessária participação dos interessados, dos técnicos e dos pró-

prios estudantes através das suas associações». Mas mais grave ainda, do ponto de vista da bancada comunista, é a circunstância de estarem já ultrapassados os prazos que o Governo se autofixou para a apresentação do Programa Quantificado de Acções a desenvolver no presente ano lectivo, facto revelador do alcance de uma opção governamental que não hesita em sacrificar o desporto escolar e a educação física, pondo assim em causa a prática de actividades, que como foi sublinhado, constituem uma «peça importante na formação do indivíduo e uma etapa da vida do praticante desportivo».

Parlamento toma posição a favor de democratas turcos

A Assembleia da República manifestou-se na passada semana pela imediata libertação de Hayder Kutlu e Nihat Sargin, secretários-gerais, respectivamente do Partido Operário da Turquia e do Partido Comunista Turco (presos imediatamente à sua chegada à Turquia em 16 de Novembro de 1987 quando regressavam voluntariamente à sua pátria) e pela anulação dos processos contra eles instaurados.

Manifestada através de um voto que acolheu os votos favoráveis de todos os grupos e agrupamentos parlamentares, à excepção do PSD e do CDS que se abstiveram, esta posição dos parlamentares portugueses resulta do seu entendimento de que a detenção e julgamento destes dois dirigentes políticos configura um atentado e uma afronta aos «mais elementares direitos».

O texto do voto lembra que a detenção dos dois dirigentes turcos já mereceu

«os mais vivos protestos dentro e fora da Turquia», tendo o Parlamento Europeu diligenciado já no sentido da sua imediata libertação, exigência igualmente formulada pela Amnistia Internacional.

Depois de sublinharem que a única explicação para a sua detenção e do julgamento agora iniciado, onde são pedidas penas de prisão de centenas de anos, reside no facto de Sargin e Kutlu «professarem ideais políticos democráticos que são penalizados com o actual código penal turco», os deputados portugueses recordam que tais ocorrências «contrariam frontalmente» a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Registe-se que a Turquia é membro do Conselho da Europa, comprometeu-se a respeitar os Direitos do Homem e já manifestou o seu interesse de ser membro do Parlamento Europeu.

Internacional

Terceiro Mundo ameaçado com os resíduos tóxicos dos países capitalistas

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) denunciou recentemente a existência de um plano para a transferência de milhões de toneladas de resíduos tóxicos para a África e América Latina, oriundos da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Segundo uma declaração divulgada em Nairobi pelo director executivo daquele organismo, Mostafa Tolba, os casos vindos a público de transporte de resíduos tóxicos para a Venezuela, Serra Leoa, Guiné-Bissau e Gâmbia são apenas a parte visível de uma situação que está a agravar-se e exige a investigação por todas as partes interessadas.

Expressando a preocupação de que os países em vias de desenvolvimento se estejam a tornar em cemitério dos resíduos perigosos dos países industrializados, o documento alerta que o que está em causa é a saúde das populações do chamado Terceiro Mundo, bem como o respectivo equilíbrio ecológico.

A Organização de Unidades Africanas (OUA) e o Parlamento Europeu tomaram já posição sobre o assunto, condenando ambos o desvio incontrolado dos resíduos tóxicos para os países em vias de desenvolvimento; o PNUMA, por seu turno, defende a elaboração urgente de um acordo internacional que regulamente a matéria. Segundo disse a propósito Mostafa Tolba, «os estados que se desfazem de resíduos perigosos e os que os recebem no seu país devem cooperar estreitamente e arcar, em conjunto, com a responsabilidade pela protecção do meio ambiente».

No entanto, o que a prática vem demonstrando, é que nada disto é tão simples nem tão linear. E que no centro do problema estão outras questões de fundo que importa ter em conta. Como, por exemplo, a gravíssima situação económica dos países que «aceitam» receber os resíduos, a que não são de modo nenhum estranhos os países que deles se pretendem desfazer.

Veja-se, a título de exemplo, o caso da Guiné-Bissau. Segundo os dados disponíveis, o contrato assinado por aquele país com duas sociedades britânicas, em Fevereiro último, envolve cerca de quinze milhões de toneladas de resíduos e 600 milhões de dólares. Trata-se de um acordo que representa mais de três vezes o produto interno bruto da Guiné-Bissau, duas vezes os encargos da sua dívida e vinte e cinco vezes o montante das suas receitas de exportação!

Não se trata de justificar, mas de entender como países pobres, presos nas malhas dos países capitalistas que os exploram, podem ser levados a aceitar receber o lixo que todos temem.

Segundo a agência AFP, o contrato assinado este ano com a Bis Import Export e a Hobbay Ltd., é o segundo do género feito pela Guiné-Bissau; em 1987, outro teria sido assinado com a Intercontrat, registada na Suíça. Em nenhum dos casos foram feitos estudos sobre as modalidades de armazenamento

dos produtos e suas possíveis consequências.

Também o Benin se encontra a braços com problemas idênticos, na sequência de acordos feitos com a SESCO, registada em Gibraltar, e a Intercontrat. As próprias autoridades daquele país vieram a público denunciar a falta de controlo dos depósitos de resíduos tóxicos, apesar da cláusula especificando que «nenhum dos materiais importados seria de natureza nuclear». Como foi dito, «o risco de poluição radioactiva é real», dado que a verdadeira natureza dos produtos é ocultada.

O que acontece é que apenas se dá conta disso quando as consequências se tornam evidentes. Como aconteceu, por exemplo, com as três mil toneladas de resíduos vendidas pela cidade norte-americana de Filadélfia e largada durante a noite no Haiti, ou as quinze mil toneladas vendidas pela mesma cidade à Guiné-Bissau, e cuja natureza só se tornou conhecida quando as árvores da ilha em que os lixos foram despejados começaram a secar.

Responsáveis, onde estão?

Consta que casos idênticos ocorrem no Congo e no Senegal.

De referir que o cargueiro «Khan Sea», que anda há 20 meses a tentar descarregar dez mil toneladas de cinzas da cidade de Filadélfia, está agora a navegar em direcção a Cabo Verde onde, segundo informou, aguardará instruções sobre qual o país da costa ocidental de África

a que deve dirigir-se para largar a sua tenebrosa carga. As autoridades das Baamas, República Dominicana, Honduras, Haiti e Guiné-Bissau já se recusaram a receber tais resíduos.

Também o cargueiro sírio «Zanoobia», de quarentena há várias semanas ao largo do porto italiano de Carrare, procura onde largar as duas mil toneladas de resíduos químicos que transporta. Da carga, embarcada há cerca de um ano de outro navio, escapam vapores tóxicos que estão a afectar os marinheiros.

Ninguém os quer receber. Tal como ninguém quer receber os trezentos milhões de toneladas de resíduos tóxicos que os países da OCDE produzem anualmente.

Até que nalgum ponto desta complexa engrenagem que são as relações internacionais, imorais e injustas, se pressionem as teclas capazes de forçar países altamente dependentes a pôr em risco a sua própria segurança aceitando ser o caixote do lixo dos outros.

E tudo isto porque os produtores de resíduos não lhes aplicam as normas de tratamento em vigor, cujo preço por tonelada é estimado em 160 dólares, por o considerarem demasiado caro.

Oficialmente, ninguém sabe sequer quem são esses produtores. As cargas tóxicas aparecem pela mão de companhias como as já referidas que não passam de uma fachada, de um endereço postal, a que não é possível assacar responsabilidades.

Mas será que não se sabe mesmo quem está por detrás deste novo comércio da morte?

Sacerdote salvadorenho denuncia assassinatos políticos

O padre Gregório Rosa Chavez, adjunto do arcebispo de São Salvador, acusou a «Aliança Nacionalista Republicana» (Arena), de extrema-direita, pela recente vaga de assassinatos políticos registados em El Salvador.

Falando na capital salvadorenha, aquele responsável religioso exigiu que a Arena respeite os direitos do homem e apelou ao reinício do diálogo entre as organizações guerrilheiras e as autoridades governamentais, com vista à regularização política do conflito, através da apresentação de propostas construtivas.

Recorda-se que o diálogo iniciado em 1984 entre o regime e os guerrilheiros foi suspenso, e que apesar da assinatura dos acordos da Guatemala para a paz na América Central, não foi possível até hoje reatar as negociações da paz em El Salvador. Por diversas vezes, tanto a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, como a Frente Democrática Revolucionária, apresentaram propostas de reatamento do diálogo, mas o regime pró-americano de Napoleon Duarte tem impedido a sua concretização com a exigência, inaceitável para os guerrilheiros, do seu prévio desarmamento.

Entretanto, o reforço das posições da Arena no aparelho de Estado, resultantes das últimas eleições locais, está a traduzir-se no agravamento da repressão interna. Os «esquadrões da morte», cujas ligações com a Arena são bem conhecidas, cometem diariamente assassinatos políticos.

França propõe redução das dívidas dos PVDs

O presidente francês, François Mitterrand, propôs a semana passada que os principais países capitalistas anulem até 30 por cento das dívidas dos países em vias de desenvolvimento. Esta proposta, dada a conhecer pelo conselheiro Jacques Attali, deverá ser apresentada para debate na próxima cimeira dos principais países capitalistas, a realizar em Toronto.

Já no seu encontro com o primeiro-ministro japonês, Mitterrand havia salientado que a subestimação desta questão pelos países capitalistas é um sério erro político, exortando então à adopção de uma atitude séria para com as dívidas dos países em vias de desenvolvimento.

A França, segundo disse, está disposta a anular unilateralmente até 30 por cento das dívidas dos PVDs, independentemente da decisão que vier a ser tomada na cimeira sobre o assunto.

Sindicatos centro-americanos criam comité coordenador

Sindicatos dos países da América Central, reunidos em San José da Costa Rica no início deste mês, decidiram criar um comité coordenador, destinado a conjugar os respectivos esforços na luta pela justiça social e pela paz na região.

Entre outras coisas, os participantes no encontro decidiram promover uma marcha de solidariedade dos trabalhadores, a iniciar em 1 de Setembro no Panamá e a concluir duas semanas depois na Guatemala.

Foi também decidido realizar em Outubro, na Nicarágua, uma conferência dos trabalhadores agrícolas da América Central.

Durante o encontro na Costa Rica, os dirigentes sindicais dedicaram particular atenção à situação do conflito que se mantém na região, responsabilizando os Estados Unidos pelo mesmo e pela obstaculização à aplicação dos acordos de paz da Guatemala. No que se refere à situação económica e financeira da região, os participantes salientaram o papel negativo do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, bem como as medidas proteccionistas dos países capitalistas em relação aos seus parceiros comerciais mais fracos.

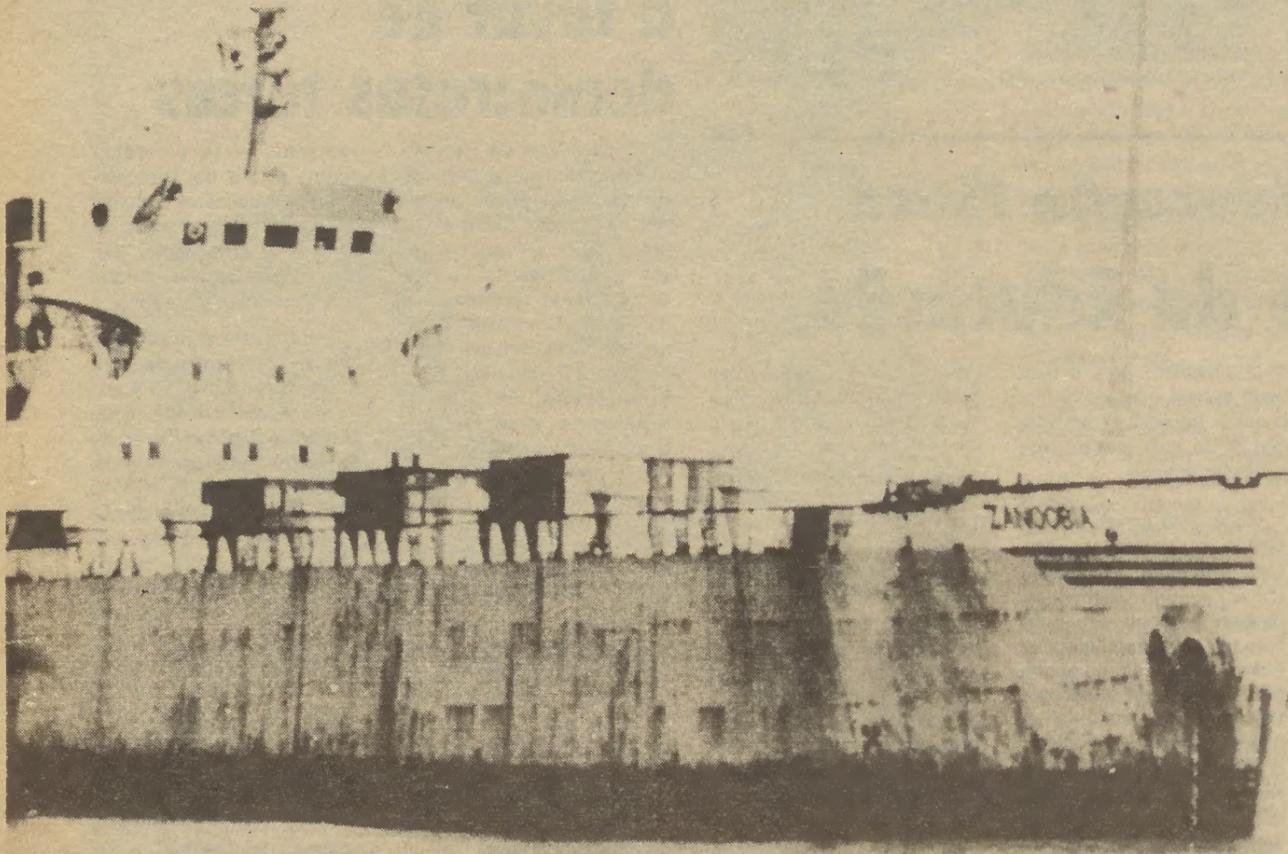
Conversações angolano-zaienses

As conversações oficiais travadas a semana passada entre delegações de Angola e do Zaire, ao nível da Defesa e da Segurança, terminaram com a aprovação do projecto-regulamento do funcionamento da comissão mista de manutenção da paz ao longo da fronteira comum dos dois países.

As delegações, que reuniram em Luanda, foram chefiadas respectivamente pelo ministro angolano da Defesa, Pedro Maria Tonha «Pedalé» e pelo secretário de Estado zaiense da Defesa Nacional e Segurança do Território, Linkulia Bolongo.

Repressão israelita

Segundo um relatório secreto do Departamento militar de Israel, citado pela «AP», de 8 de Dezembro a 1 de Junho foram mortos nos territórios árabes ocupados 207 palestinianos e feridos 5133. Actualmente, dez mil palestinianos estão presos sob a acusação de práticas terroristas, sendo a maioria deles jovens com menos de 16 anos.



«Zanoobia», o cargueiro que há um ano procura onde largar a sua venenosa carga, cujos vapores estão lentamente a intoxicar a tripulação

A necessidade de liquidar o apartheid

A África do Sul está a viver um período em que as contradições internas se agudizam de forma notória, no contexto da luta para a liquidação do *apartheid*, por um lado, e por outro lado, nas desesperadas tentativas para o manter. Dois exemplos recentes testemunham esta realidade: a recusa do supremo tribunal de Pretória em reabrir o processo dos «seis de Sharpeville» condenados à morte, e o encontro na RFA de duas delegações de brancos sul-africanos com representantes do Congresso Nacional Africano (ANC).

A decisão sobre os «seis de Sharpeville», conhecida na passada segunda-feira, é em si própria contraditória. Enquanto por um lado o juiz Willem Human recusava o pedido de reabertura do processo com o argumento de não ter competência para alterar a decisão do Tribunal de Recursos que confirmara a sentença, por outro lado aconselhava os advogados de defesa dos réus a recorrer a Pieter Botha para a reabertura do mesmo, adian-do a execução da sentença

(morte pela força) para 19 de Julho.

Tudo isto num clima em que o poder judicial sul-africano afirma a sua «independência» do poder político e quando pelo menos uma das testemunhas de acusação reconheceu ter mentido nas suas declarações para implicar os acusados, segundo indicações da polícia nesse sentido.

A extraordinária campanha internacional de solidariedade para com os seis jovens condenados à força (cinco

homens e uma mulher) por terem participado numa manifestação durante a qual foi assassinado um responsável municipal negro, conseguiu até agora impedir a sua execução, apesar de Botha ter recusado o primeiro pedido de indulto. Resta saber o que fará agora o presidente sul-africano, quando o processo lhe for de novo remetido e num momento em que todos parecem desejar «lavar as mãos»...

Se não confirmar a pena — e para isso está a ser pressionado pela comunidade internacional — Botha terá de se haver com os sectores mais extremistas da comunidade branca, que abertamente o acusam de pôr em jogo a sobrevivência da «sua» África do Sul e vão ganhando nas urnas (a que só os brancos têm acesso) posições até aqui dominadas pelo Partido Nacional, no poder.

Se confirmar a sentença, Botha poderá contar com toda a certeza não só com a generalizada condenação internacional, o que agravará ainda mais o seu isolamento, mas também com a inevitável reacção interna e o agravamento dos confrontos que cada dia tornam mais ingovernável a África do Sul.

Com a particularidade de que a maioria negra conta com crescentes apoios da comunidade branca, cujos sectores mais liberais e realistas pensam chegada a hora de se sentar à mesa e discutir, com os movimentos negros, o futuro da África do Sul.

O diálogo

Foi isso mesmo o que sucedeu na RFA, em fins de Maio último, entre parlamentares brancos sul-africanos e uma delegação do ANC, dirigida pelo respectivo vice-pre-

sidente, Thabo Mbeki.

O objectivo dos encontros é por si esclarecedor: procurar as vias para conseguir uma «África do Sul democrática e não racista».

Do encontro do ANC com a delegação do recém-formado Movimento Democrático Nacional, dirigida pelo ex-membro do Partido Nacional, Wynand Malan, foi divulgado um comunicado conjunto em que se afirma: **Encontrámos uma base de entendimento sobre o género de África do Sul com que sonhamos. Isso implica a protecção das línguas, das culturas e das religiões, e a protecção dos direitos individuais numa democracia pluralista.**

Como se sublinha no documento, «apesar de importantes divergências no que respeita à estratégia a adoptar», as partes estão de acordo em «prosseguir as discussões sobre este e ou-

tros assuntos», defendendo que «todos os sul-africanos devem participar no processo de desenvolvimento de um futuro justo».

Semelhante foi a posição assumida pela segunda delegação que se avistou com o ANC na RFA, esta dirigida por Van Zyl Slabbert, ex-responsável do Partido Federal Progressista. Segundo Slabbert, a questão do *apartheid* «deve ser debatida livremente, sob todos os aspectos», na procura de «alternativas democráticas», o que não será possível «enquanto os brancos só discutirem entre si».

O fim do *apartheid* não estará marcado para amanhã, mas não há dúvida de que se iniciou já o princípio do fim. Resta a questão de quantos mártires ficarão ainda pelo caminho, vítimas do desespero daqueles que recusam reconhecer estarem historicamente condenados.

Angola denuncia manobras de Pretória

As negociações quadripartidas sobre a situação na África Austral caíram num impasse que ameaça prolongar-se, não só por alegadas dificuldades entre Luanda e Pretória sobre o local do próximo encontro, mas sobretudo pela possibilidade de um novo agravamento da situação no sul de Angola. Como certa imprensa nacional tem vindo a referir, na sua forma muito peculiar de se fazer porta-voz da África do Sul, as autoridades deste país têm vindo nos últimos dias a agitar o espantinho da «concentração no sul de Angola de um elevado número de efectivos militares cubanos», facto que, segundo dizem, fez pairar «uma nuvem sobre as negociações com Angola e Cuba, não se enquadrando no seu espírito».

Segundo Pretória, a movimentação para sul das tropas angolano-cubanas insere-se numa pretensa acção de apoio às forças da SWA-

PO — organização nacionalista namibiana — e faz perigar o «equilíbrio militar» existente na região. Em «resposta» a tais movimentações, os

sul-africanos começaram a semana passada a mobilizar reservistas, embora sem dar pormenores das acções que se propõem levar a cabo.

Parece óbvio que, ao vestir a pele de cordeiro e ao apresentar-se como «vítima» aos olhos da opinião pública internacional, a África do Sul pretende antes de mais justificar o protelamento das negociações sobre a paz na região. O que só se torna possível com a convicção de alguma imprensa ocidental, que veiculando os «temores» sul-africanos, ignora em absoluto a realidade de factos essenciais.

Como por exemplo, o facto de ser a África do Sul quem ocupou parte do território an-

golano e não o contrário; ou ainda que é a África do Sul, e não Angola, quem ocupa ilegalmente a Namíbia. E sem esquecer, evidentemente, que as movimentações de tropas referidas pela África do Sul com tanta preocupação se registam no Interior de um país soberano, justamente numa zona que tem sido alvo de ataques constantes das tropas sul-africanas.

Como tem afirmado a miúdo o presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, as FAPLA e as tropas internacionalistas cubanas continuam engajadas unicamente em acções defensivas dentro do

território angolano, face à agressividade do exército sul-africano, apostado em desestabilizar a situação interna na RPA.

Num comentário divulgado a propósito, a Angop salienta que «qualquer movimentação de tropas angolano-cubanas dentro do território angolano não deverá pois constituir motivo de alarme para os militares sul-africanos, uma vez que tal deve ser interpretado unicamente como um acto de soberania que possibilitará melhor defender a integridade territorial da RPA».

«É a República da África do Sul, prossegue o comentário, que constitui o único foco de tensão na África Austral devido às suas

agressões militares contra os Estados da região e a persistente ocupação ilegal do território do sudoeste africano, a Namíbia, que serve de trampolim às suas intensões expansionistas.»

Após sublinhar a determinação do povo angolano em defender a qualquer preço a sua revolução popular, bem como, simultaneamente, os múltiplos esforços diplomáticos de Angola tendentes a possibilitar a paz na África Austral, a Angop recorda que ainda em Maio passado as autoridades angolanas reiteraram, num comunicado, a sua disponibilidade para participar na segunda ronda de conversações quadripartidas, num país europeu.

Armas nucleares — que pensam Dukakis e Jackson?

«Talvez não tenham nascido ainda os historiadores que irão descrever e apreciar aquilo que se passa agora. Mas todos os dias nascem crianças que viverão no século 21, às quais devemos legar um mundo seguro e humanizado». São palavras de Gorbatchov, no Kremlin, quando da histórica troca dos diplomas de ratificação sobre a entrada em vigor do Tratado soviético-americano de desmantelamento dos mísseis de médio e curto alcance.

Um primeiro passo no desarmamento nuclear, que necessariamente impõe que outros se lhe sigam. Admite-se ainda a possibilidade de, no mandato de Reagan, vir a dar outro passo decisivo nesse sentido — o da drástica redução de armamentos estratégicos, no quadro do respeito do tratado de defesa antimissil. Mas é apenas uma possibilidade. E neste momento, no ano das eleições presidenciais nos EUA, é importante saber que opiniões se manifestam a esse respeito entre pessoas que poderão vir a assumir papel de particular relevo político.

Na semana passada, o candidato republicano George Bush e o candidato democrático Michael Dukakis, celebraram as respectivas vitórias no processo das primárias, que muito provavelmente levará à sua confirmação enquanto candidatos dos seus partidos.

Jesse Jackson, agora afastado da «corrida» às presidenciais, reflecte entretanto, pelo impacto e pelo conteúdo do seu discurso, realidades em transformação na vida sociopolítica dos EUA, cuja importância não se esfuma com o fim da campanha

de Jackson enquanto candidato.

Por isso nos parece particularmente oportuno inserir nas nossas páginas as respostas de Dukakis e de Jackson a um questionário sobre armas nucleares e controlo de armamentos elaborado pela Comissão de Paz da Diocese Episcopal de Washington. Respostas publicadas no «International Herald Tribune».

Considera que possa ser moralmente justificável «carregar o botão», nalguma circunstância?

Dukakis: «Desejo um

mundo onde a própria perspectiva duma catástrofe nuclear seja tão próxima de zero quanto possível. Porém, não penso que o presidente possa excluir liminarmente a possibilidade de ser o 1.º a usar armas nucleares em resposta a um avassalador ataque convencional contra os EUA ou os nossos aliados. O nosso comandante da NATO já disse que, na actual correlação de forças convencionais na Europa, poderemos ser forçados a usar armas nucleares alguns dias após uma invasão pelo Pacto de Varsóvia. Nós e os nossos aliados devemos afastar-nos desta posição de «primeiros a utilizar em resposta rápida» através do reforço das nossas forças convencionais, centrando a nossa atenção na melhoria da prontidão e capacidade de sustentação de combate.»

Jackson: «Historicamente, a justificação moral para a guerra tem sido a de que os fins justificam os meios. Na era nuclear, os meios eliminariam os fins. Carregar no botão nuclear não pode ser moralmente justificado.»

Considera que a abolição das armas nucleares poderá alguma vez ser uma possibilidade real? Se não, porque não? Se sim, que passos concretos to-

maria nessa direcção?

Dukakis: «É irrealista pensar — ou prometer — que as armas nucleares possam ser totalmente eliminadas. Mas devemos lutar pelos níveis mais baixos que sejam compatíveis com a nossa segurança nacional e trabalhar para criar um mundo em que diminua radicalmente a possibilidade de alguma vez serem utilizadas.»

Jackson: «A abolição das armas nucleares pode tornar-se uma possibilidade real, mas só se começarmos desde já a tomar medidas para reduzir os arsenais nucleares. O Tratado INF é um primeiro passo importante mas limitado. Um segundo passo seria uma moratória — e posterior proibição — dos ensaios nucleares e dos ensaios de voos de mísseis. Devemos suspender o desenvolvimento de novas armas nucleares e desafiar os soviéticos a fazer o mesmo.»

O desenvolvimento do IDE é justificável dos pontos de vista militar, económico e moral, e para quê, exactamente?

Dukakis: O Programa IDE da Administração Reagan é uma fantasia — uma ilusão tecnológica que a maioria dos cientistas afirma não poder ser concretizada num futuro previsível. As defesas

que visam não tornarão os EUA mais seguros — apenas alimentarão a corrida armamentista, uma vez que cada novo sistema produz um contra-sistema sem incremento da segurança. A instalação das defesas poderia tornar a guerra nuclear mais, e não menos, provável. Apoio a prossecução da investigação sobre defesas estratégicas, aproximadamente aos níveis de financiamento de 1983 — antes do presidente anunciar a sua Iniciativa de Defesa Estratégica — desde que essa investigação seja consistente com o Tratado ABM. Tal permitiria aos EUA precaverem-se contra uma violação soviética do Tratado e conduzir uma investigação científica fundamental, sem contudo ameaçar o próprio tratado.

Jackson: Não, o desenvolvimento do IDE não se justifica militar, económica ou moralmente. A «Guerra das Estrelas» é uma fraude cruel e não apoio o seu desenvolvimento, ensaio ou instalação. Oferece uma solução tecnológica impossível para um problema político. Custará mais de um trilhão de dólares se for avançada, e no final não produzirá defesas, mas antes uma corrida armamentista no espaço. As armas espaciais gerarão contra-ar-

mamentos que por sua vez irão gerar armas contra-protectoras que gerarão planos de um primeiro ataque cósmico. Os nossos cofres serão delapidados; a nossa ciência distorcida, a nossa insegurança aumentada.»

Em sua opinião, como se aplica a máxima bíblica «Amarás o teu inimigo como a ti próprio» às relações dos EUA com a União Soviética?

Dukakis: Não há nada inevitável acerca de um conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética. Deveríamos ter começado há muito a trabalhar em conjunto sobre os problemas internacionais — a saúde, a cooperação no espaço, a fome no mundo, o meio ambiente.»

Jackson: A regra de ouro estabelece a igualdade e a justiça como fundamento das relações. Para haver paz no mundo é necessária uma relação de igualdade com a União Soviética, determinada pela existência dum equilíbrio de poder económico, político e militar. A regra de ouro rejeita a dominação de um indivíduo por outro e, se aplicada a países, de um Estado por outro. As nossas relações com a União Soviética não se podem basear numa dominação duns pelos outros.»

Internacional

As grandes lutas que têm marcado a vida sociopolítica em França, têm a sua quota-parte de «responsabilidade» nos resultados eleitorais

França**Direita perde maioria parlamentar**

A perda da maioria parlamentar por parte da direita, pode ser considerado o traço mais significativo a salientar dos resultados destas eleições legislativas em França. Um traço que nenhuma manobra política destinada a prosseguir a mesma política da direita (e elas estão na forja) poderá apagar.

E a que um outro, também particularmente importante, se soma: os resultados obtidos pelos comunistas

Relembrando aqui os resultados eleitorais: na nova Assembleia, que pela primeira vez se vai reunir em 23 de Junho, o PSF conta com 276 lugares. A direita reunida com 271 (dos quais 130 UDF e 128 RPR). O PCF, 27 lugares. E a direita fascista de Le Pen fica reduzida a 1 deputado, tendo assim perdido 30 lugares.

franceses. Resultados que mesmo assim não reflectem nem o peso social e político do PCF nem a sua real dimensão eleitoral (por força de formas de escrutínio destinadas no caso a favorecer a perpetuação de certas forças políticas no poder).

São factos que no seu conjunto abrem caminhos mais favoráveis à luta — árdua sem dúvida — do povo e dos trabalhadores franceses, pelas suas múltiplas e prementes reivindicações.

Um outro dado há também a referir. Relativamente às eleições legislativas de 86, o PCF perdeu 8 lugares, e não conseguiu agora o número de deputados necessário

(30) para constituir grupo parlamentar. Trata-se entretanto de uma consequência dos novos mecanismos de escrutínio. Se as eleições tivessem decorrido por escrutínio proporcional, o PCF teria agora 65 deputados. Assim, o reforço político do PCF é particularmente de salientar, e os seus efeitos irão sem dúvida ultrapassar as discriminatórias barreiras que leis eleitorais profundamente injustas colocam no caminho de forças representativas dos interesses dos trabalhadores.

Na perspectiva de uma renovada aliança PS-direita, também a direita se esforça por «arrumar a casa», e uma forte corrente no seio da direita unida na UDF preconiza a formação de um grupo parlamentar autónomo «centrista».

Como Marchais, secretário-geral do PCF, justamente afirmava, em véspera destas eleições legislativas, «não se faz uma política de esquerda em aliança com a direita».

PCF

«Ao contrário dos absurdos anticomunistas espalhados aqui e acolá, o Partido Comunista continua a ser uma importante força». São palavras de Marchais ainda de antes da primeira volta das legislativas. E que viriam a ser bem confirmadas pelos factos.

O PCF sai politicamente reforçado destas eleições.

Um facto que tão pouco tem significado exclusivamente para a França.

Mais: no actual quadro legislativo, não pode pura e simplesmente ser ignorado, nomeadamente pelo PS — como seria o desejo de todos os que têm apostado e continuam a apostar na «co-habitação» de socialistas e da direita.

Não podem igualmente ser ignoradas as reivindicações avançadas pelos comunistas franceses, e partilhadas por amplas massas de trabalhadores, como é o caso de problemas como o desemprego, o salário mínimo, a segurança social. O que é uma outra faceta, aliás interligada, do inegável êxito político do PCF.

No fundo, trata-se agora de continuar a luta, mas em melhores condições.

Definindo qual a posição dos comunistas, no novo quadro político criado, Georges Marchais reafirmou que «está fora de questão que os comunistas possam participar num governo que prossiga os objectivos da direita». Sublinhando ainda que, na Assembleia, os deputados comunistas «apoiarão as medidas populares e combaterão todas as que colidam com os interesses da população».

O comentário de Marchais

Face aos significativos resultados destas eleições legislativas em França, aqui reproduzimos uma primeira apreciação feita pelos comunistas franceses, através de um comentário do secretário-geral do PCF, camarada Georges Marchais.

Nem a coligação RPR-UDF-Frente Nacional, por um lado, nem o Partido Socialista e os seus aliados, por outro, dispõem de uma maioria absoluta na Assembleia Nacional.

Os comunistas, por seu lado, terão 27 deputados. Felicitamos e agradecemos a todos quantos contribuíram para este resultado, que deve ser medido à luz do que era o objectivo dos nossos adversários: o esmagamento do nosso Partido e o seu desaparecimento da Assembleia Nacional. Ao mesmo tempo não esquecemos que se o escrutínio fosse justo, teríamos sessenta e cinco deputados comunistas.

É normal que, em tal situação, se pergunte aos comunistas que vão eles fazer.

A nossa resposta a tal questão é clara, vamos respeitar os compromissos que tomámos perante os franceses. Agimos, nós, comunistas, no sentido de sair do impasse da política de austeridade, de desemprego, de entrega nacional, seja tal política aplicada pela direita ou por uma aliança entre o Partido Socialista e uma parte da direita. Nós propomos uma solução nova: uma nova união das forças populares, a união das forças de esquerda que lhe permita conquistar a maioria e governar em conjunto para concretizar uma política nova.

Esta política nova já a explicámos largamente na campanha eleitoral, tal como na campanha de André Lajoie. Trata-se de uma política de justiça, da luta efectiva contra o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais, pela elevação do poder de compra, dos salários, das reformas, dos subsídios sociais, do crescimento novo da economia, de uma política de liberdade, preservando os direitos dos assalariados e a independência da França, de uma política de paz e de desarmamento. Certas propostas desta política de mudança tornaram-se grandes exigências po-

pulares. Penso por exemplo no salário mínimo de 6000 francos e na elevação do poder de compra até 9000 francos, no subsídio mínimo mensal de 3000 francos para os mais desfavorecidos; no imposto sobre as grandes fortunas que proporcionaria 20 mil milhões de francos; ou ainda na redução de 40 mil milhões do orçamento para o armamento em proveito do ensino.

Para participar na concretização de uma tal política, na direcção do país, sim, os comunistas estão disponíveis. Estão dispostos a tomar todas as suas responsabilidades.

Infelizmente, como toda a gente sabe, não é nessa direcção que François Mitterrand declarou querer orientar-se e que o seu governo começou a empenhar-se. Pelo contrário, o Presidente da República e os que o apoiam — como Pierre Mauroy acaba de fazer — não páram de afirmar a sua vontade de continuar na via da austeridade em nome da «Europa de 1992» e não procuram a «abertura» senão de um lado: o lado da direita.

Está portanto fora de questão, em tais condições, que os comunistas possam participar num governo constituído com vista a tais objectivos e na maioria parlamentar que o apoie. Como já explicámos antes do voto, os deputados comunistas que acabam de ser eleitos apoiarão todas as medidas favoráveis aos interesses populares e nacionais, por mínimas que sejam, e opor-se-ão a tudo o que vá contra esses interesses.

No período que agora se abre, os assalariados, os desempregados, os jovens, todos quantos têm interesse em defender-se e em que isto mude vão poder contar, para ajudá-los a unir-se na acção, com o Partido Comunista, com os seus militantes, os seus deputados e todos os seus eleitos.

AVANTE!

«Com as últimas cheias surgiram de novo clamores e reclamações das populações das margens do Tejo, do Mondego e outros rios pedindo providências ao Governo para a realização de obras de defesa contra as cheias.

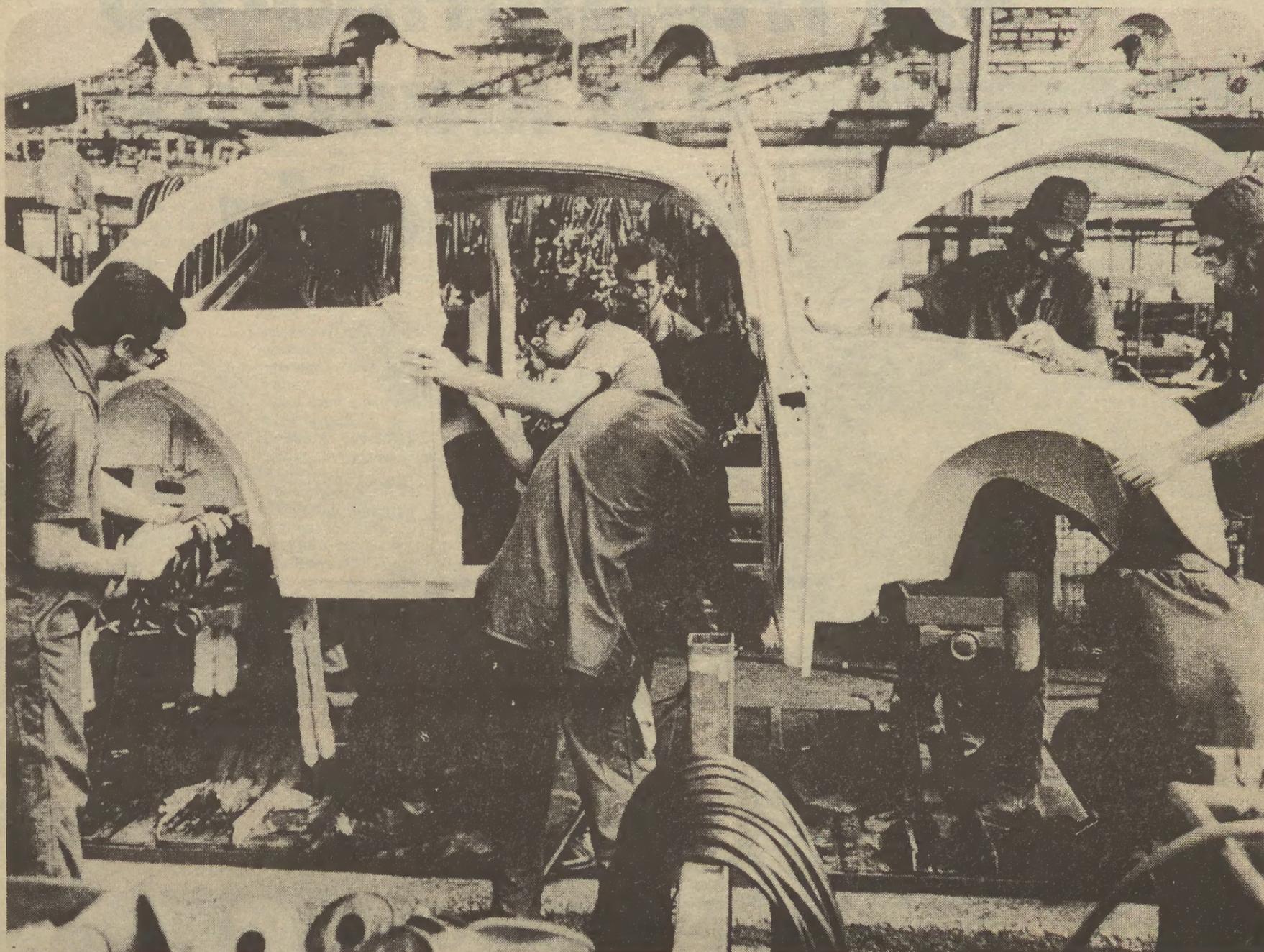
Já há dez anos (1937) que a Junta Autónoma das Obras Hidráulicas Agrícolas apresentou um projecto para a regularização do rio Mondego, cujas obras deviam estar terminadas em 1946 e em cujos estudos já se tinham gasto 2 mil contos. Dez anos se passaram e as obras ainda não foram iniciadas; todavia o rio continua anualmente a fazer as suas devastações. Eis como o «Janeiro» de 7 de Maio se refere a este caso: «Perderam-se assim dezenas de hectares de terrenos: uns, levados pelas quebras abertas pelo curso do rio; outros, pelo espantoso volume das areias...», «...estes consideram-se por isso perdidos. Não se podem ali fazer sementeiros...». Vão milhões de contos para o rearmamento do Exército, vão outros milhões para obras improdutivas, mas o que interessa ao povo fica por realizar.»

«O salazarismo é incapaz...» — «Avante!», VI Série, n.º 103, 2.ª quinzena Junho 1947)

Avante!

«Continua a série de desastres em toda a rede ferroviária do País, causando mortos e feridos e avultadíssimos prejuízos materiais. O último, no Carregado, causou 2 mortos e 5 feridos. Uns acidentes são provocados pelo mau estado das linhas, como o da estação da Figueirinha (Algarve), da linha do Douro, de Alfaias, do Carregado; outros pelo mau estado do material circulante, como o de Mirandela, onde um comboio ficou suspenso sobre o rio Tua; outros pela falta de consolidação dos terrenos que ladeiam a via, como o de Aregos e Odemira. Nada disto é de admirar, pois muito do material fixo e rolante tem mais de meio século de uso. Algumas linhas funcionam em condições inacreditáveis, como a do Algarve, do Douro e outras. Na linha de Sintra, utilizada diariamente por dezenas de milhares de pessoas, os acidentes e atrasos são constantes e a maior parte das carruagens não tem um mínimo de conforto e segurança.»

«É preciso melhorar radicalmente a situação dos caminhos de ferro!» — «Avante!», VI Série, n.º 214, 1.ª quinzena Junho 1956)



Encontro Nacional do PCP a 25 de Junho

Sector automóvel em tempo de revisão geral

1.º Encontro
Nacional
do PCP sobre o
Sector Automóvel

NOVA POLÍTICA
PARA O SECTOR AUTOMÓVEL
DESENVOLVER O PAÍS
DEFENDENDO OS POSTOS DE TRABALHO

25 JUNHO 1988
N.º 755
AVANTE!

○ automóvel é hoje um bem de consumo de massas. Distingue-se, porém, de outros bens de consumo, tanto pelo seu valor específico, como pelas diversificadas tecnologias que incorpora.

A indústria automóvel readquiriu assim uma relevante importância (transporte de pessoas e mercadorias, agricultura, defesa), mesmo nos países que não dispõem de grandes construtores.

Em Portugal, a indústria automóvel é responsável por 2,6% do emprego na indústria e 3% do produto industrial do país; 20% das receitas do Orçamento de Estado provêm do conjunto de actividades relativas ao «automóvel».

No entanto, as necessidades nacionais estão longe de se encontrar satisfeitas, enquanto a indústria automóvel está a desaparecer progressivamente; a Balança Comercial relativa a veículos automóveis e suas partes (incluindo veículos de 2 rodas) apresenta défices significativos, que demonstram bem a debilidade do sector em Portugal e que provocam uma permanente sangria de divisas em benefício dos países onde se localizam os grandes construtores. Neste contexto — e inserido na preparação do XII Congresso do Partido — realiza-se dia 25 de Junho o Encontro Nacional do PCP sobre o sector automóvel. Os comunistas propõem-se, juntamente com outros democratas, reflectir sobre a situação actual e encontrar

soluções e propostas que contribuam para resolver os problemas; ou, como se afirma no lema do Encontro, para uma «nova política para o sector automóvel, desenvolver o país defendendo os postos de trabalho».

Damos neste número alguns elementos do projecto de documento-base do Encontro — que se encontra em discussão. Embora deixando de fora algumas questões importantes focadas no documento (fabrico de componentes, fabricação de motociclos e bicicletas, comércio e reparação), fica aqui um importante contributo para a compreensão da evolução recente da indústria automóvel nos países capitalistas e em Portugal. ■

A indústria automóvel em transformação e a mudança necessária

Nos últimos 15 anos têm-se operado transformações profundas na indústria automóvel, como resultado conjugado do rápido desenvolvimento tecnológico, da expansão da procura, do rearranjo mundial de zonas de comércio livre e do surgimento de uma poderosa indústria no Japão.

Em Portugal essas transformações iriam e irão ter reflexos negativos, agravados em vários subsectores pela adesão à CEE. Ganha por isso mais importância a necessidade de mudar de orientação política que tem agravado a dependência do estrangeiro, de forma a desenvolver o sector automóvel e o País, defendendo os postos de trabalho ameaçados e valorizando os recursos nacionais.

Sendo os factores externos fortemente condicionantes do interesse nacional, os sucessivos governos não têm sabido ou não têm querido acautelar esse mesmo interesse nacional. É exemplar, no que respeita às negociações com a CEE, a diferença de resultados conseguidos pelos negociadores espanhóis e pelos portugueses, nomeadamente no que respeita aos «períodos de transição» para adaptação das indústrias automóveis nacionais às normas comunitárias.

A década de 60...

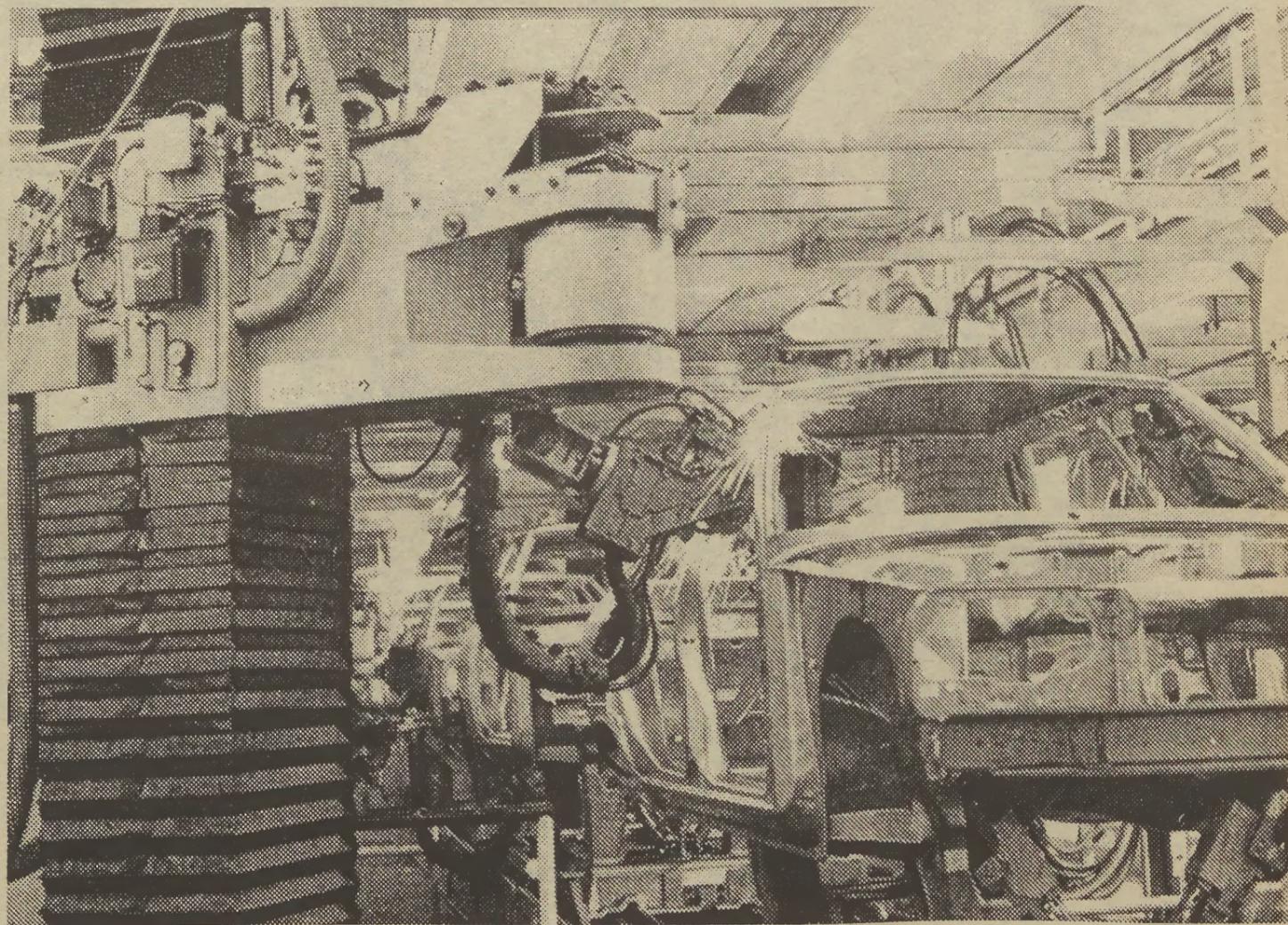
Até ao primeiro choque petrolífero a indústria automóvel apresentava-se em crescimento lento, com taxas de crescimento decrescentes; era o reflexo de uma actividade centenária, madura, e com difícil introdução de inovações significativas.

Os grandes produtores iniciaram então, no início da década de 60, um processo de transformação aceleradas, por forma a reduzir os custos e, assim, estimular uma procura em retracção.

Houve fortes investimentos em investigação e desenvolvimento, beneficiando também os rápidos avanços que se registaram na produção de novos materiais, na indústria de máquinas e ferramentas, na electrónica, na robótica, na informática. Paralelamente, surge uma nova filosofia no relacionamento entre a indústria automóvel e os fornecedores de componentes.

De indústria centenária, que ultrapassara há muito a «fase de manutenção», a indústria automóvel renasce e sofre profundas inovações no domínio dos produtos e dos processos produtivos:

- diminui a utilização de aço em geral, mas com maior exigência nas especificações (resistência, peso, anticorrosão); recorre-se ao alumínio e a ligas leves, materiais plásticos e materiais compostos (como o «aço-plástico»), resinas sintéticas e fibras de vidro; a «metalurgia dos



pós» vem permitir a produção de peças fundidas mais leves; surgem os materiais cerâmicos, que em breve poderão originar uma verdadeira revolução na construção de motores graças à elevada resistência térmica, grande resistência ao desgaste, diminuição do atrito, resistência à corrosão e qualidades isolantes;

- a utilização crescente da electrónica tem sido mais sentida na «gestão do motor» (consumo) e na redução dos níveis poluentes dos

gases de escape; mas beneficia também os sistemas de segurança (travagem antibloqueamento), o conforto e a própria condução;

- significativa automatização dos processos produtivos, designadamente na soldadura e pintura ainda a partir do fim dos anos 60.

... e os anos 70

Mas foi com as «crises do petróleo» dos anos 70 que os produtores se sentiram pressionados para substituir equipamentos especializados por outros mais flexíveis.

A indústria automóvel lança mão da electrónica e dá um salto qualitativo para uma nova geração de tecnologias aplicadas ao processo produtivo (a CAD/CAM — concepção e fabricação assistidas por computador — ocupa aqui uma posição fulcral), designadamente a produção de autómatos, com processos automáticos de movimentação, com sistemas de fabricação flexíveis.

Em consequência deste desenvolvimento há uma forte pressão em relação às dimensões críticas das linhas de produção e uma maior facilidade na introdução de alterações no produto. Torna-se possível encurtar os tempos de concepção e reduzir os «custos de projecto», aumentar a gama de modelos, alterá-la mais frequentemente, melhorar a

qualidade e os níveis de precisão na fabricação.

Paralelamente, surgem inovações na organização e gestão das empresas, substituindo-se princípios tradicionais de organização do trabalho por novas ideias e nova filosofia.

O número de horas de trabalho necessárias para produzir um automóvel, por exemplo, sofreu uma drástica redução na indústria automóvel japonesa, ao mesmo tempo que se verificou um acréscimo notável nos padrões de qualidade; a Fiat criou uma fábrica automatizada para a produção do motor FIRE (Fully Integrated Robotised Engine) onde, com 950 «operários supervisores de operações», são feitos 2300 motores por dia, com elevados padrões de qualidade e um tempo de produção de 107,5 minutos por motor (índice que era anteriormente de 231,5 minutos/motor).

Evolução tecnológica e progresso

Em geral, a indústria automóvel portuguesa cada vez se afasta mais dos países que comandam a inovação tecnológica, o que coloca em sérios riscos os postos de trabalho

na montagem automóvel e nas indústrias subsidiárias.

O progresso económico e social do País exige um forte impulso no avanço da investigação e desenvolvimento e na formação profissional. Só com um mínimo de autonomia nestes domínios será possível minorar a intervenção das transnacionais que, controlando as transferências de tecnologia, determinam a especialização industrial e condicionam, em último lugar, o emprego.

Mas, se a evolução tecnológica não transforma o sector automóvel num potencial empregador, importa ter também presente que a introdução de novas tecnologias não tem necessariamente resultados negativos sobre o emprego. Obriga, no entanto, ao planeamento da actividade produtiva no interesse nacional, promovendo a valorização dos recursos do País (em particular os recursos humanos) e criando alternativas de emprego noutros sectores.

Não é, contudo, o que tem acontecido nos países capitalistas. Nos EUA e na Europa têm sido eliminados milhares de postos de trabalho na indústria automóvel — agravando o problema do desemprego.

Além disso, com o rápido desenvolvimento das tecnologias ligadas ao sector automóvel assiste-se a uma acelerada concentração capitalista, com fusões de grandes cons-

Retrato-robot do carro do futuro

As inovações no campo dos novos produtos na indústria automóvel deixam antever o «carro do futuro» e muitas possibilidades foram já apresentadas no XXVI Salão Automóvel de Tóquio, em protótipos com forte incorporação de altas tecnologias:

- motores *inteligentes* comandados por computador,
- sistema de navegação com recepção de informação via satélite,
- janelas e tejadilho *foto-gray* (escurecendo com o aumento de luminosidade),
- sistema de radar-laser anti-colisão,
- equipamento anti-roubo (portas com código digital, por exemplo),
- motores cerâmico, mais baratos e de maior rendimento, que dispensam o «radiador» e podem funcionar com combustíveis alternativos menos nobres.



Encontro

O 1.º Encontro Nacional do PCP sobre o Sector Automóvel realiza-se no dia 25 de Junho, sábado, no Novotel, em Lisboa, a partir das 10 horas.

O número de participantes previstos, entre militantes do Partido e convidados não comunistas, é de 300 pessoas, de todas as áreas e subsectores do ramo automóvel.

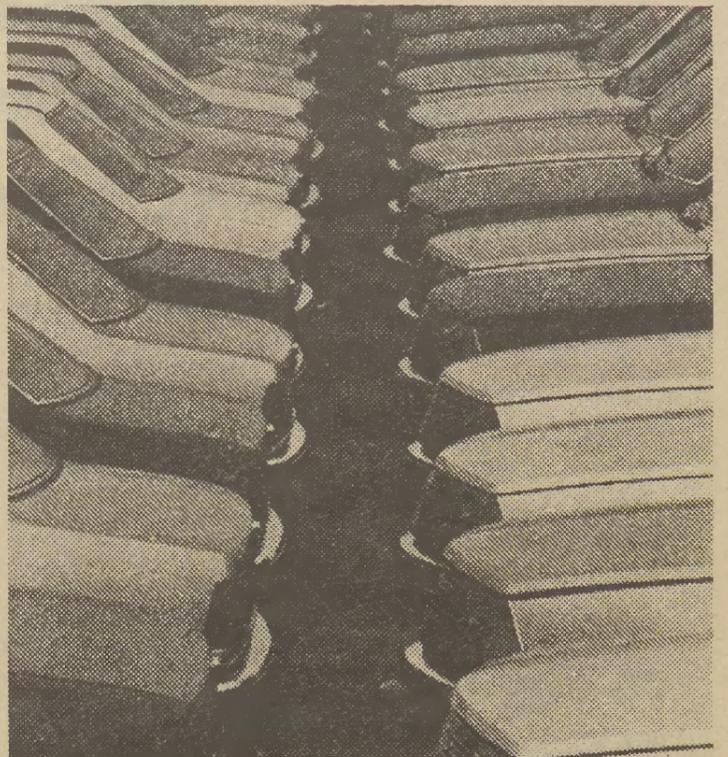
Tendo por lema «Nova política para o sector automóvel, desenvolver o país defendendo os postos de trabalho», o encontro está em preparação desde o início do ano. Uma comissão promotora, constituída por operários, economistas, técnicos e outros camaradas ligados a esta área, elaborou, depois do indispensável trabalho de recolha de elementos, reuniões e discussões preparatórias, um projecto de documento-base que já está a ser debatido nas organizações.

No âmbito da preparação do encontro já se realizaram reuniões em Águeda (reunindo camaradas das principais empresas do distrito de Aveiro) e em Lisboa, estando previstas para esta semana outras em Sacavém, Vila Franca, Amadora, Azambuja, Porto, Braga e Setúbal.

cialização de veículos estar dependente da participação no capital social de uma linha de montagem.

— por outro lado, cria-se a possibilidade de estabelecer indiscriminadamente em CBU ou CKD os contingentes de importação até aí fixados para o CBU.

Este novo enquadramento legal criava condições para o encerramento ou desactivação das linhas de montagem existentes em Portugal. Permaneceriam em laboração apenas aquelas em que, por razões



O peso dos veículos de passageiros e mistos montados em Portugal no total das vendas no mercado nacional decresce, atingindo os 34,9% em 1987; destes, 84% cabem à montagem da Renault no mercado interno

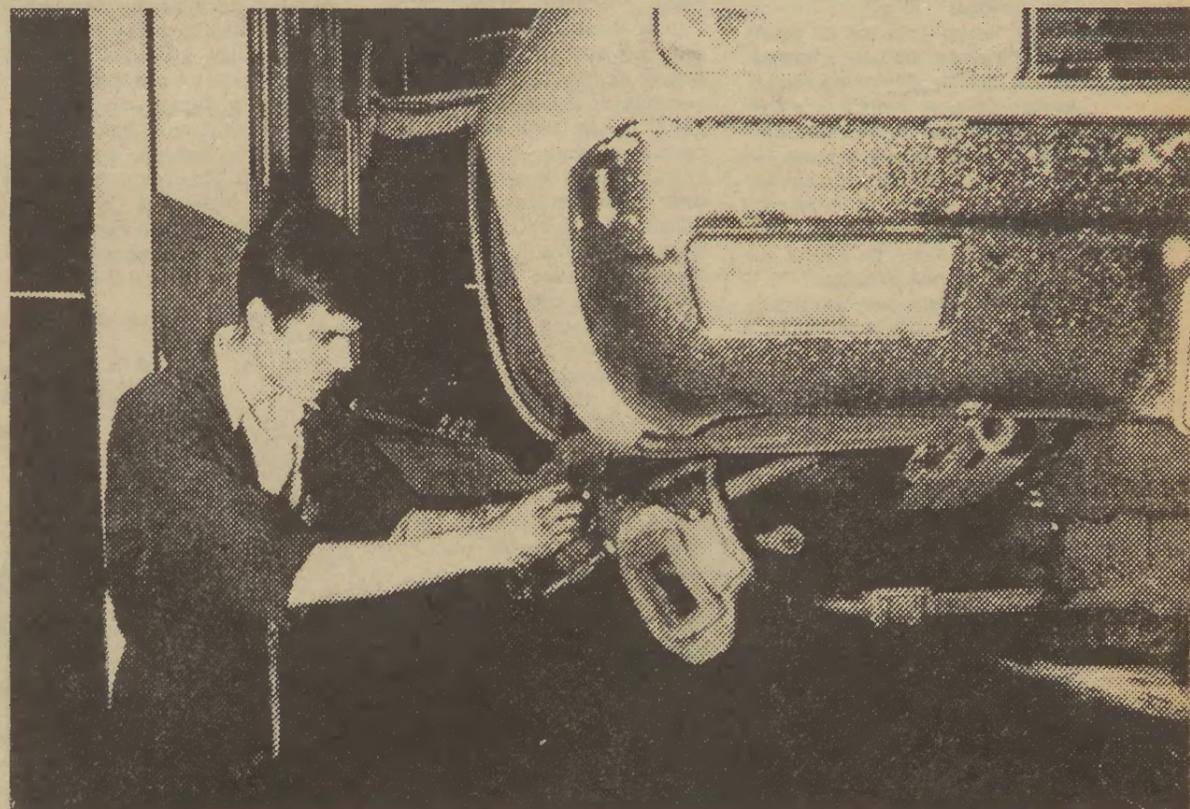
conjunturais, as multinacionais estivessem interessadas.

Esta legislação não conduziu à reestruturação da indústria automóvel e a integração de Portugal na CEE vem agravar ainda mais as consequências de uma evolução comandada por centros de decisão externos.

Em 1987 estão em laboração 12 linhas de montagem no País. Ligando este dado ao número de viaturas montadas nessas linhas pode-se prever que, a muito curto prazo, a

montagem automóvel ficará reduzida às unidades da Renault, Ford, General Motors e, eventualmente, outras dedicadas à produção de veículos especiais (autocarros e «todo-o-terreno»).

A continuar por este caminho, a evolução da indústria automóvel em Portugal continuará a conduzir ao encerramento de mais linhas de montagem, não tendo criado as condições necessárias ao desenvolvimento da fabricação de componentes assente em bases sólidas. ■



A situação social existente na indústria automóvel (montagem e fabricação de componentes) demonstra a contradição entre os objectivos da política capitalista retomada em 1976 e a necessidade de valorização dos recursos nacionais, em particular os recursos humanos.

Em Dezembro de 1987 laboravam nas linhas de montagem automóvel 3936 trabalhadores com vínculo permanente e 977 trabalhadores com vínculo precário, contra 7600 trabalhadores com vínculo permanente em 1976.

No que se refere à fabricação de componentes, o nível global de emprego tem-se mantido, mas a tendência do sector é para a concentração empresarial, com o desaparecimento das empresas voltadas para o mercado externo, reflectindo a baixa que se verifica, quer na montagem de veículos, quer na incorporação nacional desses veículos.

A ausência de protecção a esta indústria, motivada pelo negligente calendário da integração do sector na CEE, põe em causa a consolidação das empresas que experimentaram algum crescimento nos últimos anos e põe em perigo milhares de postos de trabalho. ■

trutoras, com a absorção dos mais pequenos pelos maiores e com uma interpenetração de capitais dos países do sistema capitalista.

Este fenómeno de concentração de capitais implica, por sua vez, um permanente esforço de investimento na investigação de novas técnicas, materiais e processos de fabrico, provocando a redução do número de centros de investigação, concentrados em 6 ou 7 países capitalistas mais industrializados.

Portugal: a mudança que não foi feita

A estrutura da indústria automóvel em Portugal foi fortemente condicionada pela política industrial fascista.

Em 1974 a indústria automóvel (se de indústria se podia falar) era constituída por 21 linhas de montagem, com padrões tecnológicos reduzidos; algumas delas não passavam de meras oficinas de montagem, limitando-se à realização de operações intermédias ou finais do processo produtivo, com reduzido valor acrescentado nacional.

Montava-se mais de 40 marcas e 200 modelos, segundo os interesses das empresas que se dedicavam ao comércio automóvel, accio-

mento), por outro lado era necessário, desde logo, concretizar medidas de curto prazo (reconverter algumas linhas de montagem para outras actividades, limitar o número de marcas e modelos a montar, definir critérios quantitativos e qualitativos de incorporação nacional, por exemplo).

Ou seja, havia que racionalizar processos de fabrico e montagem, de forma a permitir uma maior participação na indústria nacional; nas trocas comerciais impunha-se uma política que salvaguardasse os princípios da não ingerência, respeito e vantagens mútuas.

Mas, com a política de recuperação capitalista iniciada a partir de 1976, é retomada a política industrial da década de 60 para o sector automóvel.

O decreto-lei 351/79 — onde a reconversão das linhas de montagem era apenas sugerida — veio fomentar a criação de empresas de componentes que, na sua maioria tinham uma competitividade externa fictícia, baseada em custos de mão-de-obra comparativamente mais baixos, na desvalorização do escudo e nas exportações necessárias ao cumprimento dos mínimos de incorporação nacional. Isto para os veículos montados em Portugal. Mas idêntica influência teve o novo regime de contingentação para os veículos desmontados.

Mantendo a política de governos anteriores em relação à montagem de autocarros, o Governo PSD continua a não assumir as suas responsabilidades, em particular na UTIC, onde o Estado detém 75% do capital social.

Não têm sido aproveitadas no interesse nacional as capacidades existentes nesta empresa e reconhecidas já no estrangeiro. E não têm sido aproveitadas tanto devido à não renovação da frota nacional (em particular da RN), como pelas condições em que labora a UTIC.

Nesta o saneamento financeiro continua por concretizar; assiste-se à desactivação de sectores (linha de montagem de chassis e motores) e à substituição, pelo recurso à importação, de componentes que poderiam ser produzidos pela indústria nacional e mesmo pela própria UTIC.

Entretanto, os governos têm dado um tratamento privilegiado à empresa privada Salvador Caetano, sem que esta o utilize no interesse do País. ■

nistas e clientes das linhas de montagem, meros apêndices das multinacionais do sector — interessadas apenas em manter as suas quotas no mercado português e que assim procediam devido à possibilidade de utilizar mão-de-obra barata e às restrições impostas à importação de veículos já montados (CBU). O grau de incorporação nacional rondava os 13%.

Numa palavra, a estrutura da indústria automóvel tinha sido determinada por razões meramente comerciais, impedindo a industrialização integrada do sector.

No início da década de 70 é revisto o integramento legal do ramo automóvel, mas mantêm-se os traços gerais da legislação de 1961 e 1963. A alteração foi a fixação da importação de veículos em CBU no limite de 2% dos veículos montados no ano anterior pela marca.

O Portugal democrático saído do 25 de Abril defrontou-se com esta situação: se, por um lado, era necessário enquadrar o sector automóvel na estratégia de desenvolvimento industrial (tendo presente a situação social do sector, a política de transportes a definir para o País, os meios financeiros face às necessidades prioritárias de desenvolvi-

Os anos 80 e a CEE

Em 1980 é autorizado o investimento da Renault em Portugal.

Desde essa altura a evolução da indústria automóvel agrava-se de ano para ano: encerram e paralisam linhas de montagem, reduz-se o emprego, diminui o número de viaturas montadas.

Em 1984 os objectivos contratuais do projecto Renault continuam a não ser atingidos. No período de 1980-84 a influência da Renault Portuguesa na Balança de Pagamentos é negativa: as compras ao estrangeiro foram superiores às vendas em 20 milhões de contos (preços correntes).

A estrutura das vendas de componentes mostra que a absorção das produções pela montagem nacional é muito reduzida.

As razões de natureza comercial (favorecendo os grandes construtores) determinam mais uma vez os objectivos definidos pela nova lei-quadro do sector, o DL 405/84, que revoga a lei de 1979:

— cessa a obrigatoriedade de a importação de veículos em CKD (desmontados) ser feita por industriais de montagem e de a comer-

X Festa da Alegria

Braga — 8, 9 e 10 de Julho

A grande Festa do Norte

A grande Festa do Norte — a Festa da Alegria, este ano na sua décima edição, marcada para os dias 8, 9 e 10 de Julho, ocupando o espaço ampliado do Parque e Palácio Municipal de Exposições e Desportos, em Braga, promete ser melhor e maior.

É esse o objectivo das Organizações Regionais do Minho, Porto e Trás-os-Montes, que estão lançadas na sua preparação, reforçando e ampliando as características que já a afirmaram, desde 1978, como uma grande iniciativa político-cultural dos comunistas, com grande significado e presença incomparável nas realizações anuais do Norte do País.

No último «Avante!» foram já anunciados os aspectos essenciais da sua programação muito variada, demonstrativa do seu carácter de espaço aberto, um espaço democrático de festa, de cultura e de convívio, ponto de encontro e de diálogo para todos os democratas, para os trabalhadores e a juventude.

De Trás-os-Montes os camaradas trazem os **Jogos Populares** — as tradicionais corridas de cântaros, subir ao pau ensebado, a malha e o malhão, o jogo do burro e do sapo, entre outros, animarão o espaço dedicado na Festa a esta actividade, que será mais um modo de participação popular. Os «fumados» serão

Os Ingressos na Festa (IF's) estão já à venda

O carácter aberto e popular da Festa da Alegria fica patente num elemento importante para a bolsa de cada um — custam apenas **500\$00 os ingressos na Festa/IFs, que dão acesso durante os três dias** a todos os concertos e ao diversificado programa que se anuncia.

Para um programa de grande nível a possibilidade de acesso para a generalidade dos interessados — é essa a intenção.

Para o sucesso da Festa, para que ela se concretize em todas as suas potencialidades é essencial a garantia de venda de muitas e muitas IFs.

É mais uma tarefa decisiva nas mãos dos camaradas das diferentes organizações. Ao trabalho, camaradas! ■

de. Um espaço com os traços próprios das tradicionais festas e romarias nortenhas.

Hoje, vamos deter-nos em alguns aspectos do seu trabalho preparatório, do que as diferentes organizações pensam levar à «Festa», das tarefas que agora, nos pouco mais de quinze dias que faltam, se colocam de forma decisiva para que ela seja um êxito. É o testemunho dos camaradas da Comissão da Executiva da X Festa da Alegria que aqui procuraremos sintetizar.

Fazer a Festa sem as organizações nunca seria possível. E é esse um dos primeiros aspectos salientes no trabalho preparatório da Festa da Alegria — a criativa e entusiasmada participação das diferentes organizações concelhias, de freguesia e de sectores profissionais no Minho, Porto e Trás-os-Montes, cujas responsabilidades são acrescidas na garantia do sucesso do conteúdo e na mobilização para os três dias da Festa.

Apenas três exemplos.

Do **Minho** surge uma novidade — a **1.ª Feira de Velharias na Festa da Alegria**. Juntar 10 000 peças velhas, oferecidas por camaradas e amigos do Partido — desde a cerâmica às alfaias agrícolas, das ferragens às madeiras, dos materiais etnográficos à lalaria, indumentárias antigas, bengalas, medalhas, rádios antigos, livros e outras peças — é o objectivo dos camaradas de Braga e Viana. É mais uma iniciativa de fundos diferente, pois as peças serão expostas num tipo «Feira da Ladra» e vendidas durante os três dias da Festa.

Ainda de Viana virá à Festa uma exposição — os belos trajes antigos do Alto Minho. Mas também não faltarão os petiscos, desta vez um restaurante especializado em marisco.

a especialidade gastronómica que o nordeste trará aos visitantes da Festa.

Uma **Mostra/Venda de Arte** é outra das novidades da X Festa da Alegria, da responsabilidade dos camaradas do Sector Intelectual do Porto. A Arte será, aliás um dos centros de interesse no espaço da Festa, através de uma **Mostra de Arte Contemporânea**, em que participam artistas convidados pela Comissão Executiva da Festa, e uma **Mostra de Novos Artistas Plásticos do Norte**, cujo principal objectivo é a promoção de artistas ainda pouco conhecidos, proporcionando-lhes a exposição dos seus trabalhos e um público muito diversificado e oriundo de todo o País.

De todas as regiões do Continente virão à Festa da Alegria a participação, o artesanato, os petiscos, as exposições, a experiência e a luta, através dos camaradas do Alentejo, de Lisboa, de Leiria, das Beiras, do Algarve, de Santarém — uma presença viva, aguardada como um dos grandes atractivos da Festa.

A X Festa da Alegria será igualmente a presença da juventude. No Desporto — o **Grande Prémio de Atletismo** —, nos grandes concertos musicais, no **Festival da Canção Juvenil**, que apurará os participantes na fase final do Festival da Canção Juvenil a realizar na Festa do Avante!/'88. Este Festival, ao qual poderão concorrer jovens que no conjunto não ultrapassem uma média de idades superior a 30 anos, prevê a atribuição de prémios para três modalidades — solista, grupos de música popular e conjuntos de música rock. Os interessados poderão inscrever-se nos Centros de Trabalho de Braga, Viana, Vila Real e Porto, até ao dia 30 de Junho.

A Festa é também ponto de encontro. De muitos milhares de pessoas, prevê a sua Comissão Executiva. E a prova antecipada dessa participação está nas numerosas excursões que virão de vários pontos do País. Confirmadas estão já as viagens organizadas pelas organizações do Porto, Gaia, Maia, Gondomar, Santo Tirso, de Viana do Castelo e Boticas, de Aveiro, Lisboa, Alentejo e Setúbal, neste caso de diferentes concelhos. Também a JCP está a organizar excursões de jovens, nomeadamente no Porto e em Lisboa. Nos dias que restam até à Festa, esta é uma das tarefas de grande importância, considera a Comissão Executiva, empenhada na continuação do trabalho de mobilização das diferentes organizações para uma presença massiva na Festa — a garantia do seu êxito.

Numa situação política marcada pelo crescimento do protesto popular e o descontentamento contra a política do Governo PSD/Cavaco Silva, que persiste no prosseguimento da ofensiva contra as principais transformações democráticas alcançadas com o 25 de Abril, a X Festa da Alegria será um espaço de esclarecimento das propostas e do papel do PCP na sociedade portuguesa. O seu programa e conteúdo dão, naturalmente destaque aos temas mais vivos da realidade em que vivemos, nas exposições, nos debates, na presença da opinião dos comunistas sobre a situação política actual, a luta e a actividade dos comunistas e dos trabalhadores do Norte, a preparação do XII Congresso do PCP, a vitalidade e a actualidade do leninismo, o trabalho e o papel da CDU nas autarquias, as questões relativas à CEE. O momento mais alto da X Festa da Alegria será, assim o esperam os camaradas da Comissão Executiva da

Os dias da Festa

Sexta, 8 de Julho

- Noite — Espectáculo com **Sérgio Godinho e Rádio Macau**
- Arraial com **Zés Pereiras**
- Noite de **Fado**
- **Discoteca Gigante**

Sábado, 9 de Julho

- Tarde — Arraial Popular c/Ranchos e **Zés Pereiras**
- Festival da **Canção Juvenil**
- Festival de **Ginástica com ginastas da Checoslováquia**
- Colóquios sobre a **CEE e o Partido**
- **Jogos Populares**

Noite — Espectáculo com o Grupo da Galiza «Na Lua», **Fausto e o Conjunto António Mafra**

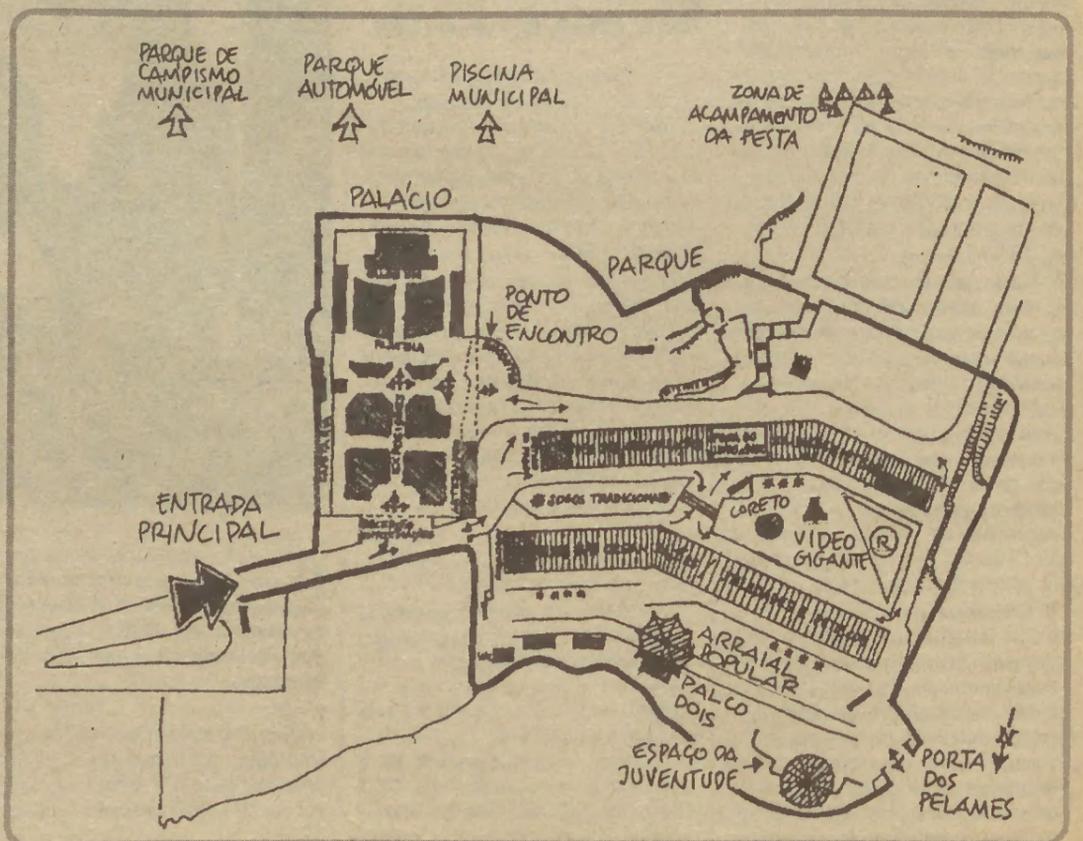
- **Discoteca Gigante**
- Arraial Popular c/Baile
- **Fado**
- **Fogo de Artifício**

Domingo, 10 de Julho

- Manhã — Circo e manhã infantil
- Grande Prémio de **Atletismo da Festa da Alegria**
- Tarde — Espectáculo c/**Paulo de Carvalho**
- **Comício com Álvaro Cunhal**
- Arraial Popular com a **Banda de Música de Dornelas, Gigantones, Cabeçudos e Zés Pereiras**
- Baile e **Jogos Populares**
- Colóquio sobre **Fernando Pessoa, c/Oscar Lopes**
- Noite — Espectáculo com a **Brigada Vítor Jara e GNR**
- Baile/Fado/Fogo de Artifício
- **Discoteca Gigante.** ■

Festa, o Comício de domingo à tarde, com a intervenção política do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

Há mil e uma razões para ir à X Festa da Alegria, a Braga, nos dias 8, 9 e 10 de Julho — hoje procuramos dar mais algumas. ■



Mais cultura mais democracia

Encontro sobre o desenvolvimento cultural na região de Lisboa

Proporcionar um debate amplo e a troca de experiências é objectivo do encontro que a Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP leva a efeito no próximo dia 25, no Forum Picoas, subordinado ao tema «**Mais Cultura, Mais Democracia**». O levantamento de problemas, o confronto de ideias e o apontar de pistas e soluções vão, certamente, caracterizar o trabalho deste encontro sobre o desenvolvimento cultural da região de Lisboa que, conforme nos referiu o camarada **Aurélio Santos**, membro do Comité Central do Partido, reunirá cerca de 200 participantes.

Estarão presentes no Forum Picoas camaradas das organizações concelhias e dos sectores da ORL, com destaque, naturalmente, para os que têm intervenção cultural na sua esfera de acção: para além dos sectores intelectuais da ORL (Artes e Letras, Professores, Informação, Quadros Técnicos), elementos das autarquias, das colectividades, associações e outras estruturas.

A ORL também dirige convites a personalidades e entidades relacionadas com a acção cultural.

O encontro, que está a suscitar vivo interesse, decorrerá entre as 10 e as 13 horas e depois das 15 às 19 h, em dois painéis de debate. O da manhã abordará questões ligadas a um tema genérico que poderemos assim sintetizar: **cultura, sociedade, identidade nacional**. Por sua vez, o **desenvolvimento cultural na região de Lisboa** será o tema proposto para o painel da tarde.

No debate da manhã virão a lume as diferentes áreas de produção cultural (literatura, artes plásticas, teatro, etc.), os vectores de difusão cultural e seu enquadramento ideológico, a cultura, o ensino, o desenvolvimento e a democracia, o património cultural — seu levantamento e valorização, a afirmação e neces-

● **Iniciativa da ORL do PCP no dia 25**

sidade de reforço da identidade nacional, entre outros temas.

Durante a sessão da tarde os participantes analisarão experiências concretas da actividade cultural no distrito de Lisboa. Em primeiro plano estarão propostas, projectos e ideias ligadas ao desenvolvimento do trabalho cultural, à interligação entre os seus vários agentes, ao aprofundamento da participação das populações na vida cultural.

Um contributo

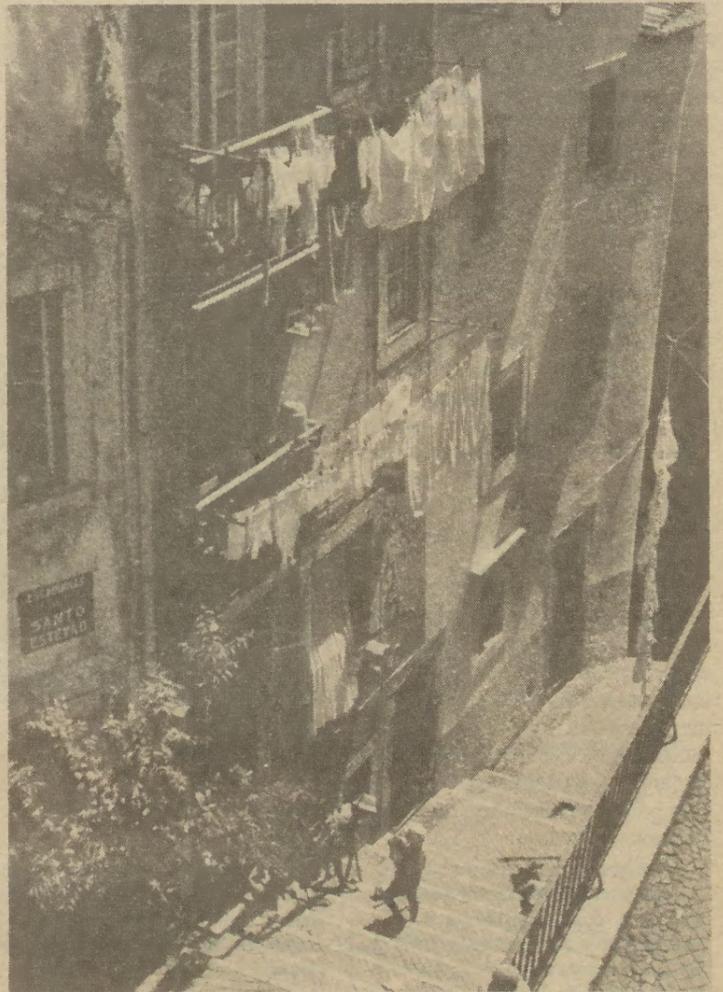
Ao mesmo tempo que constituirá no plano nacional e regional um contributo importante para a reflexão necessária que estes temas impõem, o encontro de dia 25 será, no plano do Partido, uma ajuda também significativa para a articulação do trabalho do PCP na frente cultu-

ral para a definição actualizada da sua política neste domínio, para a preparação do XII Congresso e do Programa do Partido.

Como nos salientaria o camarada **Aurélio Santos**, o encontro «**Mais Cultura, Mais Democracia**» beneficia de iniciativas já realizadas, tanto nestas últimas semanas como de outras mais recuadas no tempo, como é o caso das Assembleias de Artes e Letras e do Sector Intelectual, e, como exemplos mais recentes, os encontros do Partido sobre educação e ensino, o Poder Local, a CEE (próximo dia 18) e sobre a independência nacional (marcado também para dia 25).

A actividade preparatória do encontro sobre o desenvolvimento cultural na região de Lisboa tem incluído um conjunto de debates nas organizações e a elaboração de textos de apoio, documentos-base e contribuições escritas em que se abordam variados assuntos que estarão em foco no debate, desde a política teatral aos problemas das autarquias, passando pelas áreas da música, das artes plásticas, da dinâmica autárquica, etc.

A documentação será distribuída aos participantes no encontro, que **se desenvolverá à volta de ideias e propostas**, não esquecendo **os aspectos novos** da situação actual, que, como se sabe, é também caracterizada pelos efeitos nocivos de uma política contrária aos interesses do desenvolvimento (que dizer



das directrizes obscurantistas do Governo Cavaco quanto ao teatro, à música, ao livro, às associações populares, etc.?), pela entrada de Portugal na CEE, pelo vigor do Poder Local democrático, pelo alargamento do ensino, etc.

No âmbito do encontro haverá uma exposição de escultura no CT

Vitória a inaugurar no próximo dia 24, uma intervenção musical a cargo da célula dos músicos no Forum Picoas e na noite de 24 para 25 um espectáculo e visita guiada na zona de Alfama.

■ **JPO**

Para o painel da manhã no encontro da ORL sobre o desenvolvimento cultural (**cultura e sociedade**) há um texto de apoio com «**questões para debate em torno da cultura e da democracia**», sistematizadas em 24 pontos. Vejamos os últimos 5:

- O Encontro da ORL para os problemas culturais deverá estudar e provocar o aparecimento de novos fios condutores de organização e acção entre Autarquias, Sectores Intelectuais, Associações de criadores, Associações populares, Escolas, Clubes de Empresa, etc., para o desenvolvimento de iniciativas de difusão, animação e criação que permitam um melhor aproveitamento de espaços, quadros e meios financeiros e a valorização das nossas intrínsecas identidade e culturas.

- A região de Lisboa tem e terá um papel fundamental na conquista definitiva da liberdade e da democracia económica, social e cultural; o Partido e os trabalhadores deverão dar passos na procura e estabelecimento de novos fios condutores da vida cultural, defendendo o nosso património e a nossa identidade e cultura, considerando também na sua acção camadas oriundas de outras regiões que nomeadamente nos concelhos vizinhos de Lisboa e nesta cidade têm os seus núcleos associativos e defendem as raízes e hábitos culturais próprios.

- Os intelectuais comunistas e todos os criadores democratas deverão ser ganhos, através do Partido, das suas Associações, das Autarquias e Sindicatos, para a participação activa em projectos de desenvolvimento cultural das populações.

- Os problemas específicos dos intelectuais criadores deverão ser objecto de discussão, compreensão e participação na sua resolução, por parte de todas as estruturas em que os comunistas tenham influência; hoje, os poderes de direita e aparentados procuram levar a intelectualidade para posturas de silêncio e contentamento pacóvio; cabe-nos levantar questões de fundo que afectam cada vez mais a liberdade, a independência e o trabalho dos criadores, propiciando a resolução de alguns problemas pelas vias da acção prática e da organização das condições de trabalho possíveis para os criadores poderem prosseguir as suas actividades de valorização e de descoberta.

- Não devemos deixar o poder central prosseguir à vontade no seu papel destruidor; devemos propor projectos e exigir a participação das suas áreas «vocacionadas» para acção cultural em iniciativas de descentralização da cultura (mas de modo a que essas iniciativas nunca possam ficar dependentes do «sim» dos responsáveis das áreas ou do Governo...).



Na véspera do encontro sobre o desenvolvimento cultural na região de Lisboa, decorrerá uma visita guiada à zona de Alfama

PACOTE FLORESTAL

O recente debate na Assembleia da República sobre arrendamento florestal realizado quase simultaneamente com a publicação em «Diário da República» de abundante produção legislativa sobre o «pacote florestal» veio trazer de novo para primeiro plano a questão da «vocação florestal» que a CEE destina ao nosso país.

Em causa estão sobretudo projectos de intensificação da plantação do eucalipto e de outras espécies de crescimento rápido e, bem assim, a protecção dos interesses das celuloses e de outras indústrias transformadoras de matéria-prima de origem florestal. As consequências de uma tal orientação são sobejamente conhecidas e têm sido objecto de insistentes denúncias de várias entidades e organizações, nomeadamente de agricultores, inconformados com a perspectiva da nossa área e produção agrícolas virem a ser reduzidas, com consequente agravamento da nossa dependência em bens alimentares do estrangeiro. É que do ponto de vista dos interesses da CEE a questão é clara: a braços com excedentes agrícolas, deficitária em produção de madeira, do que se trata, pois, é de reduzir esses excedentes (na sua maioria constituídos por produtos onde precisamente Portugal é deficitário) e, ao mesmo tempo, reduzir no conjunto da Comunidade as importações de madeira o que obviamente só será possível com o incremento no seu seio — neste caso no nosso país — da produção florestal.

Ora foi exactamente esta «vocação florestal» que insistem em impingir-nos do exterior e de que o «pacote florestal» elaborado pelo Governo é peça integrante que os deputados comunistas Lino de Carvalho e Rogério de Brito desmontaram circunstanciadamente no decorrer do debate, fazendo simultaneamente a propósito duras críticas a uma política que, em sua opinião, está primordialmente orientada para servir as celuloses e a expansão do eucalipto. Na ocasião, a acompanhar o debate, foi distribuído aos órgãos de comunicação social um vasto *dossier* contendo de forma sistematizada um precioso conjunto de informações, acompanhadas dos respectivos comentários e conclusões, as quais comprovam a validade da tese defendida pelos parlamentares comunistas.

São partes significativas desse trabalho que a seguir deixamos ao cuidado do leitor.

O arrendamento florestal integra-se num complexo de medidas que pela sua importância e pelo seu sentido estruturante para a floresta e para toda a agricultura portuguesa deviam ter vindo, no seu conjunto, à Assembleia da República.

Porque a verdade é que o «pacote florestal» visa, no fundamental,

dar execução à «vocação florestal» que a CEE destina a Portugal: a plantação do eucalipto, a protecção dos interesses das celuloses.

Demonstremos:

a)

• Portugal é de todos os países da CEE aquele em que já é maior a relação florestal/superfície total

do País e em que é menor (com excepção da Bélgica) a relação superfície agrícola útil/superfície total (Anexo I).

• Portugal tem uma área florestal de 2 968 000 ha e uma área agrícola de 4 379 000 ha, respectivamente 32,2% e 47,6% da superfície do País.

• As percentagens médias da CEE são de 23,4% para a área florestal e 58,9% para a superfície agrícola.

Conclusão: É falsa a afirmação de que Portugal tem uma superfície agrícola excessiva quando comparada com a CEE pelo que importaria reduzi-la em benefício da área florestal. E afirmamos isto sem prejuízo da capacidade de uso dos solos mas tendo igualmente em consideração que a estrutura dos solos não é imutável e que dispomos de muitos milhares de hectares que podem ser melhorados e recuperados para uso agrícola.

b) A Europa Comunitária é deficitária em produção de madeira, importando, antes da entrada de Portugal, Espanha e Grécia, mais de metade das suas necessidades — sobretudo de matérias-primas para o fabrico de papel e pasta de celulose (responsável por cerca de 50% das importações) — situação esta que pouco se alterou depois do alargamento à Grécia, Espanha e Portugal.

Com este alargamento a produção de madeira aumentou 1/3 mas

Grécia e Espanha são países também deficitários neste sector (*) Portugal é o único País com saldo positivo na balança florestal.

A CEE é excedentária em 82% dos principais produtos agrícolas onde Portugal é largamente deficitário (Anexo II).

Conclusão: Os objectivos da CEE — conforme, aliás, directiva e regulamento já aprovado — são de redução dos excedentes, redução da área e da produção agrícolas e de incremento de acções florestais, isto é, exactamente o inverso das necessidades de Portugal.

Face a este quadro, qual a política do Governo para resolver esta contradição?

— Expansão da área florestal de cerca de 3 milhões de hectares para mais de 5 milhões de ha (mais 66%) e redução da área agrícola de 4 379 000 ha para 2 337 000 ha (menos 53%).

Sacrificando, assim, os interesses do nosso país a favor dos interesses dos países mais desenvolvidos da CEE e dos interesses das celuloses.

É a esta luz que deve ser analisado o «pacote florestal», sobretudo:

a) A Proposta de Lei 45/V sobre arrendamento florestal

b) O Decreto-Lei 175/88 de 17 de Maio sobre a eucaliptização

c) O Decreto-Lei 128/88 de 20 de Abril que cria a CIF e a CAF

Ao serviço das celuloses e da expansão do eucalipto



Para o PCP a questão não é a floresta — temos 1,3 milhões de hectares de terrenos incultos que podem ser arborizados e também é sabida a importância da nossa floresta para a balança comercial —, mas, sim, que floresta, onde e ao serviço de quem

a) Na Proposta de Lei sobre o arrendamento florestal o Governo concede direitos às celuloses (que são quase exclusivamente os únicos grandes arrendatários florestais) que nega aos rendeiros em geral, que nega aos que querem terra para a produção agrícola e pecuária, que nega na Proposta de Lei sobre o arrendamento rural, como no caso das benfeitorias, do pagamento da renda em mora, na transmissibilidade, na cessão da posição contratual, no direito de preferência.

b) No Decreto-Lei sobre eucaliptização (Dec.-Lei 175/88 de 17 de Maio) — e sem prejuízo de algumas normas positivas de controlo contra a expansão desordenada do eucalipto que o Projecto de Lei 99/V apresentado pelo PCP já consagrava — o n.º 1 do artigo 5.º daquele diploma — gato escondido com o rabo de fora — revela toda a verdadeira e perigosa dimensão do decreto-Lei: aqui é estabelecido que a expansão do eucalipto possa atingir 25% (e com recurso a autorização prévia da DGF esta percentagem pode subir teoricamente até aos 100%...) da superfície total de um município o que a aplicar-se significaria que 73% da área florestal do País, 1/4 da superfície total de Portugal pode ser povoado com eucaliptos, sem qualquer controlo (ver anexo IV) nem sequer prevendo o diploma qualquer condicionamento para a sua plantação em

terrenos com aptidão agrícola, ao contrário do que consagra o Projecto de Lei do PCP.

c) O Decreto-Lei 128/88 de 20 de Abril cria a CIF e a CAF que juntamente com a Direcção-Geral

de Florestas passam a coordenar, definir estratégias, propor política, acompanhar e fiscalizar processo de florestação, conhecer e dividir dos recursos.

São as verdadeiras entidades de-

cisórias, designadamente a CAF e a DGF! É esta a abóbada de todo o «pacote florestal».

Ora, na CAF tem assento, sempre que necessário e com direito de voto, um representante das celuloses mas não tem assento nenhum representante da lavoura.

A Direcção-Geral de Florestas passa a ter um vasto conjunto de competências decisórias e o director-geral vastos poderes discionários, sem que por um lado aquela Direcção-Geral tenha estruturas e quadros para corresponder às funções que lhe são atribuídas e, por outro lado, prestando-se aqueles poderes discionários a utilizar em caso de conflito de interesses a situações menos transparentes e ao tráfico de influências.

Em conclusão final:

O «Pacote Florestal»

a) Está elaborado à medida dos interesses das grandes empresas de celulose, proprietários ou arrendatários de largas superfícies florestais.

b) Permite, potencialmente, a eucaliptização desenfreada do País e das áreas com aptidão agrícola podendo abranger mais de 1/4 do Continente e 73% da respectiva área florestal.

c) Não obriga os arrendatários florestais à apresentação de quaisquer planos de arborização ou ordenamento; não estabelece para as

	SAU	% da superfície do País	Área florestal	% da superfície do País
CEE 12	132.825	58,9	52.884	23,4%
Bélgica	1.419	46,5	613	20,1%
Dinamarca	2.847	66,1	493	11,5%
RFA	12.019	48,3	7.328	29,5%
Grécia	9.234	70	2.262	17,1%
Espanha	27.307	54,1	15.543	30,8%
França	31.337	57,1	14.615	26,6%
Irlanda	5.713	81,3	327	4,7%
Itália	17.522	58,2	6.086	20,2%
Luxemburgo	128	49,6	82	7,9%
Holanda	2.023	54,2	293	31,7%
Portugal	4.379	47,6	2.968	32,2%
Reino Unido	18.644	76,4	2.273	9,3%

Unidades: áreas em 1000 ha
Fonte: «A situação da agricultura na Comunidade» — Relatório 1986, da CEE

Com a Europa comunitária deficitária em produção de madeira e excedentária em 82 por cento das principais produções agrícolas, torna-se evidente que do ponto de vista da CEE o que lhe interessa é escoar os seus excedentes para Portugal, atribuindo ao nosso País o papel quase exclusivo de fornecedor de matérias-primas para a indústria florestal

feita mas não em terrenos com aptidão agrícola. Portugal tem cerca de 1,3 milhões de hectares de incultos e de terrenos sem aptidão agrícola que em grande parte podem ser arborizados.

3.º o eucalipto já abrange 450 000 ha e destes as empresas de celulose já detêm mais de 175 000 ha (38,8%).

Ora o Governo em vez de dar atenção a outras espécies florestais necessárias às actividades industriais — serrações, marcenaria, etc., e privilegiar a expansão da floresta de uso múltiplo centra-se quase exclusivamente no estímulo do eucalipto.

É assim que a área do montado de sobre tem vindo a reduzir-se, a área de pinhal expande-se à média de 0,5% ao ano, e a taxa de crescimento da área de eucalipto é de 6,6% ao ano, tendo passado de 100 000 ha em 1956 para os actuais 313 000 ha.

Concelhos há como Abrantes e Chamusca que, em relação a 1972, o acréscimo da área de eucaliptos é da ordem dos 170% para povoaamentos puros e 180% para povoaamentos puros e mistos ou como Mortágua onde o eucalipto já atinge cerca de 20% da área do concelho de Alandroal com 10%, calculando-se ainda em 77% as plantações de eucaliptos que se fizeram em solos onde anteriormente se desenvolvia outra actividade produtiva e dos

Anexo II
Grau de auto-abastecimento em Portugal e na CEE

Produtos	Portugal	(em %) CEE/12
Cereais (sem arroz)	27	101
Arroz	98	125
Batata	86	101
Legumes frescos	128	103
Citrinos	100	69
Tomate transformado	370	166
Manteiga	48	131
Carne de bovino	84	102
Carne de suíno	98	101
Carne de ovino	99	78
Vinho	115	120

Fonte: Estatísticas CEE

empresas industriais de transformação de matérias-primas de origem florestal qualquer limite para a área que podem deter por arrendamento ou propriedade; permite, sem quaisquer condicionamentos, a instalação de capital estrangeiro.

Portugal tem condições privilegiadas para a florestação. A questão não é pois da florestação, mas que florestação, onde e ao serviço de quem?

1.º A nossa floresta está sublotada, isto é, produz menos do que deveria produzir.

Por exemplo, com uma correcta condução poderíamos, na área actual do montado de sobre, produzir mais 50% do que se produz e no pinhal mais 40%. O próprio eucalipto plantado está sublotado e pode produzir mais 35%. Portanto temos, primeiro que tudo, que nos preocupar com a conservação, protecção e aumento da produtividade do património florestal que temos.

2.º A florestação pode e deve ser

(*) (In Santos Varela — A PAC e a sua aplicação à agricultura portuguesa — pág. 130)

JCP e Komsomol assinam protocolo de cooperação

Uma delegação da Juventude Comunista Portuguesa esteve na URSS no final de Maio para participar num seminário sobre a cooperação JCP/Komsomol; com o objectivo de fortalecer a amizade, a cooperação e o conhecimento mútuo entre as juventudes da União Soviética e de Portugal, foi assinado um protocolo de cooperação bilateral para 1989-1990.

Paula Coelho (do secretariado da Direcção Nacional da JCP), Rogério Moreira (também do secretariado da DN e deputado do PCP), Nuno Ramos Almeida (director da revista da JCP «Politika»), Armando Fonseca (da DN da JCP), Paula Pontes (militante da JCP e campeã nacional de judo) e Clara Peralta (da secção internacional da JCP) estiveram em Moscovo e em Petrozavodsk; encontraram-se com dirigentes do Komsomol, visitaram o combinado têxtil «Lembranças da Karélia», o clube internacional «Unidade», a Universidade de Petrozavodsk, a filial da Academia das Ciências da URSS, o clube juvenil «Prospekt», a ilha-paráise de Kiji.

Nos dias 26, 27 e 28 de Maio teve lugar em Petrozavodsk o seminário sobre cooperação JCP/Komsomol, em que participaram os 6 camaradas da JCP e, da parte soviética, responsáveis do Komsomol, do Comité das Organizações Juvenis da URSS, da agência de turismo juvenil «Sputnik» e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS, bem como 3 leitores do «Komsomolskaia Pravda» apurados depois de um concurso promovido pelo órgão do Komsomol (de que falamos noutra local).

O fruto principal deste seminário foi a assinatura, pela primeira vez, de um protocolo de cooperação entre a JCP e a União da Juventude Comunista Leninista da URSS.

Das acções previstas para os próximos dois anos destacam-se a troca de delegações de jovens soviéticos e portugueses para discutir, na URSS, «Juventude e tempos livres» e, em Portugal, «Juventude e perestroika» (isto em 1989, estando ainda por definir no concreto os temas dos debates e a composição das delegações para 1990); o intercâmbio de jornalistas e especialistas em questões juvenis; a realização, na URSS, em 1990, do 3.º Encontro de Amizade das juventudes soviética e portuguesa; o incremento do turismo juvenil entre os dois países e da troca de correspondência entre jovens da URSS e de Portugal.

No protocolo a JCP e o Komsomol comprometem-se ainda a estudar a possibilidade de realização de «projectos conjuntos», nomeadamente uma acção de trabalho em Angola ou em Moçambique, a edição de um disco com componentes musicais portuguesas e soviéticas e a edição de uma publicação juvenil bilingue. ■



Já vêm de longa data os laços de amizade e solidariedade entre a JCP e o Komsomol, entre os jovens da URSS e de Portugal (na foto uma festa internacionalista no clube «José Dias Coelho», da escola técnico-profissional n.º 47, em Moscovo)

«O socialismo é hoje mais fascinante»

«O socialismo é hoje mais fascinante» — disseram-nos a Paula Coelho e o Nuno Ramos Almeida, dois dos jovens que integraram a delegação da JCP que esteve na URSS de 24 a 30 de Maio e com quem conversámos acerca do processo de reestruturação em curso na União Soviética, da vida dos jovens na URSS, das dificuldades que existem e dos esforços para as vencer. Dessa conversa fica aqui, em discurso directo, um apontamento.

«Av!» — Tem-se valorizado constantemente as conquistas do socialismo, aquilo que de positivo trouxe para os povos que avançaram por essa via. Hoje, contudo, acentua-se a crítica dos fenómenos negativos e dos problemas que ainda estão por solucionar. Será que, perante tais problemas, o socialismo é ainda algo que cativa a juventude, ou os jovens hoje em dia «já

não vão nisso?»

Nuno — O socialismo é atractivo quando é possível ser construído pelas pessoas que vivem o socialismo, quando são elas que constroem a sua própria vida, quando há participação das pessoas. O socialismo não só se constrói para amanhã, mas para se viver hoje. E acho que o que dá o atractivo de um sistema é a capacidade que esse sistema tem de fazer as pessoas construí-

rem a sua própria vida, de serem elas a decidir o que é que vai ser a sua vida. Isso é, quanto a mim, a superioridade do socialismo em relação à sociedade capitalista, e é hoje mais a superioridade do socialismo, porque se está a liquidar os impedimentos à democracia e à participação. Acho que o socialismo não deixou de ser socialismo durante os tempos de estagnação, mas, no fundo, não foram criados novos mecanismos que permitissem o desenvolvimento de todas as suas potencialidades; hoje esses mecanismos estão a ser construídos e está a elevar-se a participação das pessoas. Acho que a nossa vida também é feita para as gerações vindouras, mas não acaba aí, tem que

ser vivida com prazer, com gosto, com amor, com vontade. O socialismo hoje é muito mais fascinante, está mais claro que não está escrito, mas que somos nós a escrever; e que construir o socialismo, ser comunista, ser marxista-leninista, não significa abrir um livro para ir ver à página 33 como é que vamos fazer isto ou aquilo; é, perante um método, perante os princípios marxistas-leninistas e perante objectivos como o fim da exploração do homem pelo homem e de uma maior justiça social, poder construir em situações novas coisas diferentes, soluções novas. Penso que esse é um aspecto fundamental que está a ser posto em prática hoje na URSS com a perestroika. O socialismo tem tudo a ganhar com o alargamento da democracia, com maior liberdade, com mais discussão e mais empenhamento das pessoas.

«Av!» — Mas, essa possibilidade, não a há nos países capitalistas?

Nuno — É muito diferente. Ninguém participa de formas iguais no capitalismo.

Paula — Dizias há bocado que valorizávamos os aspectos positivos, as conquistas, os problemas resolvidos. Continuamos a valorizar. Se tomarmos questões básicas como o ensino, o trabalho, a habitação, a saúde, na URSS os jovens têm uma situação completamente diferente da que vivemos em Portugal, onde tudo isso ainda são problemas graves. Mas isso não invalida, de forma nenhuma, o facto de, com o processo da perestroika, haver hoje na União Soviética um acompanhamento a outros interesses: por um lado, aprofundar estes aspectos básicos e resolver proble-

mas que, mesmo nestas áreas, tem havido; por outro lado, acompanhar muito melhor outros interesses que vão surgindo, nomeadamente em relação à juventude. Hoje estão abertos muitos mais caminhos para que na URSS seja dada resposta a tais questões. Por exemplo, tomando o caso concreto da música: tu hoje tens na URSS uma situação em que se incrementa muito mais a criatividade, há um surgimento de muitos agrupamentos musicais — e em várias áreas, como o rock. Ainda aqui há uns tempos atrás não se ouvia falar de rock soviético...

«Av!» — Mas o rock tem alguma coisa a ver com a União Soviética?

Paula — Acho que não é uma questão de ter ou não ter algo a ver com a União Soviética. O fenómeno da música rock atrai os jovens, independentemente de ser na União Soviética ou noutra país.

Nuno — Os jovens soviéticos é que podem dizer se o rock tem ou não algo que ver com a União Soviética. O socialismo não é apenas justiça económica e igualdade de oportunidades para as pessoas, é também criar condições para que essa igualdade de oportunidades permita a expressão do pensamento das pessoas e a criação de novas realidades. Por isso é que, quando se põe a interrogação sobre se o capitalismo possibilita ou não a participação em pé de igualdade, há que chamar a atenção para a desigualdade dessa participação. Quando me dás uma agulha a mim e um morteiro a outro, não podes dizer «Agora, participem em pé de igualdade». Eu não posso dizer que um filho de um campomês de Trás-os-Montes — que não tem direito a



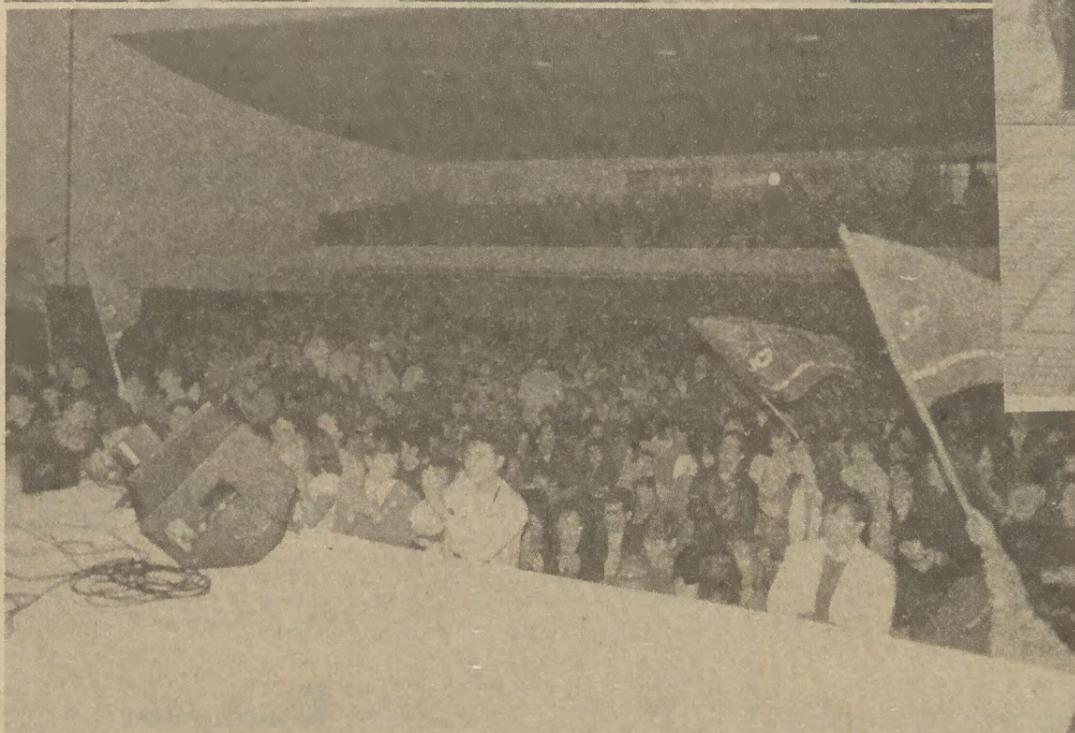
O Nuno e a Paula na redacção do «Avante!»

educação, que não tem direito a desenvolver as suas capacidades, que não tem dinheiro — tem as mesmas possibilidades de participação na vida da sociedade que um jovem que nasce em berço de ouro e tem, à partida, todas as condições para se formar e influenciar a sociedade. O que eu penso é que o socialismo está a conquistar uma coisa importante: a igualdade de oportunidades existe, desenvolve-se, cria-se, mas a participação na sociedade e na sua construção é feita por todos. Esses mecanismos estão a funcionar, aliás são mecanismos que surgiram com o próprio socialismo. No capitalismo isso não existe. Temos de facto liberdades formais para expressar a nossa opinião, agora temos meios completamente desiguais. É ridículo afirmar que eu tenho a mesma liberdade de participação que, digamos, um indivíduo do partido do Governo. A grande conquista da *perestroika* é, penso, que não existe, da parte do partido e dos comunistas, a imposição de um modelo. O modelo é a participação das pessoas, o modelo é a justiça social, a igualdade, é o que as pessoas decidirem. Desta forma de certeza que o socialismo se aprofunda mais, de certeza que o socialismo se realiza. Isto é uma luta que nunca acaba. Como o socialismo e o comunismo são fenómenos dinâmicos, a luta pelo seu aperfeiçoamento, para que os desvios sejam corrigidos, para que as insuficiências sejam ultrapassadas é uma luta que nunca acaba. Felizmente. Devia ser chatíssimo um partido perfeito, como seria chatíssima uma sociedade perfeita. Há sempre algo de novo a fazer. Penso que esse é um fascínio muito grande na União Soviética neste momento, para além dos outros que já havia antes. Oito dias de viagem não dá para ver tudo. Mas, depois dos contactos que tivemos, é difícil acreditar que pessoas tão empenhadas na vida e em transformar as coisas não consigam fazer da sua vida aquilo que querem. Eu acho que as pessoas que estão lá — e não falo só dos dirigentes, mas daqueles jovens com quem nos encontramos em vários sítios — têm qualidade e vontade suficiente para transformar as coisas e vencer as dificuldades.

«Av!» — Que dificuldades, que problemas, têm agora esses jovens com quem vocês falaram?

Paula — Falámos com jovens diferentes. Na fábrica de vestuário, por exemplo, foi bastante realçada uma necessidade muito grande de conhecimento e de adaptação da moda na URSS, o poderem melhorar o *design*... Outra questão — completamente diferente, mas muito sentida — é a necessidade de informação, uma sede de conhecer, tanto em relação à História e à actualidade da União Soviética, como em relação ao que se passa na Europa, mesmo aspectos negativos e problemas que atingem a juventude, como o desemprego... Em relação à música, também se levantam questões. Também a habitação, apesar de muito já estar resolvido. Discute-se com muita vivacidade as formas de participação dos jovens, a adequação do funcionamento do Komsomol à realidade actual da juventude soviética, militantes e não militantes do Komsomol.

Nuno — Há problemas também em relação ao consumo, faltam determinados bens de consumo. Não quer dizer que não haja electrodomésticos, vestuário... Há é menos



Ponto alto da cooperação entre a JCP e o Komsomol são os encontros de amizade das juventudes de Portugal e da URSS. O primeiro realizou-se em 1986, em Minsk; o segundo — em Janeiro de 1988, em Lisboa; o terceiro está marcado para 1989, na URSS

que aquela quantidade que as pessoas gostariam de ter e para que têm possibilidades. Trava-se também uma discussão muito viva em torno da reforma do ensino, desde

os currículos às saídas profissionais (concretamente a remuneração das profissões) e à participação dos professores e dos estudantes na vida escolar. Penso que, no fundo, as

medidas que se estão a tomar neste momento na URSS têm como objectivo conseguir que a sociedade soviética, aproveitando as virtudes do socialismo, tenha uma maior ca-

pacidade de resposta a estes problemas, com uma maior iniciativa e participação das pessoas. E, com isso, o socialismo, repito, só tem a ganhar. ■

Expedição luso-soviética vai procurar o Homem das Neves? Para uma amizade mais forte vale tudo!

Assim mesmo: procurar o Homem das Neves. Uma proposta da Lina Koléssnikova, estudante do 9.º ano e leitora do «Komsomolskaia Pravda», para o desenvolvimento da cooperação entre as juventudes da URSS e de Portugal, tema do concurso que o órgão central do Komsomol organizou pouco antes do seminário de Petrozavodsk e no qual participaram 37 leitores. Poucos foram os que fizeram só uma proposta.

Muitas ideias foram já contempladas neste primeiro protocolo de cooperação JCP/Komsomol. De qualquer modo, aqui deixamos um apontamento, bem demonstrativo de que, para tornar mais forte a amizade e a solidariedade entre os jovens, vale tudo, até uma expedição conjunta luso-soviética para procurar o Homem das Neves.

A edição de uma publicação conjunta de jovens soviéticos e portugueses, a realização de acções conjuntas de solidariedade com outros povos, o incremento do turismo juvenil e da troca de correspondência, a realização anual de encontros de amizade — eis uma amostra de ideias sugeridas pelos leitores do «Komsomolskaia Pravda» e que constam do protocolo JCP/Komsomol para 1989-1990.

Por várias vezes foram também feitas nas cartas propostas para a criação de centros da juventude soviética em Portugal e da juventude portuguesa na URSS. Outra ideia é a da realização de «Pontes TV», programas televisivos com a participação de jovens de ambos os países.

Dois leitores sugerem a criação de empresas mistas de jovens; é proposta a geminação de escolas ou universidades, a criação de grupos de jovens cientistas e investigadores e de grupos de estudantes dos dois países para, durante as férias, trabalharem na construção civil.

Para os participantes no concurso do «Komsomolskaia Pravda» há ainda outras possibilidades, como criar «uma escola em Portugal e uma escola na URSS, onde podiam ensinar professores soviéticos e portugueses». «Crianças portuguesas poderiam estudar numa das escolas soviéticas durante uma semana» — sugere a Svetlana Bacanova, aluna do 9.º ano.

Natalia Mazanis, de 28 anos, propõe-se convidar para visitar a URSS «uma mulher com o seu filho», enquanto a Lina Baklanova recorda que há pessoas dispostas a receber nas suas casas jovens do outro país.

Mas a imaginação dos leitores do «Komsomolskaia Pravda» e o desejo de conhecer melhor os amigos encontram ainda outras vias para desenvolver a cooperação entre os jovens da URSS e de Portugal: concertos de grupos musicais, encontros de bibliófilos e floricultores, de jovens poetas amadores, de filatelistas, um «Comboio da Amizade Lisboa-Moscovo», uma marcha de amizade de Petrozavodsk para Lisboa, uma corrida de bicicletas pelo litoral atlântico e pela costa do mar Negro, uma regata, um concurso de tradução de literatura soviética e portuguesa entre estudantes de filologia... ■



A NATO

nos anos 1990

«O relatório **A NATO nos anos 1990** é a mais recente contribuição da Assembleia para o debate aberto no seio da Aliança sobre os particulares desafios a que se verão confrontadas as democracias ocidentais no decorrer dos próximos dez anos», diz-se em introdução ao Relatório especial da Assembleia do Atlântico Norte, há dias debatido em reunião realizada no Funchal.

Ninguém espera naturalmente que venham a ser simples e lineares os caminhos do desarmamento.

Este relatório testemunha exactamente, pelas concepções defendidas e as medidas práticas propostas, de quais as dificuldades maiores que teremos de defrontar nesse avanço rumo ao desarmamento — exigência premente da era que vivemos.

Corporiza as vozes — e as responsabilidades — dos que continuam a apostar na política da força, como a sua forma de fazer política. Reflecte a persistência da cegueira face às realidades da era nuclear.

Mas também tem subjacente, nas afirmações e preocupações expressas, o peso assumido por um vasto movimento popular, dirigido particularmente contra as armas nucleares. O peso da grande **ofensiva de Paz** encabeçada com particular vigor e dinamismo pela União Soviética hoje. E dá nota das **dificuldades** que neste contexto se vão vivendo dentro da própria NATO. Das divergências políticas, que se agudizam, particularmente em relação à defesa clara do armamento nuclear como componente de uma estratégia, e à própria doutrina militar promovida pela Aliança.

Com uma nota aqui, que vale a pena sublinhar.

Se é certo que diferentes partidos e sectores socialistas e social-democratas da Europa da NATO se pronunciam, mesmo com bastante clareza, contra as ideias, diríamos arcaicas, mas ainda bem vivas, que enformam este relatório, e que são as ideias políticas dominantes da organização NATO — isso não é igualmente verdade no que a **Portugal** se refere. No nosso país, tanto o governo **PSD** como o **PS**, de facto, perfilham os mais retrógrados e militaristas conceitos presentes nos princípios defendidos e na acção prática da NATO.

«A política ocidental mais susceptível de promover uma alteração positiva neste domínio basear-se-á na utilização da cenoura (explícita) e do pau (implícita)! — esta afirmação, assim textual, vem nas páginas do relatório especial da Assembleia da NATO. No caso, reporta-se à questão da divisão da Europa. De facto traduz toda uma concepção política. Não só de que caberia às «democracias ocidentais» o direito de enformar o mundo à sua medida. Como a de que qualquer meio seria adequado a esse fim.

Todo o relatório é perpassado por esta concepção. —

Aqui iremos simplesmente destacar alguns pontos. Afirmações que falam por si. Muito embora se trate de um documento público, e por isso com uma linguagem naturalmente mais cuidada.

Estratégia de dissuasão e armas nucleares

«A actual estratégia da NATO (baseada nas doutrinas de resposta graduada e defesa avançada) continua a constituir a melhor forma possível para a Aliança de garantir a paz e de encorajar o desenvolvimento de um ambiente mais estável para a segurança Este-Oeste nos anos 1990. As alternativas susceptíveis de abrir fissuras no conjunto do conceito de dissuasão só podem minar a segurança e a coesão política da Aliança. Para manter uma política de dissuasão eficaz, os aliados não podem permitir a um potencial agressor pensar que pode escolher o nível do conflito sem arriscar uma resposta militar do ocidente a um nível de confrontação **mais elevado**».

Neste contexto, o nuclear insere-se perfeitamente, em plena harmonia com toda uma concepção arrejada das realidades.

Parte-se do princípio de que existem de facto inexistentes ameaças militares, para passar a um nível de mais perigoso irrealismo: a possibilidade de utilização da arma nuclear.

E isto é reafirmado no próprio momento em que por sua vez o presidente americano Reagan volta a subscrever a afirmação de que numa guerra nuclear não haveria nem vencidos nem vencedores.

As contradições estão à vista. E de certa forma são também um vislumbre concreto, nesta fase ainda muito difícil, de que se afirmam as razões palpáveis da confiança em que o desarmamento, e antes do mais o desarmamento nuclear, começa a ter caminho desbravado.

Mas voltando às concepções da NATO relativamente a armas nucleares.

No relatório se diz: «quaisquer que sejam os progressos desejados no domínio do controlo dos armamentos clássicos ou nucleares ou no domínio das tecnologias de defesa, as armas nucleares continuarão provavelmente a jogar um papel chave na dissuasão. Nas actuais circunstâncias políticas, a componente nuclear da política de dissuasão ocidental constitui um elemento indispensável da estabilidade militar que as forças clássicas só por si não podem oferecer».

E mais se avança nestas considerações, afirmando que «a NATO deve encontrar os meios de atenuar a sua dependência em relação a armas nucleares de curto alcance, preservando um potencial de dissuasão nuclear de maior alcance, credível e viável. A Aliança deve ter por objectivo definir uma posição na matéria até meados dos anos 90, posição em que a **decisão de re-**

Um relatório em que ainda se não chegou aos anos 80

correr às armas nucleares seria fruto de uma deliberação, e não um acto de desespero»!!!

Contraponto

Não resistimos a introduzir aqui um parêntesis, para referir a **crítica soviética em relação ao próprio conceito de dissuasão**.

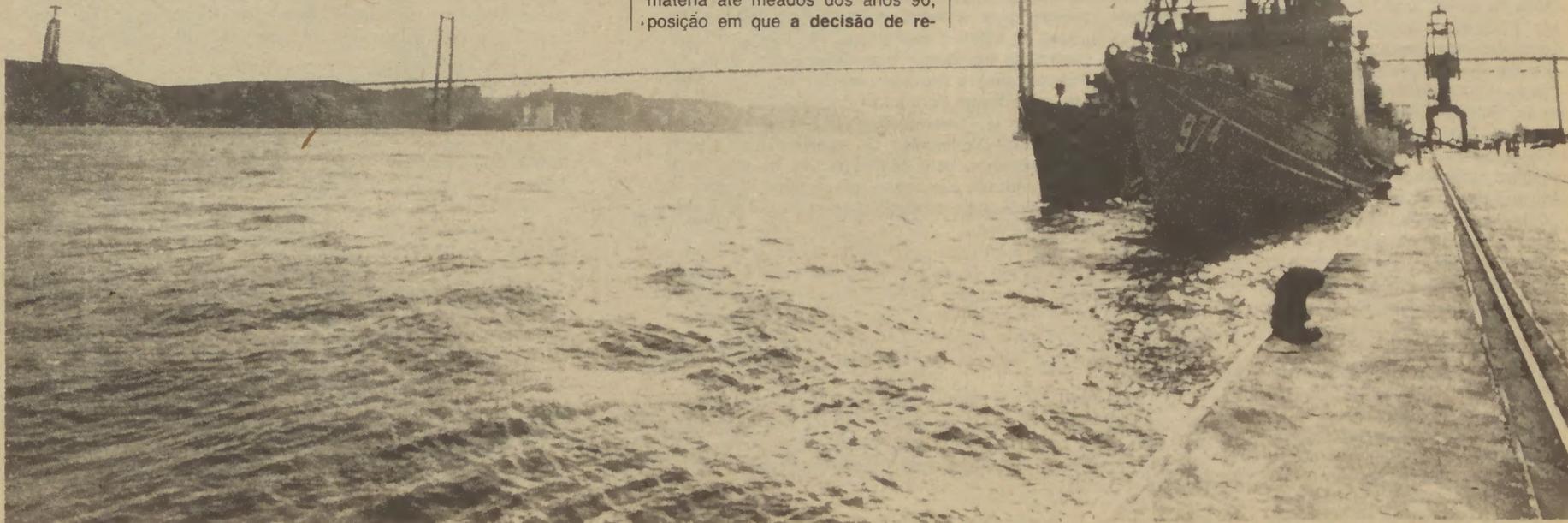
São palavras de Mikhail Gorbachov, na sua recente entrevista a órgãos de informação dos EUA.

«Tive várias discussões com representantes do Ocidente que acham que sem as armas nucleares não se poderia ter vivido quarenta anos sem uma guerra mundial. Essa tese pertence ao domínio das suposições. E se se avaliar correc-

tamente o papel que na realidade desempenhou o chamado «equilíbrio do medo»? Resultou numa incrível militarização da política externa, economia e até vida espiritual. Prejudicou a moral internacional e envenenou a atmosfera de confiança e amizade, de um interesse sincero entre ambos os povos que nasceu nas relações soviético-americanas durante a guerra conjunta e a vitória alcançada em conjunto sobre o nazi-fascismo.

«Estou convencido de que o equilíbrio estratégico-militar pode ser mantido a um nível baixo, **sem armas nucleares**. Formulamos a nossa opção de uma maneira bem clara: parar a corrida aos armamentos e fazê-la recuar.

«No que diz respeito à chamada «força nuclear mínima de dissua-



são", não quero entrar agora em polémica com os adeptos dessa concepção. Hoje há mais de 10 mil ogivas nos arsenais de cada um dos nossos países. Primeiramente devemos reduzi-las a metade. Depois, talvez, mais uma vez a metade, e mais uma vez. Paralelamente poderemos chegar a acordo sobre a liquidação de armas químicas e procederemos à redução dos armamentos convencionais da Europa. Nesse processo além dos EUA e da URSS participarão outros Estados, nucleares e não nucleares. Isso contribuirá para sensibilizar o mundo para a desmilitarização da política, da mentalidade e das relações internacionais de um modo geral.

«Há outro ponto: se apostarmos já na "dissuasão nuclear mínima", posso garantir-lhes que as armas nucleares vão propagar-se pelo mundo todo, desvalorizando e reduzindo a zero mesmo aquilo que possa vir a ser alcançado nas conversações soviético-americanas e nas negociações entre os Estados que actualmente têm estatuto nuclear.

«Não é a "dissuasão nuclear" que pode garantir um futuro sem guerras à Humanidade, mas o equilíbrio de razão e boa vontade, um sistema de segurança universal.»

E mais uma pequena nota: «E se falarmos da "dissuasão", será que não está claro o facto de que se nesse período não houve guerras foi graças à consciência de que basta um golpe com armas convencionais sobre as centrais nucleares e empresas químicas para que morra toda a população da Europa?».

Um sopro de «guerra fria»

A defesa de lucros e de privilégios caducos tira a lucidez a muitas cabeças. O relatório especial da Assembleia da NATO é disso mesmo um exemplo. O sopro da «guerra fria», de períodos históricos passa-

dos, está presente em cada uma das suas considerações e projectos. Em relação às armas nucleares, fazendo pura e simplesmente tábua-rasa do conhecimento hoje adquirido que é esse o caminho mais directo para um holocausto devastador. Em relação à forma de ver o mundo e de entender as relações no plano internacional. Como se os *diktats* imperiais continuassem a ser uma política possível.

Significativa é por exemplo a forma como é abordado o relacionamento com os países socialistas.

Transcrevemos: «Nos anos 1990, a NATO deverá prosseguir os seus esforços no sentido de superar a divisão da Europa, um objectivo a considerar como prioridade absoluta. São estas divisões que estão na base das tensões políticas e da confrontação militar Este-Oeste de hoje, e que devem ser dominadas se queremos criar uma estrutura nova e mais estável entre o Este e o Oeste.»

E como alcançar tal objectivo?

Antes do mais parte-se de uma significativa consideração: «Tendo em consideração a história económica, social e cultural da Europa, a hegemonia soviética nesta região é contra-natura!»

De onde, a política a seguir seria a de dividir para reinar. Ou seja: «A política ocidental em relação à Europa de Este deve continuar centrada na diversidade que singulariza os países leste-europeus entre si e face à União Soviética. Deverá recompensar os países que procuram uma maior independência em matéria de política externa e económica, e agem no sentido de uma liberalização interna e de um reforço dos direitos do homem (naturalmente entendidos na óptica do capital), penalizando os países que não vão nesta direcção!»

Um outro exemplo desta deslocação arrogância imperial: «A disparidade geográfica entre as duas alianças leva a que os governos da NATO exijam do Pacto de Varsóvia reduções e restrições assimétricas

do potencial militar dos países de Este».

Os factos são teimosos

Persistir em teses desadequadas da realidade actual tem o seu preço. E assim por todo o relatório despontam preocupações com realidades que ultrapassam e contestam as teses da Aliança. Em particular no que se refere a importantes movimentos da opinião pública pelo desarmamento e ao impacto da política externa da URSS.

Expressamente se afirma que «os governos da NATO devem multiplicar os seus esforços para explicar à opinião pública e aos parlamentos a necessidade de manter uma defesa nacional forte, mesmo que as relações com o Leste melhorem». Uma «necessidade» que será mesmo muito difícil de explicar!

Uma outra preocupação: «Sob a direcção do secretário-geral Mikhail Gorbachov, a União Soviética manifesta um interesse certo por medidas visando reduzir a confrontação militar na Europa e reconhece actualmente a existência de "assimetrias" no equilíbrio das forças europeias. Esta prova de grande maleabilidade convenceu muitos europeus ocidentais de que as intenções soviéticas são sinceras e que se pode acreditar na palavra de Gorbachov. Nunca antes os dirigentes ocidentais tinham sido confrontados com uma situação conjugando um poderio militar soviético que apesar de tudo continua considerável e uma ofensiva diplomática e política em relação ao Oeste das mais convincentes.»

A realidade é o que é. E as teses da NATO são o que são. Contrapõem-se. Gerando e prolongando sérios perigos para todos nós. Mas igualmente testemunhando das dificuldades crescentes com que tropeçam os mais agressivos sectores do capital. ■



Portugal Um alerta! Armas nucleares, não!

«A região Sul da NATO é também de grande importância estratégica para a Aliança, tendo em conta a presença naval soviética no Mediterrâneo, a estreita relação militar entre as hostilidades nas regiões Sul e Centro, a proximidade com a conturbação da região do Médio Oriente e a dependência dos aliados da NATO em relação aos recursos energéticos que esta região e o golfo Pérsico representam».

«Importância» que certamente nenhum benefício nos poderá trazer. Muito pelo contrário.

Mas não é assim que pensa o governo PSD que temos. E tão pouco os dirigentes do PS.

E assim temos Jaime Gama, actual presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, a defender, em seminário sobre «O futuro de uma comunidade europeia de Defesa», as posições mais retrógradas perilhadas no seio da NATO, e em particular mesmo no que se refere ao armamento nuclear.

Jaime Gama afirmou, no referido seminário, que a eliminação dos sistemas nucleares baseados em terra, nos termos do acordo INF, agora consagrado na Cimeira de Moscovo, levaria à valorização dos meios aéreos e navais portadores de mísseis de cruzeiro e de médio alcance — aqui deliberadamente se escamoteia que é de desarmamento que se trata e não de reforço de sistemas alternativos de armamento — que deveriam ter os seus pontos de apoio nos extremos Norte e Sul da Aliança (Portugal incluído, portanto).

E Jaime Gama explicita: «o desenvolvimento estratégico aponta assim para a rarefacção dos sistemas (também nucleares — a nota é nossa) na Europa Central e para uma concentração nos países da cintura periférica».

Ou seja, tudo indica, que no entender do dirigente socialista (e não só no seu), por artes de jogos estratégicos, inevitavelmente teriam que vir parar também ao nosso país as armas que noutros se vai conseguindo reduzir. E assim, para sossego dos militaristas da NATO, tudo continuaria na mesma, com armas nucleares, como em Bruxelas é defendido.

O alerta aqui fica. Há quem, a coberto de ditas inevitabilidades estratégicas, pretenda impor-nos armas nucleares em território de Portugal. ■

“Hooligans”

Os «hooligans» são aqueles rapazes muito ingleses mas pouco «british» que, de há uns tempos para cá, têm aproveitado os jogos de futebol na Inglaterra e fora dela para desencadearem as maiores desordens, mas de maneira manifestamente organizada. Ganham a sua primeira e triste celebridade há uns anos quando, num jogo disputado no estádio belga de Heysel, provocaram a morte de mais de 40 pessoas, na sequência de selváticos (e premeditados) distúrbios por eles desencadeados no decorrer do encontro, por sinal transmitido em directo, pela televisão, para meia Europa. De então para cá os «hooligans» têm consolidado a reputação, apesar de constantes declarações de intenção, por parte do governo de Margaret Thatcher, em resolver o problema. Problema que voltou às primeiras páginas no recente encontro Inglaterra-Irlanda, disputado em Estugarda, na RFA, para o Euro-88, com o ressurgimento do vandalismo «hooligan» antes, durante e depois do desafio. Margaret Thatcher veio de novo a público, a declarar-se «chocada» e a propor-se discutir com o seu governo as medidas a tomar contra «a violência no futebol». Só que a «violência no futebol» é um chapéu demasiado largo para tão curta cabeça. E esta «cabeça» está suficientemente destapada para precisar de tal chapéu. Em vez de andar há anos entretido com filosofâncias, por que é que o governo britânico não repara que grande parte destes seus «hooligans» pertencem a extractos sociais particularmente vergastados, em Inglaterra, pelo desemprego e a miséria, e procura averiguar, por exemplo, quem é que lhes paga as dispendiosas deslocações ao estrangeiro, para acompanhar as equipas britânicas e fazer distúrbios? E por que não experimenta inflectir a sua política de desemprego e miséria crescente? Verá que, se o fizer, não há «hooligan» que resista...

OS auxílios

Quase não se passa uma semana sem que, pelos jornais, não surjam títulos a dar a entender à gente que a CEE já deu, está a dar ou vai dar mais uns milhõezinhos aos portugueses. Milhão para aqui, milhão para acolá, milhão, sobretudo, para aplicar uma política que não tem sido em Portugal a projectar, mas que vem já cozinhada de Bruxelas e conforma aos interesses dos monopólios estrangeiros. Entretanto, surpresa!, é o próprio órgão oficial do PSD que vem admitir que «estes montantes vindos da CEE, implicam, porém, um elevado esforço financeiro do Estado Português, na medida em que, de acordo com as regras comunitárias, por cada 1000\$00 de financiamento comunitário, o Orçamento nacional comparticipará com cerca de 800\$00!» Quer dizer que a gente é

que paga a política que a CEE vem impondo ao País. Ainda bem que não somos só nós a afirmá-lo.

O centro fechado

Mas que grande chatice!, terão pensado os muitos comentadores RTP — e outros, que comentadores é o que não falta neste país — após serem conhecidos os resultados das eleições francesas. Habituaados à futurologia, crenes na magia dos desejos expressos, esperavam que a tal «mensagem» que abundantemente repetiram, de «abertura ao centro», anunciada pelo presidente Mitterrand, tivesse encontrado eco nos ouvidos da maioria dos franceses. Apregoavam já o fim das

«ideologias», o acabar da «direita e da esquerda». O que, traduzido por miúdos — mas eles nunca usam trocos! —, queria dizer acabar com o PCF de uma vez por todas e instalar a direita por toda a parte, chamando-lhe centro. Afinal, apesar do escrutínio ser injusto, apesar de os 27 deputados comunistas eleitos em França deverem ser 65 se as eleições fossem proporcionais, o certo é que o PCF viu reforçada a confiança que nele depositam os eleitores franceses. O certo é que os

socialistas tiveram a maioria, ainda que relativa, contra as previsões dos comentadores da RTP que ainda à beira dos últimos números, prediziam ir acontecer o contrário. O certo é que o Le Pen ficou reduzido à dimensão de um só deputado. O certo é que a direita não vai governar e, se o vier a fazer, é pela mão «estendida» de Mitterrand, com toda a gente a ver.

Afinal a «abertura» não abriu. O centro ficou fechado. Que grande chatice!

Pontos Cardeais



Gazetilha

por Ignotus Sum

Sim. Mas como?

— Ó senhora D. Aurora (calharam de perguntar) sabe que o Cavaco agora mandou a gente poupar?

D. Aurora, friamente, sem mais demoras, responde: — Então que nos diga à gente para poupar-nos aonde...

Nem à lupa!

O Cadilhe pediu a dois mil empresários a máxima atenção para evitar, nos fumos perdulários, que crescesse a inflação.

Quer-se dizer: não era por ciência que os seis por cento já Cadilhe impunha. Aumenta do ministro a impaciência e mete cunha...

Se alguém ainda crê na fama da eficácia então venha daí com uma lupa — e cáce-a...

A sondagem

Divide-se opiniões? Claro, são opções nas horas de viragem. A História é mesmo assim. Recordo cá por mim a última sondagem. Dizia ela afinal: entre os que mais apostam, do governo actual os ricos, esses, gostam...

Sondagem!, inda bem que nisto os olhos poisas. Se fosse eu, iam logo dizer coisas...

Dizem que é boato

Eurico não tem formato fala e há logo desacato: não quer mais ficar no retrato. O Barreto está no fim do acto já roeu bastante queijo, este rato. João de Deus vai acabar o biscato queimado como está no bruxelato. Para a Beleza não há nenhum borato que lhe desinfecte tanto espalhafato...

Quem diz que não há mau cheiro no sapato com certeza que não está bom do olfacto...

Discurso sobre a direita

A direita francesa é uma senhora direita. Honesta? Com certeza!, está mesmo acima de qualquer suspeita... (esta era a opinião, há tempos, do Chirac. Uma direita, enfim, de cartola e de fraque...)

Mas agora, ao pedir a ajuda de Le Pen, lá se perdeu a graça da higiene...

Pois é, pois é. Quando levanta a grimpá desfaz-se a ilusão de uma direita limpa.

Atenção, minha gente!, o que sobre a direita aqui se diz não diz respeito à França, unicamente, mas ao nosso país.

Em Portugal, para quem bem enxergue, Cavaco é só a negra ponta do aicebergue...

Agenda

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 755

16 de Junho de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Sexta

• PÓVOA DE ST. IRIA

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• SETÚBAL

O distrito na comunicação social e a comunicação social no distrito — debate promovido pela SIP da DORS com a participação de jornalistas de órgãos nacionais e regionais e de responsáveis pela informação autárquica. As 21.30 no CT de Setúbal.

• MIRANDA DO CORVO

Encontro concelho da CDU. No Grupo Recreativo Mirandense.

• TORRES VEDRAS

Visita dos deputados do PCP, Alvaro Brasileiro e Octávio Teixeira: encontros com a população durante o dia, sessão sobre problemas da agricultura às 21.30 na colectividade de Caixaria.

Sábado

• TÁBUA

Encontro concelho da CDU.

• MATOSINHOS

Encontro concelho da CDU, no salão da Junta de Freguesia, às 14.30.

• FELGUEIRAS

Encontro concelho da CDU, às 15.00, na Escola Secundária.

• MAIA

II Assembleia da Organização Concelhia da Mala. A partir das 15.00 na Escola Preparatória.

• PORTO

Sessão-convívio no CT de Ramalde, a partir das 16.00.

• LOURES

3.º Encontro de Jovens Comunistas do Distrito de Lisboa — hoje e amanhã, no Cabeço de Montachique, sob o lema «JCP, força e vida, intervir para transformar».

• LISBOA

Encontro do PCP, no ISCTE-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (junto à cantina universitária da Av. das Forças Armadas). A partir das 9.30.

• OLIVEIRA DE AZEMÉIS

II Assembleia da Organização Concelhia. Na Escola Preparatória a partir das 14.30. Participam as camaradas Jaime Serra e Vidal Pinto.

Domingo

• PAREDE

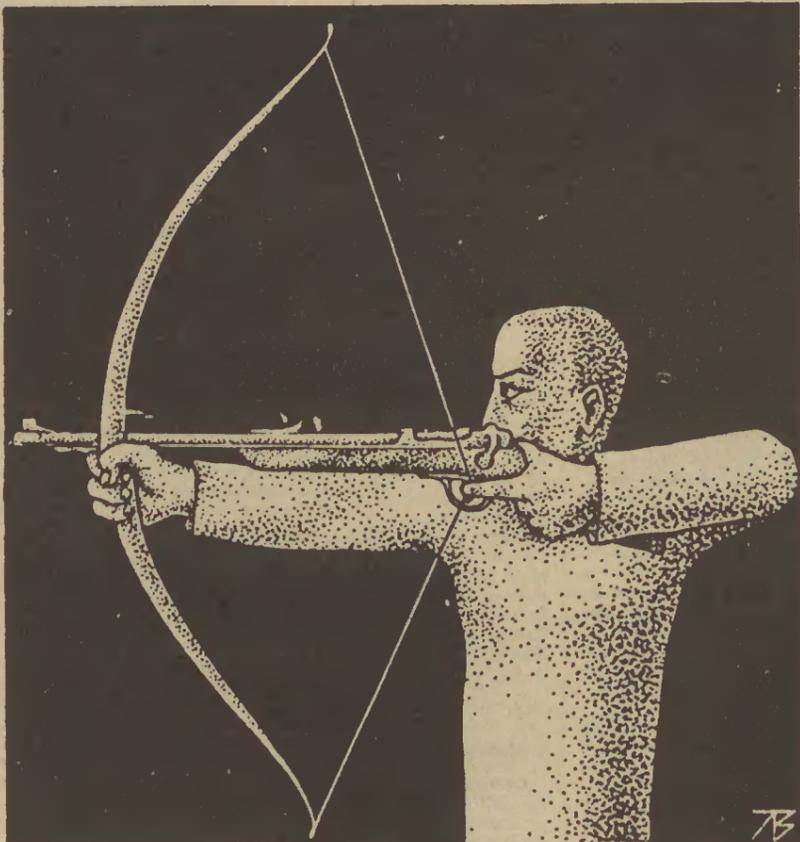
Plenário de apoiantes da CDU do concelho de Cascais. Na SMUP, junto à Estação da CP da Parede, a partir das 14.30,

com a participação da camarada José Casanova.

• APELAÇÃO

Comício da Festa do PCP «com a Apelação para o futuro», às 17.30, com o camarada Jerónimo de Sousa.

3.º Encontro de Jovens Comunistas do Distrito de Lisboa
Sábado e domingo
Cabeço de Montachique
Debate — convívio — espectáculo



VLAKHOVIN, Jyroslav (Jugoslávia), in «Komunist», Janeiro 88



Encontro do PCP Portugal e a CEE

Inserido no vasto trabalho preparatório do seu XII Congresso, o PCP promove no próximo sábado, dia 18, a partir das 9.30 um Encontro sobre a CEE, sob o lema «Portugal e a CEE hoje». O encontro decorrerá nas instalações do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) em Lisboa.

São objectivos do encontro aprofundar o conhecimento e intensificar o debate sobre a situação na CEE e de Portugal no quadro da CEE; efectuar um balanço das consequências de 2 anos e meio de integração e reflectir sobre as propostas para Portugal e as perspectivas, designadamente no plano das actividades económicas, do desenvolvimento regional, da ciência e tecnologia, da cultura, do impacto social, da política externa.

Participação no encontro cerca de 400 membros do PCP de todas as regiões do país.

Após o plenário de abertura, das 9.30 às 13.00, os trabalhos das 5 secções constituídas (1 — Agricultura e pescas; 2 — Política regional da CEE e desenvolvimento das regiões de Portugal; 3 — Indústria, transportes, comércio e serviços; 4 — Ciência e tecnologia, cultura; 5 — Política social da CEE e consequências sociais da integração), decorrerão entre as 15 e as 18 horas.

O plenário de encerramento terá início cerca das 18.00, prevendo-se que os trabalhos terminem às 19.00.

**Sábado, dia 18
ISCTE — Lisboa**

Acerca da Perestroika — Política Interna e Externa do PCUS

Ciclo de Conferências com o camarada Igor Malatchenko, candidato a Doutor em Filosofia.

Dia 21 — 21.00 — Em Alverca (salão dos bombeiros) para a organização de Vila Franca de Xira

Dia 22 — 19.00 — No CT Vitória, para a organização da cidade de Lisboa e Sectores Profissionais

Dia 23 — 21.00 — No CT Vitória para as organizações dos Sectores Intelectuais e Saúde



Porto

Jornadas de Comunicação Social, iniciativa do PCP

• Hoje e amanhã, às 21.30 h, no Hotel Tuela

Em debate, dois temas centrais: a introdução de novas tecnologias nas empresas de Comunicação e o sector público da Comunicação Social — situação e perspectivas.

Iniciativa aberta aos profissionais da Informação e a todos os interessados.

TV O Programa

Quinta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.20 - Telenovela «Selva de Pedra» (45.º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.10 - Estúdio 4
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Telenovela «Roque Santeiro» (175.º epis.)
21.10 - Primeiro Andamento
21.45 - Telemundo
22.20 - Série «Contactos Íntimos» (1.º epis.)
23.25 - 24 horas
00.00 - Remate.

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Pano para Mangas
15.40 - Série «Campos de Fogo» (3.º epis.)
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela «Os Imigrantes» (272 epis.)
18.00 - Ponto por Ponto
19.05 - Fórmula One
20.00 - Série «O Fugitivo» (14.º epis.)
20.50 - Cem obras de arte portuguesa
21.00 - Jornal das Nove

21.30 - Magazine «Artes Plásticas»
22.05 - Série «As Teias da Lei»
22.55 - Século XX «O Julgamento dos 8 de Chicago» (2.ª parte).

Sexta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.20 - Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.10 - Estúdio 4
19.10 - Futebol: Campeonato da Europa - RFA/Espanha (no intervalo: Boletim Meteorológico e Boletim Agrário)
21.15 - Telejornal
21.55 - Telenovela «Roque Santeiro»



22.45 - Série «A Vida ao Pé de Nós», real. Luís Filipe

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Agora Escolha
15.40 - Série «Desafio Mundial» (6.º e últ. epis.)
16.30 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto por Ponto
19.05 - Fórmula One
20.00 - Série «O Fugitivo»
20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Clube de Jornalistas
22.10 - Série «Terra Vermelha», (4.º epis.)
23.10 - Entre Barreiras
23.25 - Troféu (Inclui, em diferido, o jogo Itália-Dinamarca, do Campeonato da Europa de futebol).

Sábado
RTP1

09.00 - Juventude e Família
12.05 - Trânsito
12.30 - TV Mulher
13.00 - Notícias
13.10 - Concurso «Sobe e Desce»

14.25 - Futebol: Campeonato da Europa - Grã-Bretanha/URSS
16.30 - Sessão da Tarde: «Fúria de Vencer», real. Michael Mann (EUA/1979)
18.15 - Série «Capitão Power» (13.º epis.)
18.40 - Vivamusica
19.45 - Totoloto
19.50 - Sete Folhas
20.30 - Jornal de Sábado
21.45 - Boletim Meteorológico
21.55 - Série «Ali, Uma Coisa do Outro Mundo», (1.º epis.)
22.25 - Espectáculo «Cá estão eles» (Excertos de revista, gravados no Teatro Laura Alves)



23.55 - Cinema da Meia-Noite: «1900» (2.ª parte), real. B. Bertolucci.

RTP2

09.00 - Compacto Totally Live
13.05 - Compacto «Selva de Pedra»
16.00 - Troféu (Inclui o jogo Irlanda/Holanda, do Campeonato da Europa de futebol)
20.00 - Music Box «Off the wall»
20.50 - Uma Boa Ideia
21.15 - Série «Oscar Wilde» (3.º e últ. epis.)
22.10 - Concorde ou Talvez Não
23.45 - O Som da Surpresa.

Domingo
RTP1

09.00 - Juventude e Família
11.15 - Missa
12.05 - 70x7
12.30 - TV Rural
13.00 - Notícias
13.10 - Série «A Cidade e o Rio» (5.º epis.)
13.40 - Série «O Director de Turma» (6.º epis.)
14.05 - Série «O Mundo da Natureza» (9.º epis.)
14.50 - Primeira Matinée: «Jazebel, a insubmissa», real. William Wyler (EUA/1938)
17.05 - Série «O Justiciero»
18.05 - Automobilismo: Grande Prémio dos EUA em Fórmula 1
20.35 - Jornal de Domingo
21.05 - Boletim Meteorológico

21.20 - Série «Humor de Perdição» (devia ser hoje transmitido o último episódio, mas a série foi proibida pela RTP)
23.35 - Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 - Music Box
10.00 - Troféu
13.00 - Music Box Especial: Psychadelic for lone Justice
14.00 - Caminhos
14.30 - Novos Horizontes
15.00 - Troféu
17.00 - Série «O Mundo de Smithsonian» (últ. epis.)
18.00 - Série «5.ª Dimensão» (3.º e 4.º epis.)
19.00 - Piano Bar
20.00 - Série «Quem Sai aos Seus...»
20.25 - Artes e Letras
21.40 - Cineclube «Ninguém Duas Vezes», real. Jorge Silva Melo (Portugal/1985)

Segunda
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.05 - Estúdio 4
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
21.10 - Série: «Mátria»
21.40 - Concurso: «Com Pés e Cabeça»
23.30 - 24 Horas
00.00 - Remate

RTP2

13.15 - Totally Live
14.05 - Agora, Escolha!
15.35 - Rei Édipo
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto por Ponto
19.05 - Fórmula One
20.00 - Série: «O Fugitivo»
20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Teatro: «O Verdadeiro Oeste», de Sam Sheppard, EUA

Terça
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.15 - Telenovela: «Selva de Pedra»

13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.05 - Estúdio 4
19.15 - Futebol: Meia-Final do Campeonato da Europa
21.15 - Vamos Jogar no Totobola
21.30 - Telejornal
22.05 - Boletim Meteorológico
22.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
23.00 - Série: «Pulasky, Detective Privado» (6.º epis.)
00.15 - 24 Horas

RTP2

13.15 - Totally Live
14.05 - Dois Dedos de Conversa
15.35 - Série: «Dallas»
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto por Ponto
19.05 - Fórmula One
20.00 - Série: «O Fugitivo»
20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Série: «Lá em Casa Tudo Bem»
22.00 - Cinemadols: «Pena Suspensa», real. Waldemar Krzystek (Polónia/1986)

Quarta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.05 - Estúdio 4
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
21.15 - Lotação Esgotada: «O Supermágico», real. Brian de Palma (EUA/1972)
23.50 - 24 Horas
00.25 - Remate

RTP2

13.15 - Totally Live
14.05 - Agora, Escolha!
15.35 - Piano Bar
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto por Ponto
19.05 - Fórmula One
20.00 - Série: «O Fugitivo»
20.50 - Cem Obras de Arte Portuguesa
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Série: «Joana» (8.º epis.)
22.30 - Clube de Imprensa
23.15 - Fantasia e Realidade

Teatro O Cartaz

LISBOA

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A Rua, de Jim Cartwright, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro Ibérico, R. Xabregas. De 3.ª a sáb. às 21.30, com. às 17.00. Os Velhos Não Devem Namorar, de Alfonso Daniel Castelli, enc. Blanco Gil, pelo Teatro Ibérico.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. Crimes do Coração, de Beth Henley, enc. João Canijo, pela Comp. de Teatro Luzes.
Teatro da Nova,

Universidade Nova. De 2.ª a sáb. às 21.45. Prometeu, enc. Carlos Fogaça.

Teatro Vasco Santana, Av. da República, de Júlio Dinis, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. Criada para Todo o Serviço, enc. Armando Cortez.

PORTO

Cooperativa do Povo Português, R. de Camões, 578. Antígona de Sófocles/Brecht, enc. de Júlio Cardoso, pela Seiva Trupe.

ALGÉS

1.º Acto - Clube de Teatro. 6.ª e sáb. às 21.30. Memórias de Guerra, textos de Ruzante e Brecht, enc. de Armando Caldas.

ALMADA

Teatro Municipal de Almada, R. Conde Ferreira. Dona Rosinha Solteira, de Federico Garcia Lorca, enc. Joaquim Benite, diariamente às 21.30, sáb. e dom. Também às 16.00.

BRAGA

Teatro Circo, de 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. Com a Arma de Bogart, de Renato Solnado, enc. de António Fonseca,

pela CENA - Companhia de Teatro de Braga.

Para Crianças
LISBOA

Teatro Nacional, Sala Garrett. Sábado, às 16.00. Zaca Zaca, de António Torrado, enc. de Ruy de Matos.

TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. O Choupo Andarilho, de Ferreira Caetano, enc. de Kim Cachopo.
Teatro Ibérico, Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. Sáb. e dom. às 11.00. O Leão Enganado, de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!
O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A derrota do "pacote laboral"



• O agravamento da exploração dos trabalhadores
• Evolução e perspectivas da conjuntura económica
• Encontros Nacionais do PCP (Agricultura, SEE) e interações ao Governo (Agricultura, Saúde)

O Militante
TABELA DE ASSINATURAS
(DE 6 OU 12 NÚMEROS)

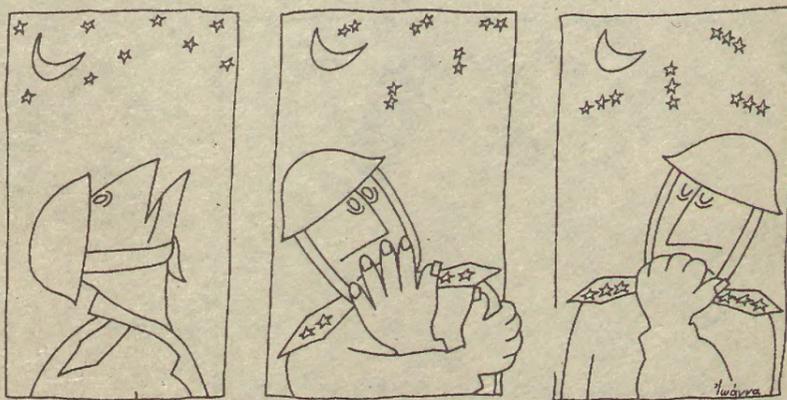
Continente e Regiões Autónomas	275\$00- 550\$00
Europa	600\$00-1200\$00
Angola, Cabo Verde, etc.	800\$00-1600\$00
Outros Países	900\$00-1800\$00

Prémio: uma assinatura grátis para quem angaria 10 assinantes

Cinema A seleção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	O Feitiço da Lua	★★★	—	★★	★★	★★
B	Imperio do Sol	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★
C	A Insustentável Leveza do Ser	—	★★★	—	★	—
D	Na Vigília da Noite	—	★★★	★★★	—	★★★
E	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

A — Real. Norman Jewison — S. Jorge/3 (15.00, 18.30, 21.30) — Lisboa
 B — Real. Steven Spielberg — Alfa/1 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Nimas (13.45, 16.15, 19.00, 21.30) — Lisboa
 C — Real. Philip Kaufman — Hollywood (14.30, 18.00, 21.30); Las Vegas (15.00, 18.15, 21.30); Londres (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa
 D — Real. Ridley Scott — Ávila (15.00, 17.00, 19.00, 21.45); Lisboa
 E — Real. Bernardo Bertolucci — Fonte Nova/1 (14.15, 17.45, 21.00); Lisboa.



...e ainda

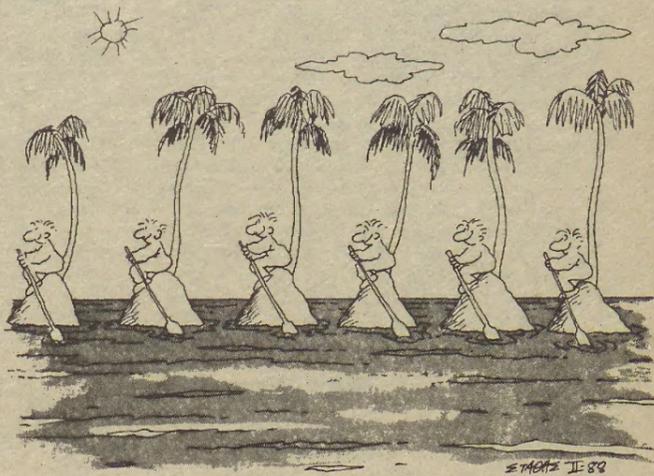
Música, debates, etc.

Dança e música de Angola

O prestigiado Grupo Experimental de Dança da RPA apresenta-se esta noite num espectáculo (único) no salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

O Movimento Português contra o Apartheid e a Associação de Amizade Portugal-Angola, que apoiam a organização do espectáculo, sublinham o seu «inegável interesse artístico» mas também o significado político: «é oferecido aos democratas portugueses que se têm solidarizado com a RPA» e realiza-se no dia internacionalmente consagrado à luta contra o apartheid.

O espectáculo está anunciado para as 21.30 e a entrada é livre.



Loares, sábado e domingo próximos.

Festas do PCP

Duas a destacar esta semana.

Em Leiria a já tradicional Festa do Futuro. No Mercado de Santana, sábado e domingo, organizada pelo PCP e a JCP com stands de artigos regionais, bares e restaurantes e zonas de espectáculos: café-concerto, arraiá, baile, uma discoteca.

Festa também na Apelação, concelho de Loures: decorrerá durante todo o dia e é organizada pela Comissão de Freguesia do Partido.

ABC Cineclubes

O ciclo «Mestres do Cinema Clássico Americano» prosse-

Ópera e Bailado

No Teatro Nacional de S. Carlos última representação da temporada de Trilogia das Barcas, de Joly Braga Santos: hoje às 20.30.

Quanto ao bailado:

Exposições

LISBOA

Álvaro Carneiro e Carlos Dutra — Escultura. Gal. Miron, R. do Mirante, 14-r/c. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/6).

Ana Esquível — Pintura. Gal. 12-A, Costa do Castelo, 12-A. Das 15.30 às 19.30 (até 17/6).

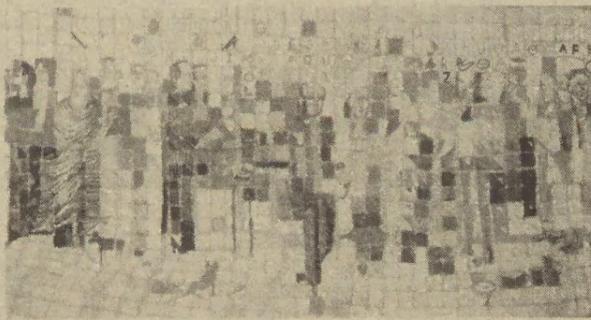
Arquitectura Industrial — Fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 30/6).

rias do Centro de Arte Moderna (até 27/6).

Jorge Dentinho — Pintura. Gal. A Janela Verde, R. do Olival, 9. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00 (até 30/6).

Jorge Martins — Desenhos. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30.

Jorge Martins — Desenhos para uma edição de «Mensagem». Gal. EMI-Valentim de Carvalho.



Vieira da Silva na Gulbenkian

Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira, 52. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 18/6).

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

O Ouro e a história pré-colombiana — Esculturas, joias, objectos de culto. Galerias das Exposições Temporárias do Museu Gulbenkian, 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30; 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00.

«Por Mar e Terra...» — Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até finais de Junho).

Ribeiro Farinha e J. Catrola — Pintura. Gal. Escada, R. Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 25/6).

Sérgio Camargo — Escultura. Gal. 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 22/6).

Vieira da Silva — Pintura (80 obras de várias colecções). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30.

PORTO

António Melo — «As Grandes Invasões», pintura. Gal. JN, R. Gonçalo Cristovão, 195. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

Cerâmica — Peças produzidas durante o Simpósio Internacional de Cerâmica Alcobaça/87. Coop. Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 23.00, sáb. a partir das 15.00, dom. das 14.30 às 20.30 (até 21/6).

Fernando Lanhãs — Pintura. Casa de Serralves, R. Serralves, 997. De 3.ª a dom. das 14.00 às 19.00.

Fernando Pinto Coelho e Helena Liz — Pintura. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 67. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.30; sáb. e dom. das 15.00 às 19.30.

Júlio — Desenhos, aquarelas, óleos. Gal. Roma e Pavia, R. D. Manuel II. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20.00 (até 22/6).

Rui Anahory — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 23/6).

OUTRAS LOCALIDADES
 Argentina Zamora — Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 24/6) ALMANSIL.

Gil Teixeira Lopes — Pintura, desenho, escultura. Gal. da Universidade BRAGA.

Luis Camacho — Pintura. Gal. de Colares, R. Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 26/7) COLARES.

Gravuras da Colecção Gulbenkian — Exposição itinerante. Museu Machado de Castro (até 3/7) COIMBRA.

12 Pintores Portugueses de Paris — Colectiva de pintura. Gal. Gilde, S. Torcato. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 (até 17/6) GUIMARÃES

Matilde Marçal e Joaquim Magalhães — Pintura. Gal. do Monte, R. Alexandre Herculano, 109 (até 25/6) SANTARÉM.

Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Alvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA

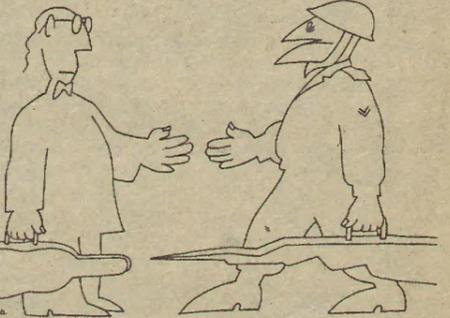
JOVEM PINTURA PORTUGUESA — Aqui e em toda a parte



Tempo Fim de Semana



Céu geralmente pouco nublado, vento fraco, neblinas ou nevoeiros matinais. Pequena subida de temperatura. (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



Canção Juvenil

O Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!» 1988 está em marcha. Pelo menos em Sela, onde

que esta semana com duas sessões e dois filmes: hoje às 18.45, no Quarteto, Um João Ninguém (1941), de Frank Capra; na terça-feira às 18.30, no auditório da Sociedade Portuguesa de Autores, O Rancho das Paixões (1952), de Fritz Lang.

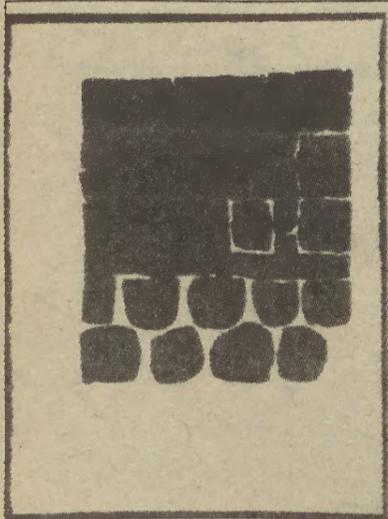
uma curta série de espectáculos da Companhia Nacional de Bailado no S. Luís com «Soirée Balanchine» — coreografias sobre partituras de Tchaikovsky e Stravinsky. Nos dias 17, 23 e 24 às 21.30, nos dias 18 e 25 às 16.00 e 21.30.

Excursão jovem à URSS

De 26 de Agosto a 5 de Setembro

Moscovo-Kiev-Leninegrado

Inscrições já abertas na sede da JCP (Rua Sousa Martins, 8 — Lisboa, telefones 530944 e 557364). Preço: 80 mil escudos, para jovens até 35 anos.



Jorge Martins — duas exposições em Lisboa

Chargeshelmer (RFA) — Fotografia. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 17 (até 30/6).

«A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro». — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Espegia Pinto — Pintura e desenho. Gal. Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 25/6).

Filipe Rocha da Silva — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00.

Gonçalo Ruivo — Pintura. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 14/7).

Isabel Mendes Ferreira — Pintura. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00; sáb. das 10.00 às 13.00 (até 30/6).

João Hogan — Pintura. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda (até 25/6).

Joaquim Bravo — Desenho. Galeria de Exposições Temporá-

José Correia — Pintura. Gal. Santa Justa, R. Santa Justa, 93, 2.º. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00 (até 28/6).

«Lisboa» — Colectiva de pintura naif. Palácio Galveias, Campo Pequeno (até 4/7).

Luis Badia — Pintura. Gal. Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C (até 23/6).

Lurdes Leite — Pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb. das 10.00 às 13.00 (até 25/6).

Manuel Vilarinho — Pintura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 18/6).

Margarida Dias — «Noites», fotografia. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 14.00 às 17.00 (até 30/6).

Maria Tomás — Pintura e desenho. Gal. Diferença, R. S. Filipe Neri, 42. Das 15.00 às 20.00 (até 3/7).

Miguel Alarcão — Gravura. Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4-r/c. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 19.00 (até 30/6).

Mínoru Nilzuma — Escultura em pedra.

a TV

A trapaça da mordança

A notícia caiu como um relâmpago: a gerência da RTP cortou, pela raiz, o **Humor de perdição**.

Na sua opinião, o programa de Herman José ofendia «os valores culturais do país», valores que à RTP «compete defender». Pois, pois. A RTP recusa o humor de Herman José, mas não dispensa o seu próprio. Só que o seu não faz rir...

No conjunto do programa (que é, diga-se já, o mais elaborado e organizado programa de humor de toda a História da TV em Portugal) as entrevistas históricas nem eram as de maior impacto ou de maior audiência. Para rir ou para sorrir é preciso conhecer — e nós sabemos que a RTP e a Escola, ao longo dos anos, têm maltratado (e ofendido, e aldrabado...) a História e a cultura portuguesas.

A censura da RTP visa, não defender os valores culturais, mas as mentiras culturais forjadas e semeadas. E não somente as referenciadas nas entrevistas, mas todas as outras castigadas no **Humor de perdição**. As entrevistas históricas foram só um pretexto.

Claro que posso estar errado quanto às motivações desta escandalosa censura. Admito-o. A gerência da RTP pode ter querido defender assim algo de mais precioso, de mais importante. A sua intenção deve ter por fim defender os direitos humanos no nosso país.

Defendamos, pois, os direitos, ò manos!

0 «Segredo»

A viagem de Cavaco Silva ao Brasil foi seguida, a par e passo pela RTP. **Of course!**, como se diz em português. Ouvimos, ouvimos, ouvimos o Primeiro-Ministro. Valeu a pena? Nada vale a pena, quando o que se ouve não passa de um aflitivo chorrinho de banalidades. Assim que tudo não foi além de mais uma operação de propaganda política. Se estes tempos de antena fossem pagos, não haveria para isso dinheiro bastante nos cofres do PSD...

Um pormenor de reportagem, no entanto, chamou a atenção da audiência: o jornalista ouve pessoas, ao acaso, em plena rua.

Muito mais causas, e mais graves, ouvíramos se a reportagem tivesse entrado no inferno daquelas favelas onde vive mais de um quarto da população brasileira. Mesmo assim, como se diz nas telenovelas, «deu para entender». Ficámos, muitos de nós, a saber que aumenta o desemprego, a violência, a criminalidade. Como pode viver na miséria um país que é dos maiores e mais ricos do mundo? A explicação é esta: porque as riquezas do país são devoradas pelas multinacionais.

Há na América Latina um país, infinitamente mais pequeno e mais pobre, onde o socialismo conseguiu para o seu povo uma vida social, económica, cultural e humanamente mais rica. Refiro-me a Cuba. Reparar que incluso no plano desportivo, Cuba é o país mais desenvolvido de toda a América, logo depois dos Estados Unidos a quem, aliás, supera em várias modalidades!

Cuba, território livre. O segredo está aí...

Se a moda pega...

A emigração portuguesa baixou. Di-lo o Telejornal. Só mais daí a bocado é que esclarece: baixou porque os países da CEE puseram um travão às quatro rodas.

Por momentos pairou a suspeita que a explicação do fenómeno estava na melhoria de vida em Portugal...

• Reunião do Conselho da NATO em Madrid. O correspondente da RTP diz-nos que se assistiu a um impressionante dispositivo de segurança. Para quê?

Explica: para impedir que os espanhóis se manifestassem contra a NATO...

Será a isto que se chama «liberdade de manifestação»?

• Também lá estive o Ministro dos Estrangeiros português. Então soubemos que há um sarilho de todo o tamanho: os espanhóis teimam em não querer que o seu território seja sobrevoado por aviões equipados com armas atómicas sobre os quais a Espanha não tenha jurisdição.

Se a «moda» pegasse em Portugal, outro galo nos cantaria.

• Savimbi vai a Washington. Espera ajuda mais eficaz dos Estados Unidos. Os Estados Unidos que sim, que os ajudam.

• Aviões americanos até já estão transportando bases da UNITA do Sul para o Norte de Angola.

Reagan como se vê colabora activamente na pacificação da África Austral...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Não à censura!

Entendamo-nos: a RTP faz censura todos os dias. De muitas expressas, implícitas e omissas maneiras. É porém a primeira vez que proíbe a emissão de um programa com 5 milhões (diz-se) de auditores activos. Este facto inédito e a unanimidade da imprensa na condenação da censura fizeram da proibição de «Humor de Perdição» o caso da semana, sendo embora de notar, quanto à imprensa, quão caricatas foram, por exemplo, as pressas de tirar o cavalinho do Poder desta chuva.

Nas entre-colunas de alguns jornais vimos como seja a que nos leva às intenções (?) do Governo quanto ao Pacote Laboral.

«O caso levantado à volta das «entrevistas históricas» do Humor de Perdição foi despoletado no último domingo, quando, por decisão da administração da RTP, não foi para o ar a entrevista com a Rainha Santa Isabel. Para defender a sua decisão o conselho de gerência da televisão invocou a sua responsabilidade na defesa dos valores históricos e culturais do País.

Mais uma vez a RTP baseou-se na defesa dos valores históricos e culturais de Portugal para suspender um programa. O mesmo tinha acontecido, em Dezembro do ano passado, com o actor João Grosso que, no programa «Fisga», cantou uma versão acelerada do Hino Nacional.

«De acordo com o nosso informador o conselho de gerência da RTP teria já avisado a equipa do «Humor de Perdição» que tinham sido recebidas «vinte e cinco chamadas telefónicas contra o conteúdo das entrevistas». Recorde-se que, segundo últimos índices de audiência, mais de cinco milhões de portugueses viam o programa de Herman José, número só superado pela telenovela «Roque Santeiro».

(«O Jornal», 9 Junho)

Mais papistas do que o Papa?

«Uma figura histórica é isto, tem de ser isto: um pensador do Bem, um obreiro do Bem, um destruidor do Mal.»

(...)

«Compreende-se assim que Coelho Ribeiro e os seus pares proibissem «entrevistas» a vultos do passado no programa «Humor de Perdição». Havendo pouco que fazer na 5 de Outubro, era necessário apresentar serviço — note-se, um serviço para a História (quanto mais não seja, para a História da Censura em Portugal). E, apesar de a sua reeducação britânica lhe permitir reconhecer o modelo em séries de humor inglesas, o Primeiro-Ministro não deixaria de apreciar o esforço. Mais: reconheceria que a administração da RTP concorda com o «posicionamento» dos responsáveis pelo Telejornal: serem mais papistas do que o Papa, darem a Cavaco o relevo que até ele próprio pode entender como excessivo.

Desengano dos desenganos! O Primeiro-Ministro, que se não digna fornecer essas informações a quem de direito, gostava das «Figuras Históricas»! Ou, pelo menos, não gostou nada de que as proibissem. Porque, em última instância, para desgaste do Governo já lhe bastam certos ministros. Não preci-

sava de que se metessem com um despudorado humorista e depois se dissesse: «A culpa é do Salazar de Bolíqueime!» Não, não podia ser. Demais a mais, enquanto malquistava o Infante D. Henrique, Herman José não lançava Leonor Beleza, nem massajava Deus Pinheiro, em suma: não fazia o seu lume com cavacos.

Esta era uma versão que corria na terça-feira. Na mesma terça-feira, porém, quando se julgava findo o conflito, a RTP dava o dito por não dito. O que regressava era a tesoura censória. Afinal, talvez o Primeiro-Ministro detestasse as «Figuras Históricas» e preferisse «entrevistas» aos ministros que ele detesta ainda mais.

(J.C.B., «Expresso», 10 Junho)

Há quem estranhe...

«O Poder tem armas mas define-se pela forma como as usa. Quando a punição é mais espectacular que o acto que se quer reprimir, o Poder confessa publicamente a sua inépcia para medir gestos e consequências, assume-se canhestro. Foi o que aconteceu com a interdição das «entrevistas históricas». Mais do que a justa indignação, este acto provoca uma sensação de estranheza por se tratar de algo que se julgava banido. Se não por causa de íntimas convicções democráticas (de que é lícito agora duvidar), pelo menos por uma questão de bom-senso, de bom gosto, de civilidade.»

(J.L.R., «Expresso», 10 Junho)

P.f. mais continência

«Em primeiro lugar, o conselho de gerência da RTP não tem procuração histórica, não está investido de poderes divinos de aferição do bem e do mal e ninguém lhe reconhece autoridade no assunto. Na televisão já se disseram tantos disparates com voz séria e tantas enormidades em tom solene que mais valia terem continência e não invocarem o nome da História em vão.

Em segundo lugar, há um problema chamado liberdade de criação. É um direito nobre e próprio dos povos civilizados. Quando a RTP decidiu dar Herman José ao povo, assumiu um risco e tinha de levar a coragem até ao fim. Senão, o erro é da RTP. E se é, que se demitam ou sejam demitidos.

Em terceiro lugar, o humor não é uma questão de verdade ou mentira. É outra coi-

sa: leveza no ser e a graça na vida. Ninguém o pode julgar como se estivesse a julgar um doutoramento, a pesquisar uma tese ou a verificar uma conta. Se se fosse por esse caminho, não havia, pura e simplesmente, humor.»

(«O Independente», 10 Junho)

Coitados deles

«E o meu ponto de vista é que os mortos, por mais «históricos» que sejam, e por mais enterrados que estejam nos catrapézios «culturais», só num sistema de valores necrófilo como o nosso merecem os guarda-costas «culturais» que têm na RTP. Não percebo por que razão hão-de estar isentos das críticas e do humor, até do humor desigual, e às vezes desgraçado, de Miguel Esteves Cardoso. A impassibilidade pamplinesca das estátuas «históricas» e culturais, equestres e pedestres, parece-me até, francamente, um excelente tema para graças... Pelo menos um tema tão excelente como o dos síndusos, e engravatados, e bem colocados, padrinhos da estatuaría sisudez: as gestões, as administrações, os políticos, os comemorativos de toda a ordem que por cá vagueiam, farejando tudo o que lhes pareça suficientemente morto, que é como quem diz suficientemente «histórico» e suficientemente «cultural» para desencadearem as vampíricas barragens de homenagens, congressos, cátedras, edições críticas, teses de doutoramento e coisas do estilo que a gente sabe (e os ossos de Pessoa também sabem, e os de Álvaro de Campos, coitados deles, como Cesarini diria).»

(M.A.P., «Jornal de Notícias», 11 Junho)

Pacote laboral

«Tudo indica que a medida no «pacote laboral» a que o Governo se comprometeu, no Conselho de Ministros da semana passada («em três semanas, no máximo»), irá contemplar os aspectos fulcrais, apontados pelo Tribunal do Palácio Ratton. «O PSD está impossibilitado, mesmo, de apresentar nova proposta de alteração à Constituição, mesmo só na área laboral (esqueceu-se do Artigo 53.º e só o CDS o eliminou no seu projecto de revisão constitucional), porque há prazo, para tal, e ele já expirou» — dizem-nos os constitucionalistas.

Deste modo, a nova face do pacote laboral do executivo, quer ele queira ou não, «terá de respeitar os princípios da justa causa para o despedimento e o da segurança no trabalho, e a salvaguarda dos direitos das comissões de trabalhadores e das associações sindicais».

Por isso, os constitucionalistas (do quadrante político do Governo) manifestaram ao **Semanário** a sua perplexidade:

— perante a «inabilidade do ministro Silva Penada»;

— face ao Governo que «se expôs, inadvertidamente, a uma derrota política e estratégica, evitável se houvesse algum bom-senso e abertura negociada mínima e apresentasse o pacote imediatamente após a vitória de 19 de Julho»;

— perante «o erro de raciocínio do Governo em comparar sistemas abstractos europeus, sem ter em conta os sistemas de segurança social e protecção ao emprego lá fora»;

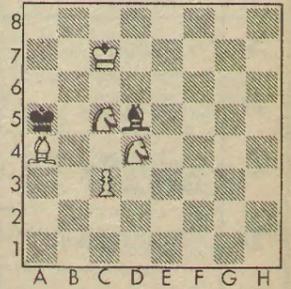
— face à «ingenuidade da crença em boas intenções, esquecendo os resultados»;

— face aos «conselheiros jurídicos e estrategos do Governo, que se esqueceram de pontos tão importantes.»

(«Semanário», 10 Junho)

Xadrez

CLVIII — 16 de Junho de 1988
Proposição N.º 158
Por: T. R. Dawson
«Chess Amateur», 1921
Pr.: [2]: Bd5-Ra5



Br.: [5]: Pç3-Cs.c5, d4-Ba4-Rç7
Mate em dois lances

Jogo N.º 158
Campeonato da Europa
de Juniores/1988

Br.: R. Levy
Pr.: Boris Gelfand
1.d4, Cf6; 2. ç4, g6; 3. Cç3, Bg7; 4. e4, d6; 5. F3, 0-0; 6. Bè3, Cç6; 7. Dd2, a6; 8. Cg6, Tb8; 9. d3, Bd7; 10. b4, b5; 11. ç5, e6; 12. ç: d6, ç:d6; 13. Cç1, e5; 14. Cb3, d5; 15. e: d5, C: d5; 16. C: d5, Bè6; 17. d: e5, B:d5; 18. Bg5, B: b3; 19. B: d8, Tb: b8; 20. Dç3, B: e5; 21. D: b3, Tfè6; 22. Bd3, B: a1; 23. Bè4, Bd4; 24. Rf1, Cè5; 25. g3, Cç4; 26. Rg2, Cè3+; 27. Rh5, Té5; 28. g4, h5; 29. B: g6, h: g4+; 30. Rg3, Cç4; 31. Bè4, g: f3; 32. D: f3, f5; 33. Dh5, f4+ e as brancas abandonam.

Solução do N.º 158

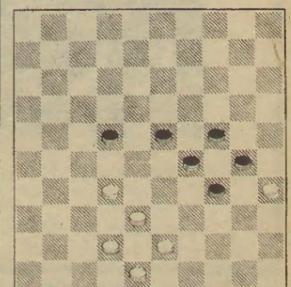
Chave: 1. Bb5! blocus!
O Bispo Negro domina as casas: b3 e b7, mas é obrigado a abandonar uma delas! O mate será dado pelo Cç5 em b3 ou b7!

A. de M. M.

Damas

CLVIII — 16 de Junho de 1988
Proposição N.º 158
Por: G. v. d. Linde
— 1956

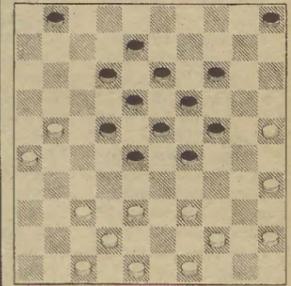
Pr.: [6]: 22-23-24-29-30-34



Br.: [6]: 32-35-38-42-43-48
Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 158

Campeonato da Holanda
Br.: Van Tilborg
Pr.: R. Palmer
Pr.: [13]: 1-5-8-12-13-14-18-19-22-23-24-28-29



Br.: [13]: 21-25-26-35-37-38-39-42-44-45-47-48-49
As pretas jogam e fazem Dama

Soluções do N.º CLVIII
Miniatura N.º 158 (G.v.d.L.) — 32-28 (22X33) A; 43-39 (34X32) 42-38 (32X43 ou 33X42); 48X19 (24X13); 35X33+A; Se: (23X32); 38X18...+
Golpe N.º 158 (R.P.): (24-30); 35X33 (12-17); 21X3 (5-10); 3X20 (19-24); 20X29 (23X41); 47X36 (28X50)+

A. de M. M.